

MESTRADO EM SOCIOLOGIA
ESPECIALIZAÇÃO EM ESTRUTURAS E DINÂMICAS SOCIAIS

Mulheres agricultoras em ação

Processo de co-construção de um programa de intervenção agroecológico a partir da ADER-SOUSA

Rita Correia Madeira

M

2022



Rita Correia Madeira

Mulheres agricultoras em ação

Processo de co-construção de um programa de intervenção agroecológico a partir da ADER-SOUSA

Relatório de estágio realizado no âmbito do Mestrado em Sociologia, orientado pela
Professora Doutora Cristina Claro Ribeiro Parente

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2022

Rita Correia Madeira

Mulheres agricultoras em ação

Processo de co-construção de um programa de intervenção agroecológico a partir da ADER-SOUSA

Relatório de estágio realizado no âmbito do Mestrado em Sociologia, orientado pela Professora Doutora Cristina Claro Ribeiro Parente

Membros do Júri

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Classificação obtida: (escreva o valor) Valores

A todas as mulheres rurais que, por este mundo fora, cuidam de nós e da Terra.

*Que são mães, avós, tias, agricultoras, cozinheiras, lavadeiras, professoras,
enfermeiras, companheiras, amigas do coração...*

À Gina, que foi tudo isso e mais alguma coisa.

Sumário

Declaração de Honra	VIII
Agradecimentos.....	IX
Resumo	X
Abstract	XI
Índice de Tabelas	XII
Índice de Figuras.....	XIII
Lista de abreviaturas e siglas	XIV
Introdução	1
1. Capítulo I – A agricultura familiar em Portugal	4
1.1. O meio rural, a agricultura e o campesinato.....	4
1.1.1. O conceito de agricultura familiar	8
1.2. Características da agricultura portuguesa.....	11
1.3. Alterações climáticas, capitalismo e agricultura	17
1.4. Sistemas alimentares e desigualdades sociais: a questão do género.....	21
1.5. O futuro das áreas rurais e da agricultura familiar com as mulheres: agroecologia e soberania alimentar.....	27
2. Capítulo II – O estágio curricular na ADER-SOUSA	34
2.1. Entidade acolhedora: A ADER-SOUSA	34
2.1.1. Contexto de atuação: as Terras do Sousa	35
2.1.2. O projeto PROVE.....	37
2.2. Objetivos do Estágio	38
2.3. Sociologia, intervenção local e desenvolvimento rural.....	40
3. Capítulo III – Metodologia de investigação e intervenção.....	43
3.1. Fases de pré-diagnóstico e diagnóstico.....	46
3.2. Fase de planeamento	49

3.3. Dificuldades no trabalho de terreno e limitações	52
4. Capítulo IV – Resultados do diagnóstico	53
4.1. Pré-diagnóstico: os agricultores/as PROVE	53
4.2. As mulheres agricultoras do PROVE das Terras do Sousa	57
4.2.1. Características sociodemográficas e ocupacionais.....	57
4.2.2. Explorações agrícolas, modos de organização do trabalho e práticas culturais	62
4.2.3. Género, trabalho e usos do tempo.....	69
4.2.4. A participação no PROVE: perceções e significados.....	76
5. Capítulo V – Proposta de intervenção	78
5.1. Problemas e necessidades das agricultoras do PROVE	78
5.2. Proposta de intervenção e recomendações.....	86
5.3. Do planeamento à ação: o primeiro dia dos produtores PROVE	93
Considerações finais	95
Referências bibliográficas.....	97
Anexos	105
Anexo 1 – Exemplos de modelos económicos alternativos	105
Anexo 2 – Caracterização da população residente nos concelhos de atuação da ADER-SOUSA, em 2021	106
Anexo 3 – Folha de informação à participante e consentimento informado	107
Anexo 4 – Grelha de Observação	109
Anexo 5 - Caderneta da Agricultora	113
Anexo 6 – Instruções para elaboração do mapa mental.....	114
Anexo 7 – Instruções para a recolha de fotografias (<i>photovoice</i>).....	115

Declaração de Honra

Declaro que o presente relatório é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Porto, setembro de 2022

Rita Correia Madeira

Agradecimentos

Não posso deixar de começar os meus agradecimentos sem um profundo obrigada às mulheres agricultoras do PROVE das Terras do Sousa. Foi uma honra poder trabalhar convosco na construção de um mundo (pelo menos um bocadinho) mais justo, mais igual, mais sustentável.

Em segundo lugar, tenho de agradecer à Engenheira Ana Cristina por toda a amabilidade e ao Engenheiro José Sousa Guedes pela disponibilidade e acolhimento na ADER-SOUSA.

Seguidamente, um agradecimento profundo à Professora Cristina Parente por toda a sua disponibilidade e trabalho enquanto minha orientadora, por todos os conselhos e revisões científicas, mas, acima de tudo, pela preocupação e amizade. Agradeço, também, a todos os professores e professoras, investigadores/as e colegas que cruzaram o meu percurso e fizeram de mim a socióloga que sou hoje. Que continuemos a trabalhar juntos/as.

Por último, mas não menos importante, um obrigada ao João, à mãe e ao pai, ao irmão Daniel, aos avós e à Gina. A toda a minha família e amigos/as (que não posso aqui enumerar na totalidade), agradeço o companheirismo e o incentivo. Sem vós não teria sido possível chegar até aqui!

Resumo

As mulheres rurais desempenham papéis fundamentais na manutenção da vida e das comunidades. Ainda assim, elas vivem pior que as suas companheiras mulheres urbanas e que os homens em geral. A desigualdade está presente no trabalho, sendo que as mulheres têm menores rendimentos e vivem em situações mais precárias; na esfera doméstica, uma vez que o trabalho do cuidado e da casa recai sobre elas, sobrecarregando-as; no espaço público onde não participam nem têm voz. No caso específico da agricultura, as mulheres tendem a ter menos acesso aos recursos naturais (terra e sementes), a equipamentos, à formação e informação.

A agricultura portuguesa, maioritariamente familiar, está marcada por diversas tendências de desigualdade e problemáticas. A revolução verde veio modificar as práticas agrícolas e os quotidianos, no sentido da mecanização, intensificação e padronização da produção. Consequentemente, assiste-se à quebra da biodiversidade, à poluição, ao esgotamento dos solos, entre outros.

A agricultura familiar representa um elevado potencial de combate a estas adversidades, devendo ser (re)aproveitada. Aliada aos princípios da agroecologia, da segurança e da soberania alimentar, a agricultura familiar pode promover futuros mais justos e mais sustentáveis, em termos ambientais e sociais.

Nesta linha, durante a realização de um estágio curricular na ADER-SOUSA, promoveu-se a co-construção de um programa de intervenção agroecológico para o desenvolvimento local. A metodologia de trabalho, marcadamente qualitativa, envolveu fases diagnóstico e planeamento participados por mulheres agricultoras. Com o recurso a várias técnicas, foi possível verificar que, de facto, ainda há um caminho a percorrer, sendo muito relevante o trabalho com e para as agricultoras (e agricultores) familiares no sentido da igualdade de género, da valorização do trabalho feminino e da agricultura, do trabalho colaborativo, bem como da recuperação de tradições agrícolas e práticas de cultivo ambientalmente sustentáveis.

Palavras chave: mulheres agricultoras; agricultura familiar; desenvolvimento local; transição agroecológica; participação

Abstract

Rural women play key roles in sustaining life and communities. Still, they live worse than their fellow urban women and men in general. Inequality is present at work, with women having lower incomes and living in more precarious situations; in the domestic sphere, since the work of taking care of the house falls on them, overloading them; in the public space where they neither participate nor have a voice. In the specific case of agriculture, women tend to have less access to natural resources (land and seeds), equipment, training and information.

Portuguese agriculture, mostly family-owned, is marked by different trends of inequality and problems. The green revolution changed agricultural practices and daily life, in the sense of mechanization, intensification and standardization of production. Consequently, there is a loss of biodiversity, pollution, soil depletion, among others.

Family farming represents a high potential for combating these adversities and should be (re)used. Allied to the principles of agroecology, security and food sovereignty, family farming can promote fairer and more sustainable futures, in environmental and social terms.

Along these lines, during a curricular internship at ADER-SOUSA, the co-construction of an agroecological intervention program for local development was promoted. The work methodology, which was markedly qualitative, involved diagnostic and planning phases in which women farmers participated. With the use of various techniques, it was possible to verify that, in fact, there is still a way to go, and the work with and for family farmers is very relevant in the sense of gender equality, the valorization of female work and of agriculture, collaborative work, as well as the recovery of environmentally sustainable farming traditions and farming practices.

Key-words: women farmers; family farming; local development; agroecological transition; participation

Índice de Tabelas

Tabela 1 –Tipos ideais de funcionamento das unidades de produção familiar	9
Tabela 2 – Bases de sustentabilidade económica, social e ambiental na agricultura, no âmbito do movimento agrogeológico	30
Tabela 3 – Práticas agroecológicas adotadas pelos agricultores/as PROVE	56
Tabela 4 – Tipologia de agricultores/as PROVE.....	57
Tabela 5 – Caracterização das agricultoras do PROVE	59
Tabela 6 – Caracterização das explorações agrícolas e da agricultura no PROVE	64
Tabela 7 – Programa de intervenção (proposta).....	89
Tabela 8 – Gerador de valor de iniciativas de impacto	91

Índice de Figuras

Figura 1 – População agrícola familiar no total de população residente (%), em Portugal, em 2019	12
Figura 2 – Mulheres na agricultura familiar (%) em Portugal, em 2019	23
Figura 3 – Localização dos casos em estudo e população agrícola familiar no total de população residente (%) nas Terras do Vale do Sousa, em 2019	63
Figura 4 – Significados do “ser mulher agricultora”	70
Figura 6 – Mapas mentais.....	72
Figura 6 – Perceções sobre o PROVE	77
Figura 7 – <i>Photovoice</i> : fotografias das agricultoras PROVE	80
Figura 8 – Mapeamento dos problemas/fragilidades das agricultoras do PROVE	84

Lista de abreviaturas e siglas

ADER-SOUSA – Associação de Desenvolvimento Rural das Terras do Sousa

AGM – Alimentos Geneticamente Modificados

CEE – Comunidade Económica Europeia

CNA – Confederação Nacional da Agricultura

GAL – Grupo de Ação Local

PAC – Política Agrícola Comum

VPPT – Valor de Produção Padrão Total

Introdução

A importância das áreas rurais é clara: fornecem alimentos, matérias-primas, empregos e uma ampla gama de bens e serviços ambientais, como paisagens, biodiversidade, armazenamento de carbono, água e solos. Na Europa, em 2012, 51,3% do território era classificado como rural, sendo que 22,2% da população residia nessas áreas (EIGE, 2016).

A agricultura é uma das atividades humanas mais difundidas pelo mundo, garantindo a produção de alimentos, a proteção ambiental, a preservação das paisagens, a segurança e soberania alimentar, bem como o emprego rural (ibidem). É neste sentido que os agricultores são entendidos, nomeadamente pela FAO & IFAD (2019), como atores sociais fundamentais que produzem comida, preservam a biodiversidade, gerem recursos e ecossistemas. As mulheres agricultoras, especificamente, têm um papel fulcral na ruralidade: são guardadoras de sementes, transmitem saberes, prestam cuidados, asseguram a manutenção do tecido social e a difusão da religião, entre outros (Karam, 2004).

Vários indicadores revelam que as mulheres das áreas rurais vivem pior que os homens rurais e que as mulheres urbanas, sendo afetadas desproporcionalmente pela pobreza e exclusão social (Black, et al., 2019). Além disso, enfrentam inúmeros problemas e dificuldades: têm menos acesso a sementes, fertilizantes e equipamento de qualidade; menor acesso a mercados internacionais, a formação e a serviços de apoio, etc. A desigualdade de género, baseada na divisão sexual do trabalho e do espaço, é um fenómeno muitas vezes encoberto que tem várias consequências: desvalorização do trabalho feminino, desigualdade salarial, maior carga de trabalho para as mulheres, representação social da mulher como modesta e submissa e do homem com viril, violência sobre as mulheres, afastamento das mulheres dos espaços de decisão e de participação política, representações conservadoras sobre a família e a comunidade (Hillenkamp, 2019a).

Os sistemas agroalimentares da atualidade, além de atravessados por dinâmicas de desigualdade de género, caracterizam-se pela concentração e privatização dos

recursos, pela monopolização do mercado (Vivas, 2017) e pelo recurso a práticas que levam à perda de biodiversidade e à emissão de gases com efeitos de estufa (Encarnação 2020). Além disso, não garantem a segurança nem a soberania alimentar. Neste contexto, surge a necessidade de transitar para um outro modelo. A agroecologia, enquanto contramovimento (Picolotto & Bremm, 2016), surge como uma opção teórica e prática alternativa no caminho para a sustentabilidade, soberania alimentar e igualdade de género, combatendo os efeitos perversos da modernização agrícola.

A ADER-SOUSA, entidade onde foi desenvolvido o estágio curricular, é uma associação que tem por fim a promoção do desenvolvimento local, através da melhoria das condições sociais, culturais e económicas das populações residentes em cinco concelhos de atuação: Paços de Ferreira, Felgueiras, Lousada, Paredes e Penafiel (Lourenço, Tavares, Couto, Rocha, Caldas, Gomes, & Alves, 2008). Desenvolvem vários projetos, em diversas áreas, de entre os quais se salienta o PROVE enquanto foco do trabalho desenvolvido. Este é um projeto de intervenção junto de agricultores no sentido de facilitar a promoção e venda dos seus produtos, numa lógica de proximidade com os consumidores, através do fornecimento de cabazes de legumes e frutas.

Durante o estágio curricular, que se debruçou sobre as mulheres agricultoras do PROVE, foi desenvolvido um trabalho de diagnóstico participativo. Num processo de análise sociológica qualitativa, foram analisadas várias dimensões relativamente a este grupo de mulheres: dinâmicas de (des)igualdade de género, práticas de participação comunitária e/ou cívica, características das explorações e práticas agrícolas, perceções sobre sustentabilidade, entre outras. Todos os dados recolhidos permitiram mapear as fragilidades destas agricultoras e, numa fase mais avançada, construir coletivamente uma proposta de intervenção social para os resolver, promovendo-se o desenvolvimento local centrado nas pessoas (Dowbor, 1996, cit. por Amâncio, 2004) e a transição agroecológica.

Para recolher dados relativos às práticas quotidianas das mulheres, nas suas casas, explorações agrícolas e até nos locais de comercialização dos seus produtos, recorreu-se à técnica de observação direta, com grelha de observação. E porque “um processo de estudo de caso intensivo não se pode socorrer duma única técnica, mas

duma pluralidade delas” (Costa, 1987, p. 140), foram ainda acionadas outras formas de recolha de dados, tais como: elaboração de mapas mentais, preenchimento de uma “caderneta da agricultora”, *photovoice* e *brainstorming*. Em todos os momentos, privilegiou-se a informalidade, a horizontalidade e um elevado grau de participação das mulheres agricultoras. Acredita-se que só assim é possível gerar transformação social, empoderamento e desenvolvimento local.

Este relatório está dividido em cinco capítulos. O primeiro contém uma reflexão teórica sobre diversas problemáticas, tendo por base bibliografia académica e extra académica. No segundo capítulo há uma apresentação da entidade acolhedora do estágio curricular e os objetivos do mesmo. Além disso, é feita uma reflexão sobre o trabalho dos sociólogos/as no desenvolvimento local em contexto rural. O capítulo três inclui a apresentação da metodologia de investigação-ação. Já no quarto capítulo são apresentados os resultados do trabalho de diagnóstico, caracterizando as mulheres agricultoras do PROVE e justificando a necessidade de intervenção com e para as mesmas. Os problemas e necessidades destas mulheres constam do capítulo seguinte, que também contém a proposta de intervenção e as principais recomendações para operacionalização da mesma.

1. Capítulo I – A agricultura familiar em Portugal

1.1. O meio rural, a agricultura e o campesinato

O espaço é um elemento indispensável para contextualizar os fenómenos sociais e compreender a realidade social (Barros, 1990). Os sociólogos têm-se dedicado a estudar questões espaciais desde os primórdios da disciplina. Carmo (2009) destaca o exemplo de Durkheim que se debruçou sobre a importância dos fatores morfológicos na análise dos fenómenos sociais, estabelecendo uma relação entre a composição espacial, a densidade material (isto é, a densidade populacional) e a natureza e intensidade das relações pessoais.

Desde finais do século XIX, vários autores categorizaram o espaço em torno da oposição urbano-rural, sendo o primeiro sinónimo de modernidade e o segundo associado a uma periferia tradicional. Apesar de algumas reformulações concetuais, nomeadamente a visão mais dinâmica e menos determinista do *continuum* espacial que surge nos anos 60, pode-se dizer que este esquema de raciocínio binário ainda influencia a análise sociológica. Neste sentido, o meio rural é definido (em oposição ao urbano) como um espaço pouco volumoso e pouco denso, onde existe uma contiguidade espacial entre o local de residência e o local de trabalho e uma justaposição entre proximidade física e afetiva. Os laços sociais nesses meios são caracterizados como homogéneos, assentes num forte interconhecimento e entreajuda – a noção de “nós”, de comunidade, está muito presente. Há uma relativa harmonia social e integração (Ibidem).

Retomando os contributos de Durkheim (1989), pode-se estabelecer uma associação entre aquilo que este autor denominou de solidariedade mecânica e o meio rural. Este tipo de solidariedade baseia-se na similaridade e no consenso. Os indivíduos das sociedades simples e tradicionais, onde o nível de divisão do trabalho é reduzido, estão unidos por uma experiência e por crenças comuns, partilhando o mesmo sagrado e respetiva matriz de valores. Com a evolução e a transição para sociedades mais complexas, o individualismo aumenta, os laços da família e da comunidade são mais

fracos, há menor relação com as tradições e com a terra natal. Ainda assim, a consciência comum não desaparece na sua totalidade.

No seguimento da oposição urbano-rural, surge uma outra dualidade: a dualidade entre sociedades modernas/industriais e sociedades camponesas, associadas a dois tipos diferentes de agricultura. Estes tipos de sociedade/agricultura devem ser entendidos enquanto tipos ideais, sendo que “a realidade é muito mais complexa do que esses arquétipos sugerem” (Parmentier, 2014, p. 10, trad. livre). Efetivamente, os tipos ideais, inicialmente propostos por Weber, consistem em modelos analíticos que podem ser usados para compreender o mundo. São construções cognitivas hipotéticas que servem de pontos de referência teóricos. Tratam-se de conceitos heurísticos que remetem para fenómenos que raramente se encontram nessas formas puras/ideais na realidade social. De facto, “quanto mais precisa e mais unívoca é a construção dos tipos ideais, por conseguinte, quanto mais *estranhos* eles são, nesse sentido, ao mundo” (Weber, 2009, p. 40).

Tal como explicitado no trabalho de Parmentier (2014), a sociedade moderna/industrial caracteriza-se pela homogeneidade de produção, pelo extremo nível de mecanização ou automatização e pela dependência de tecnologias modernas. É um tipo de sociedade onde o modo capitalista de produção e consumo coloca o foco no lucro, pelo que a agricultura é altamente intensificada e dependente de *inputs* externos (tais como pesticidas, fertilizantes inorgânicos e combustíveis fósseis). Os alimentos, entendidos com bens mercantis de consumo, são vulneráveis às flutuações do mercado. Por sua vez, na sociedade camponesa, coexistem uma multiplicidade de sistemas agrícolas. A família tem um papel central e está fortemente ligada ao meio ambiente e às condições locais. A agricultura é entendida como modo de vida, sendo que o processo produtivo é fechado (sem *inputs* externos) e pouco mecanizado. Há uma homogeneidade em termos de etnia e de estilos de vida e um forte grau de solidariedade entre os indivíduos, tendencialmente sustentada em laços de consanguinidade e casamento (Dinis, 2019).

“A sociedade camponesa e o camponês não devem ser confundidos com o mundo agrícola e com a agricultura dos dias de hoje. Nem todos os agricultores são

camponeses. A sociedade camponesa é uma sociedade milenar que terá desaparecido com o desenvolvimento industrial do século XVIII, que transformou o camponês em agricultor” (Pinheiro, 2018, p. 21). Wanderley (2003) defende que se deve ter em conta esta evolução, vendo tanto as continuidades como as ruturas. Há que conceder aos agricultores modernos a condição de atores sociais, capazes de se adaptarem às condições modernas e, em simultâneo, capazes de serem portadores de tradição e detentores de capacidades de resistência.

De acordo com Woortmann (1990, cit. por Silva, 2018), existem múltiplas racionalidades rurais, mediante o grau de modernidade, mas também mediante o contexto. No caso português existe, por exemplo, uma diferenciação Norte-Sul. Os camponeses da região Norte do país revelam “traços idiossincráticos coletivos de passividade, inércia, conservadorismo, quando comparado com os camponeses do Sul”, o que se relaciona com a “cultura de servilidade e submissão típicas dos sistemas senhorial e clerical, e, num período histórico mais recente, os efeitos da ideologia fascista do Estado Novo, adversa a qualquer tipo de iniciativa de organização, mobilização e militância das classes rurais, e crucial na construção e reprodução do ideal cultural do agir humilde, submisso e resignado dos camponeses” (Silva, 2018, p. 19).

Carmo (2007; 2009) enumera algumas tendências de mudança e mesmo de rutura no meio rural. Uma das tendências é a sua dependência das cidades e aumento dos fluxos de mobilidade espacial, a modernização e urbanização da vida quotidiana, nomeadamente em termos de dissociação entre o local de trabalho e de residência, diversificação das formas de sociabilidade, maior importância atribuída à cultura, educação e lazer, acesso a meios de comunicação generalizados e novos hábitos de consumo. Outra tendência remete para as dinâmicas de desemprego e precariedade que acompanham a quebra no número de trabalhadores agrícolas. No entanto, o autor salienta que a(s) tradição(ões) não se esvanece(m) no quotidiano da aldeia. Apesar de marginalizada, a agricultura tradicional e familiar resiste.

Neste sentido, atualmente não é possível definir uma visão única, um tipo ideal de ruralidade, já que coexistem lógicas complexas e até contraditórias, entre a modernidade e a tradição, a rutura e a continuidade, a sociedade global e as dinâmicas

próprias das regiões (Almeida, 1999). Houve um processo de integração entre a cidade e o campo que veio reconfigurar modos de vida e de organização social, caminhando-se para espaços pluriactivos, multifuncionais e interdependentes (Barros, 1990). Fenómenos como a rurbanização contrariam o esquema binário.

Apesar de tudo, o mundo rural deve ser entendido como um local próprio, onde os modos de vida são, também, próprios e específicos. É necessário reconhecer as particularidades e a diversidade de fenómenos que ocorrem neste contexto, não apenas enquanto oposição ao urbano (Karam 2004). Existem quatro “particularidades sociológicas que compõem a vida rural” (Carmo, 2009, p. 276) e caracterizam o significado particular da experiência rural. São elas: o menor grau de anonimato e a menor separação entre proximidade física e afetiva; a importância do setor agrícola; o contacto mais próximo com o ambiente natural e, ainda, a permanência de fatores de ordem identitária e sociocultural que são herdados, transmitidos de geração em geração, no seio das vivências comunitárias e aldeãs (ainda que reinterpretados).

Segundo Vivas (2017) o meio rural enfrenta determinados problemas. Destaca-se a diminuição da população rural, o empobrecimento das regiões e o forte risco de exclusão das populações locais, o envelhecimento populacional, a falta de oportunidades e o menor acesso a serviços públicos essenciais, entre outros. Relativamente à atividade agrícola, a mesma autora fala na concorrência desleal de grandes empresas, que acaba por prejudicar os pequenos produtores, bem como a existência de custos de produção crescentes e preços ao produtor baixos. Neste sentido, a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) emitiu um comunicado onde se pode ler que “os custos dos factores de produção não param de aumentar impulsionados por um forte carácter especulativo, a que acresce o continuado esmagamento dos preços pagos à produção, mormente pela grande distribuição, situação que exige a adopção de medidas urgentes e eficazes, sob pena de virmos a assistir ao encerramento de mais explorações agrícolas” (CNA, 2022).

A estas dificuldades soma-se, ainda, a desvalorização social da agricultura. Rodrigo (1986) destaca que este setor de atividade se tem tornado, gradualmente, menos

prestigianete e recompensador. A própria população agrícola que tende a manter-se na agricultura, geralmente, fá-lo porque não encontra alternativas.

A par desta tendência de desvalorização da agricultura, emerge uma outra no sentido exatamente oposto: o regresso ao campo por parte dos chamados “novos rurais”. No caso português, duas categorias distintas de indivíduos tendem a (re)entrar no espaço rural: por um lado, os reformados; por outro, jovens com elevadas qualificações (Luís, 2020). Este movimento migratório está, genericamente, associado a motivações ecológicas e paisagísticas, razões laborais (desemprego ou reforma), interesse em desenvolver negócios e em estar mais envolvido na comunidade. Ou seja, as áreas rurais são entendidas como multifuncionais e são valorizadas pela sua paisagem e tranquilidade (Ibidem). Já em 1990, Barros escrevia sobre a revalorização do espaço rural, sendo que os indivíduos começavam a procurar alternativas aos problemas das cidades: assistiu-se a um decréscimo da atratividade das cidades pela existência de vários problemas (como a poluição, o stress e a impessoalidade). Neste caso dos novos rurais, a agricultura, em vez de desvalorizada, é entendida como “um modo de vida sustentável e economicamente viável” (Novos rurais. Jovens agricultores. Empreendedores, (s.d.), que pode ser conjugado com outras atividades.

1.1.1. O conceito de agricultura familiar

O modelo de produção alimentar e agrícola dominante nos vários países, seja nos ditos desenvolvidos ou naqueles em vias de desenvolvimento, é o modelo de agricultura familiar. Na verdade, a agricultura familiar garante a produção de mais de 80% dos alimentos do mundo (FAO & IFAD, 2019).

Constata-se que “existe uma certa dificuldade, do ponto de vista teórico, em atribuir um valor conceitual à categoria agricultura familiar” (Wanderley, 2003, p.43). Tal acontece, nomeadamente, porque existe uma grande diversidade de agricultores familiares: esta é uma categoria ampla que se refere a um segmento social heterogéneo (Karam, 2004). Lamarche (1997 cit. por Almeida, 2006) chega mesmo a identificar quatro modelos teóricos de funcionamento das unidades de produção familiar, que se distinguem entre si mediante o grau de integração no mercado e a importância da família. Este modelo de tipo weberiano, apresentado na Tabela 1, reflete exatamente a

variabilidade de modos de funcionamento da agricultura familiar, retomando a questão do seu enquadramento entre a modernização (ruptura) e a tradição (continuidade).

Tabela 1 –Tipos ideais de funcionamento das unidades de produção familiar

Modelo/tipo ideal	Características
Modelo empresa	O objetivo principal é produzir para vender, de forma a conseguir remunerar corretamente a força de trabalho e até obter lucro. O trabalho é pouco ou não familiar. Há uma forte dependência externa, em termos de tecnológicos, financeiros e de mercado.
Modelo empresa familiar	O trabalho organiza-se em torno da mão de obra familiar. O património é gerido a partir de uma noção exclusivamente familiar. É um modelo muito dependente do exterior por estar altamente integrado no mercado.
Modelo de subsistência	Forte predominância das lógicas familiares e fraca dependência do exterior/mercado. O principal objetivo da produção é a subsistência da família. Há um baixo nível tecnológico e a produção é reduzida.
Modelo agricultura familiar moderna	Baixa dependência externa e nível tecnológico, financeiro e de mercado. Lógica pouco familiar e mais autónoma.

Fonte: modelo teórico de Lamarche (1997, cit. por Almeida, 2006)

Apesar de não existir total consenso relativamente ao que é a agricultura familiar em termos conceituais, há algumas definições e características que importa aqui elencar. Este conceito remete para todos os “meios de organização da produção agrícola, florestal, pesqueira, pastoril e aquícola que são geridos e operados por uma família, sendo predominantemente dependentes do trabalho familiar de mulheres e homens. A família e a exploração estão ligadas, co evoluem e combinam funções económicas, ambientais, sociais e culturais” (FAO & IFAD, 2019, p. 9, trad. livre). Ou seja, este modelo caracteriza-se pelo facto de as unidades agrícolas serem geridas pela unidade familiar, sendo o negócio transmitido de geração em geração, segundo valores familiares de solidariedade, continuidade e compromisso. Nestes contextos, a agricultura é mais do que um emprego, mais do que uma ocupação: é um estilo de vida (Dinis, 2019). Os

projetos familiares na agricultura são transmitidos, então, no seio das famílias e as gerações seguintes dão-lhes continuidade, perpetuando valores e a identidade familiar. É um processo de reprodução social (em maior ou menor grau) da vida, do nome, do património, da educação, da cultura e da profissão, entendido como natural (Almeida, Magalhães & Féres-Carneiro, 2014).

Este é um conceito multidimensional. A agricultura familiar envolve várias questões que estão interligadas, nomeadamente: a família, a exploração agrícola, a produção de alimentos, a vida doméstica, o conhecimento agrícola, a inovação, o passado, presente e futuro (FAO & IFAD, 2019).

Em termos estatísticos, na União Europeia não existe uma categoria única que se refira à agricultura familiar. Já em Portugal, os agricultores familiares “são geralmente identificados como únicos titulares que operam predominantemente com trabalho familiar – únicos titulares autónomos – categoria estatística presente nos Censos Agrícolas desde 1979” (Dinis, 2019, p.4, trad. Livre).

Em Portugal, em 2019, entrou em vigor o Estatuto da Agricultura Familiar. Este estatuto pretende reconhecer as especificidades deste tipo de agricultura, criando medidas de apoio através da discriminação positiva, sendo que o título de reconhecimento é atribuído ao responsável da exploração agrícola que satisfaça as seguintes condições: idade superior a 18 anos, rendimento anual coletável do agregado familiar inferior ou igual a 25 075 euros, rendimento da atividade agrícola igual ou superior a 20% do total do rendimento, apoio decorrente das ajuda da Política Agrícola Comum (PAC) não superior a 5 000 euros, mão de obra familiar igual ou superior a 50% do total de mão de obra na exploração e, ainda, titular de exploração agrícola familiar situada em prédios rústicos ou mistos (DGADR, s.d.).

Segundo Costa T. P. (2018) o modelo de agricultura familiar tem várias vantagens e desempenha papéis fundamentais. Contribui para a produção de bens alimentares, para a preservação de espécies tradicionais e proteção da biodiversidade, para a sustentabilidade das economias e territórios rurais, criando empregos e fixando populações. Através de práticas agrícolas tradicionais, como a preferência por espécies

locais, a consociação de culturas, a adubação verde e a desfolha manual, a agricultura familiar presta serviços ambientais ótimos para a conservação de ecossistemas.

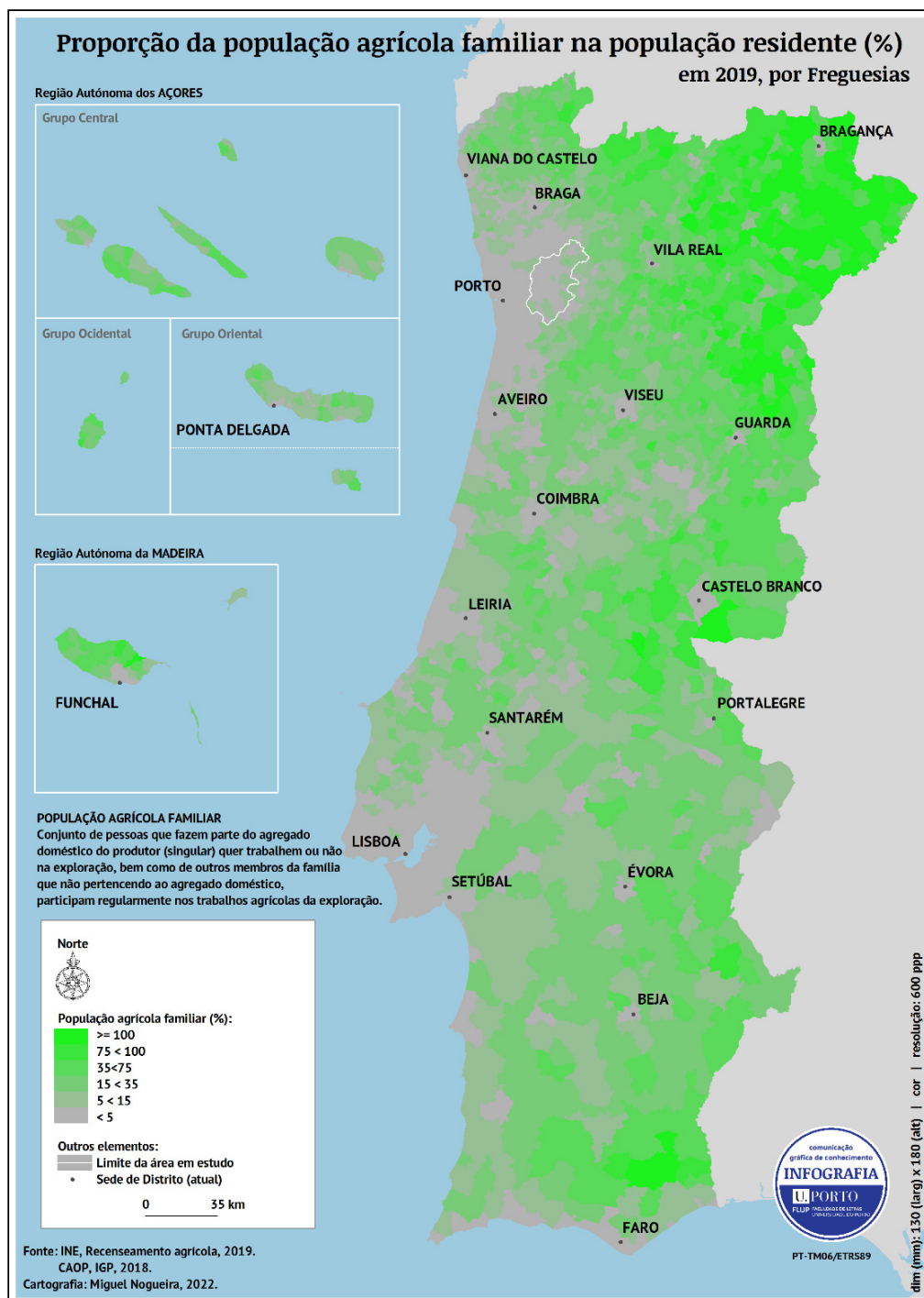
1.2. Características da agricultura portuguesa

Focando agora a realidade portuguesa, verifica-se que a mão de obra agrícola familiar, constituída pelo produtor e o seu agregado doméstico, contribuía com mais de dois terços do trabalho agrícola no país, em 2019 (dados do Recenseamento Agrícola, INE, 2021). O modelo de agricultura familiar existe em todas as regiões, ainda que a população agrícola familiar seja mais frequentemente encontrada a Norte e no interior do país (Figura 1). No continente, a região agrícola com maior percentagem de mão de obra familiar é a Beira Litoral, seguindo-se a Beira Interior e, depois, Entre Douro e Minho.

De facto, o modelo de agricultura familiar está historicamente mais concentrado na região Norte do país, zona de minifúndios. Dinis (2019) refere que, em Portugal, a agricultura familiar está associada a pequenas propriedades orientadas para a subsistência. Esta realidade opõe-se à da região Sul, que se caracteriza pela existência de grandes propriedades (latifúndios). É uma diferença dentro da agricultura portuguesa que se manifesta não só em termos de práticas de produção agrícola distintas, mas também em distintos modos de organização social. A agricultura familiar “é representativa da sociedade camponesa, onde a actividade agrícola era fundamentalmente de subsistência e determinada a partir do espaço doméstico e familiar. Este tipo de sociedade compreendia uma estrutura social relativamente homogénea, na qual a desigualdade se estabelecia entre a classe dos pequenos agricultores e a dos lavradores mais abastados, que possuíam maior porção de terra e utilizavam na produção agrícola mais meios de trabalho. Por seu turno, a percentagem de jornaleiros¹ era claramente menor relativamente às zonas do Sul. Em contrapartida, na região alentejana as formas de divisão social eram bem mais polarizadas em torno de dois estratos principais: os grandes proprietários e os trabalhadores assalariados que representavam parte substancial da população agrícola” (Carmo, 2007, p. 76).

¹ Trabalhador pago ao dia ("jornaleiro", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa).

Figura 1 – População agrícola familiar no total de população residente (%), em Portugal, em 2019



Fonte: dados do INE (2019) e cartografia de Nogueira (2022)

Esta distinção Norte-Sul é particularmente relevante para descrever a agricultura no país até aos anos 50, ainda que a agricultura familiar permaneça, atualmente, mais centrada na região Norte (tal como é possível observar na Figura 1). Segundo Carmo

(2010), não se deve descurar a importância das modalidades de agricultura familiar no Sul do país, cometendo o erro de se cair em simplificações analíticas. O autor destaca que, apesar da natureza da agricultura familiar no Alentejo ser diferente da agricultura familiar das regiões de minifúndio, tais modelos partilham de um conjunto de características que aproximam os modos de vida camponês das duas regiões. A agricultura a tempo parcial, com recurso a trabalho familiar, é uma característica do sistema agrário alentejano, que o aproxima a outros sistemas do país.

De facto, em Portugal, a agricultura tende a ser uma atividade desenvolvida a tempo parcial, sendo complementada por outras. Ou seja, as situações de pluriatividade e plurirrendimento são comuns no país. Dados do Recenseamento Agrícola de 2019 revelam a “manutenção da pluriatividade e diversidade das fontes de rendimento, comprovada pelo facto de 43,2% dos agregados domésticos declararem rendimentos provenientes de salários e 7,5% referirem que desenvolvem outras atividades empresariais não relacionadas com a exploração agrícola. Por outro lado, somente 5,2% dos produtores vivem exclusivamente dos rendimentos da sua atividade na exploração agrícola” (INE, 2021, p. 140).

A pluriatividade não é um fenómeno recente. Contudo, temos vindo a assistir a uma substituição das “formas tradicionais de pluriactividade agrícola por modalidades mais diversificadas, que conjugam o trabalho exercido na exploração agrícola com a generalização de actividades exteriores ao sector” (Carmo, 2010, p.20). Ou seja, em vez de se dedicarem a vários trabalhos dentro do setor agrícola (combinando, por exemplo, trabalho agrícola assalariado e trabalho agrícola familiar), os agricultores passaram a acumular funções na indústria e nos serviços. De referir que a importância da pluriatividade no rendimento das famílias é especialmente relevante nos locais de minifúndio, tipicamente associados ao modelo de agricultura familiar. Assim, é comum a existência de unidades de produção orientadas para a subsistência, onde as fontes de rendimento adicionais garantem a sobrevivência das famílias que se dedicam à agricultura a tempo parcial (Almeida, 1999). Em paralelo, também os novos rurais parecem aderir ao modelo de pluriatividade, apostando na diversificação produtiva

(agrícola e não agrícola), conjugando atividades endógenas e exógenas à agricultura (Luís, 2020).

De forma geral, a agricultura portuguesa está marcada pela existência de fortes desigualdades: a maior parte da superfície agrícola utilizada concentra-se num conjunto pequeno de proprietários; as explorações de maior dimensão, que são 3% do total de explorações, geram 55% do valor de produção padrão total (VPPT)²; já as explorações de pequena dimensão (que compõem 79% do total das explorações) geram apenas 13% do VPPT (Pinheiro, 2018). Por outras palavras, de um lado temos um número reduzido de proprietários, com grandes e rentáveis explorações e, do outro, um grande número de proprietários com pequenas explorações agrícolas, muitas destas categorizadas como agricultura familiar.

Tendo em conta o contexto Europeu, verifica-se que “a maior parte do território nacional, apresenta das mais baixas dimensões médias das explorações na Europa (< 10 hectares por exploração). Em contrapartida o Alentejo apresenta explorações de maior dimensão”, porém “a agricultura portuguesa é pouco produtiva quando comparada com a média da UE28” (INE, 2021, pp. 151 e 165).

Em termos de produção agrícola, segundo Mørch (1999, cit. por Encarnação, 2020) é possível identificar quatro componentes da estratégia mediterrânica tradicional, adaptadas às condições climáticas da região: culturas de sequeiro baseadas nas chuvas invernais, tais como o trigo, a cevada, o milho e leguminosas variadas; culturas permanentes que sobrevivem ao verão quente, nomeadamente a oliveira e a videira (cuja importância económica permanece nos dias de hoje); transumância³ de forma a evitar o verão quente e seco e, ainda, irrigação de forma a compensar o verão quente e

² O valor de produção padrão total (VPPT) total corresponde “à soma dos diferentes VPP obtidos para cada atividade, multiplicando os VPP pelo número de unidades, [sendo o VPP] o valor monetário médio da produção agrícola numa dada região, obtido a partir dos preços de venda à porta da exploração. É expresso em hectare ou cabeça de gado, conforme o sistema de produção” (INE, 2011 cit. por Pinheiro, 2018, p. 31).

³ A transumância consiste na “passagem periódica de rebanhos, geralmente de carneiros, da planície para as montanhas e vice-versa” (“transumância”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa). “Durante os invernos, húmidos, os rebanhos permaneciam nas planícies ou junto ao mar, no verão estes subiam às montanhas húmidas para aproveitar os excelentes pastos” (Encarnação, 2020, p. 13). É uma prática que, atualmente, está quase extinta.

seco. Tradicionalmente, as explorações agrícolas apostavam na diversidade de culturas. No entanto, atualmente, “vivemos uma realidade em que as pequenas explorações agrícolas estão a ser absorvidas por explorações mais competitivas, e a especialização de culturas é galopante” (Encarnação, 2020, p. 14), particularmente no que concerne a grandes monoculturas de oliveira, vinha, macieira, pereira, milho. Em 2019, de entre os quase 4 milhões de hectares da superfície agrícola utilizada (SAU), mais de metade estava ocupada por pastagens permanentes, seguindo-se as terras aráveis (destinadas a culturas temporárias como cereais e hortícolas) com 26,2% e, depois, as culturas permanentes com 21,7% (INE, 2021).

Apesar da importância da atividade agrícola, em Portugal, assiste-se a um enorme decréscimo da mesma, desde 1999, que se tem vindo a manifestar tanto em termos de uma redução no número de explorações agrícolas, como em termos de uma diminuição da população agrícola. Estes aspetos relacionam-se com outros fenómenos, tais como: o abandono de terras pela reduzida viabilidade económica das explorações, dinâmicas de emigração da população rural, processos de envelhecimento da população agrícola, entre outros (Pinheiro 2018).

Relativamente ao número de explorações agrícolas, dados do Recenseamento Agrícola de 2019 (INE, 2021) revelam esta quebra: em 2019 foram recenseadas menos 15 mil explorações do que em 2009. No entanto, a SAU aumentou em 8,1%. Este último dado, juntamente com o facto de a dimensão média das explorações ter aumentado 13,7% no mesmo período, revela o crescimento da concentração da propriedade agrícola, contribuindo para reforçar a desigualdade entre um reduzido número de agricultores com pequenas explorações e um elevado número de grandes proprietários.

Já sobre a mão de obra agrícola, sabe-se que, em 1950, a agricultura empregava 47% da população e representava 32% do PIB do país. No entanto, a partir dos anos 60, passou a haver escassez de mão de obra resultante do êxodo rural, que é acompanhada de mecanização do trabalho agrícola. Tudo isto origina, consequentemente, a degradação de práticas tradicionais, o aumento de terras abandonadas e de áreas de terra limpa para facilitar o uso de máquinas (Encarnação, 2020). Anos mais tarde, em 1986, estas tendências são reforçadas com a entrada de Portugal na CEE. A ligação do

país à PAC resultou na expansão dos incultos, no emparcelamento e na especialização da produção.

Para Dinis (2019), apesar de a PAC ter sido desenhada para apoiar os agricultores familiares, a forma como os subsídios são distribuídos acaba por favorecer os grandes detentores de propriedade. Além disso, 40% dos proprietários não chegam sequer a ser considerados qualificados para receber subsídios. É nesta linha que Vivas (2017, p.68) afirma que a “União Europeia parece determinada a acabar com o pequeno agricultor. É o que se percebe da reforma da Política Agrícola Comum (PAC), adotada em dezembro de 2013. As medidas mais uma vez beneficiam os latifundiários e o agronegócio e penalizam aqueles que trabalham e cuidam da terra”.

Ribeiro (2009) destaca que a agricultura portuguesa não consegue acompanhar a globalização e o crescente desenvolvimento económico. Para a autora, os principais problemas do setor agrícola são: o envelhecimento da população rural, a insuficiência de investimento e de criação de oportunidades, a falta de empreendedorismo dos jovens agricultores e a insuficiência de formação na área. Desta forma, é importante investir na agricultura e nos agricultores portugueses, especialmente na sua qualificação. De facto, os agricultores familiares de Portugal são pouco qualificados, detêm explorações pequenas, não se dedicam nem dependem totalmente da agricultura (situações de pluriatividade) e estão, de forma geral, envelhecidos (Costa, T. P., 2018).

Em termos políticos, é de salientar que, apesar de a agricultura familiar ser dominante em Portugal, existem poucas referências à mesma nos documentos governamentais relacionados com o setor agrícola. O discurso político não capta a diversidade nem a evolução da agricultura familiar, debruçando-se apenas sobre a oposição entre esta e a agricultura profissional – sendo que este segundo modelo é apresentado como desejável. Há uma narrativa neoliberal que associa a agricultura à produtividade e não a questões sociais, nem ambientais (Dinis, 2019).

1.3. Alterações climáticas, capitalismo e agricultura

A agricultura é uma atividade com milhões de milhões de anos que sempre teve lugar de destaque na vida e na economia das comunidades, especialmente as rurais (Pinheiro, 2018). Inicialmente, esta atividade tinha como função a autossubsistência dessas comunidades, sendo que, posteriormente, passou a dar resposta às necessidades de bens alimentares das cidades, onde a indústria se começou a desenvolver e para onde enviava os seus excedentes que rapidamente se tornaram exíguos. Mas o capitalismo acabou por ultrapassar as fronteiras citadinas e penetrou nas aldeias, alterando modos de vida. É neste contexto que os camponeses abandonam os campos para trabalhar nas fábricas ou se transformam em agricultores, produzindo para vender no mercado e obter rentabilidade (ibidem).

Em geral, os cientistas concordam que o aquecimento global foi acelerado pelas atividades humanas que, desde a Revolução Industrial, começaram a emitir gases com efeitos de estufa para a atmosfera (Giddens, 2013). De facto, a “revolução industrial transformou um mundo baseado na agricultura, pecuária e manufatura, num mundo industrial de produção em larga escala gerando o consumo em massa, ou seja, o desejo nas pessoas de cada vez ter mais, adquirir mais bens e produtos de consumo” (Silveira, 2018, pp. 131-132). O aumento da produção numa escala ainda maior veio potencializar os riscos da evolução tecnológica. As sociedades atuais são sociedades de risco(s) à escala global: neste modo de economia e de sociedade proliferam as consequências imprevistas da ação humana, que são cada vez mais incontrolláveis (Beck, 2001). Os riscos ambientais, nomeadamente, são cada vez mais frequentes e visíveis. Neste sentido, verifica-se que existe uma associação entre industrialização, capitalismo, ação humana, alterações climáticas e risco.

A atividade agrícola “é, em simultâneo, uma das principais vítimas e um dos principais impulsionadores das mudanças climáticas” (Parmentier, 2014, p.45, trad. Livre). Isto é, por um a lado, a agricultura moderna envolve práticas que levam, por exemplo, à perda de biodiversidade e à emissão de gases com efeitos de estufa (Encarnação 2020); por outro lado, os agricultores/as enfrentam problemas relacionados com os fenómenos climáticos. Neste enquadramento, nomeadamente em

Portugal, o facto de o ano de 2021 ter sido o quinto ano mais quente, com temperaturas altas e fracos níveis de precipitação, deixou o setor agrícola numa situação preocupante e os agricultores em dificuldade devido à seca (Morais, 2022).

A chamada revolução verde remete para a industrialização da agricultura e da pecuária, caracteriza-se pelo elevado grau de mecanização, pela utilização de sementes modificadas, pela produção de Alimentos Geneticamente Modificados (AGM), pela produção intensiva e deslocalizada com base em agrotóxicos e pela uniformização dos produtos (Vivas, 2017). Temos, então, um sistema agroalimentar intensivo, industrial, quilométrico (já que os alimentos viajam milhares de quilómetros desde a produção até ao consumo), deslocalizado e “petrodependente” (isto é, dependente de petróleo) que desrespeita os direitos dos trabalhadores e animais, que tem impactos no ambiente e na saúde.

O sistema em que vivemos não garante a segurança nem a soberania alimentar (Ibidem). Este último conceito implica que cada povo tenha o direito de definir as suas políticas agrícolas e alimentares, controlando o mercado interno; implica uma agricultura local, diversa, camponesa, sustentável, culturalmente adequada; implica que o povo controle os recursos naturais; implica que os consumidores tenham todas as informações sobre o que consomem. Conclui-se que “a revolução verde falhou na sua missão de proporcionar comida abundante, segura e barata para toda a gente” (Encarnação, 2020, p.6).

Quando aborda os fatores que incapacitam a agricultura familiar, Pinheiro (2018) apresenta o sistema capitalista em si como uma dificuldade a este modelo. Refere que a organização do mercado capitalista, que se caracteriza pela concorrência desleal das importações subsidiadas de produtos agrícolas permitindo a expansão de grandes empresas, leva à desvalorização dos atores sociais locais e da atividade agrícola, resultando no êxodo rural e no agravamento das alterações climáticas que trazem consigo períodos de instabilidade meteorológica. Além disso, segundo Piccolotto & Bremm (2016), o próprio sistema coloca entraves à ecologização da agricultura familiar, no sentido em que se torna difícil vender produtos biológicos/agroecológicos e locais devido à competição com as grandes redes de supermercados.

Apesar de todas as dificuldades, a verdade é que a atividade agrícola permanece. “A falta de alternativas profissionais, o complemento ao rendimento do agregado ou o apego à terra são algumas das justificações identificadas para a não extinção desta atividade” (INE, 2011 cit. por Pinheiro, 2018, p.33). Segundo Dinis (2019), a agricultura familiar continua a existir num contexto capitalista porque o trabalho familiar se revela mais eficiente devido à motivação dos trabalhadores em satisfazer as necessidades da família e pela não dependência de salários baixos e supervisão autocrática. Além disso, a produtividade das terras tende a ser maior em unidades de menor dimensão. Por fim, verifica-se que este modelo de agricultura conseguiu desenvolver estratégias de adaptação, tais como: a diversificação do negócio dentro e/ou fora da agricultura (pluriatividade), a intensificação e especialização da produção agrícola. Tudo isto permite que a agricultura familiar se mantenha, mesmo tendo dificuldade em competir com unidades agrícolas orientadas para o lucro⁴.

As vantagens ambientais da agricultura familiar são postas em causa pelo sistema capitalista, nomeadamente devido à utilização crescente de pesticidas (Costa, T. P., 2018). Apesar de os agricultores familiares serem atores sociais que vivem entre a tradição e a modernização, não reproduzindo totalmente o modelo clássico da empresa capitalista e não abandonando totalmente as lógicas familiares (Wanderley, 2003), a preocupação com a produtividade é crescente. Na verdade, o processo de intensa integração ao mercado ao qual os agricultores têm vindo a ser submetidos gradativamente “há mais de um século, configurou lógicas de gestão nas quais a dimensão económica, concretizada na ampliação da produtividade e da renda e na preocupação com a manutenção e/ou ampliação de mercados, é cada vez mais valorizada” (Almeida, 2006, p. 44).

A visibilidade dos problemas ambientais potenciados pela atual forma de agricultura que revelam o falhanço da revolução verde clarificam a importância de se apostar em alternativas. A agricultura familiar nas suas modalidades mais ecológicas e

⁴ Em Portugal, dados do Recenseamento Agrícola (INE, 2021) revelam um decréscimo na mão de obra agrícola familiar. No entanto, esta modalidade ainda representava 68% da mão de obra agrícola total, em 2019.

tradicionais (sem uso de agrotóxicos, com culturas diversificadas) pode (e deve) ser entendida como um caminho mais sustentável e justo. De facto, “o atual sistema alimentar e agrícola é o grande responsável pela desflorestação, escassez de água, perda de biodiversidade, esgotamento do solo e altos níveis de emissões de gases de efeito estufa, que contribuíram significativamente para as mudanças climáticas (...) Para atender às necessidades das gerações do presente e do futuro, é essencial acelerar a transição para sistemas alimentares e agrícolas mais sustentáveis (...) Os agricultores familiares produzem cerca de 80% dos alimentos do mundo e, portanto, têm o potencial único de impulsionar essa transição. Enraizados nas suas comunidades e entendendo as ecologias locais, eles estão bem posicionados para oferecer soluções contextualizadas, abrangentes e de longo prazo” (FAO & IFAD, 2019, p.62, trad. Livre).

Há que salientar que a agricultura tradicional/camponesa e familiar permite a produção de alimentos saudáveis e adequados, aumenta a resiliência às alterações climáticas, produz menos gases com efeitos de estufa, apresenta custos de produção mais reduzidos, garante níveis mais elevados de biodiversidade e melhora os modos de vida rurais já que cria autonomia para as famílias. É um modelo que pode ser considerado superior ao da agricultura industrial (Rosser, 2015 cit. por Encarnação, 2020).

O capitalismo, que é a principal forma de organização das sociedades modernas trouxe graves consequências, tais como a desigualdade da distribuição dos recursos, o desrespeito pelos direitos laborais, a destruição ambiental. Neste contexto, passou a ser necessário procurar caminhos alternativos e, assim, foram surgindo iniciativas económicas que “recuperam princípios da associação e autoajuda caraterísticos das sociedades pré-capitalistas” (Pinheiro, 2018, p. 18). Existem várias abordagens e propostas de caminhos alternativos dentro daquilo que Cattani (2009) apelida de “outra economia”, que se regem pelos princípios da solidariedade, sustentabilidade, inclusão e emancipação social. Sem pretensões de exaustividade, o Anexo 1 (p. 105) reúne algumas dessas perspetivas de economia alternativa, salientando as suas principais características.

Existem provas de que a agricultura ecológica é tão ou mais produtiva que a industrial e, além disso, permite justiça social e ambiental, bem como segurança e soberania alimentar. Acresce que não é uma alternativa mais cara para os consumidores (Vivas, 2017). Assim, há que promover o desenvolvimento de uma agricultura familiar que se associe aos princípios da agroecologia, afastando os agricultores/as familiares dos processos capitalistas de integração no mercado, de competição, de intensificação da produção e uso de agrotóxicos.

1.4. Sistemas alimentares e desigualdades sociais: a questão do género

Constata-se que a revolução verde falhou na garantia de segurança e de soberania alimentar, bem como na proteção ambiental. Mas, além disso, é de destacar que existem fortes desigualdades sociais associadas ao setor agrícola e aos sistemas agroalimentares. Os problemas são notórios, por exemplo, quando se sabe que existe abundância de alimentos (e até mesmo desperdício alimentar) e, em simultâneo, fome. No sistema capitalista, que se caracteriza pela concertação e privatização dos recursos, pela monopolização do mercado e pela desigualdade, não se tem em conta o bem comum. A comida é uma mercadoria como qualquer outra (Vivas, 2017).

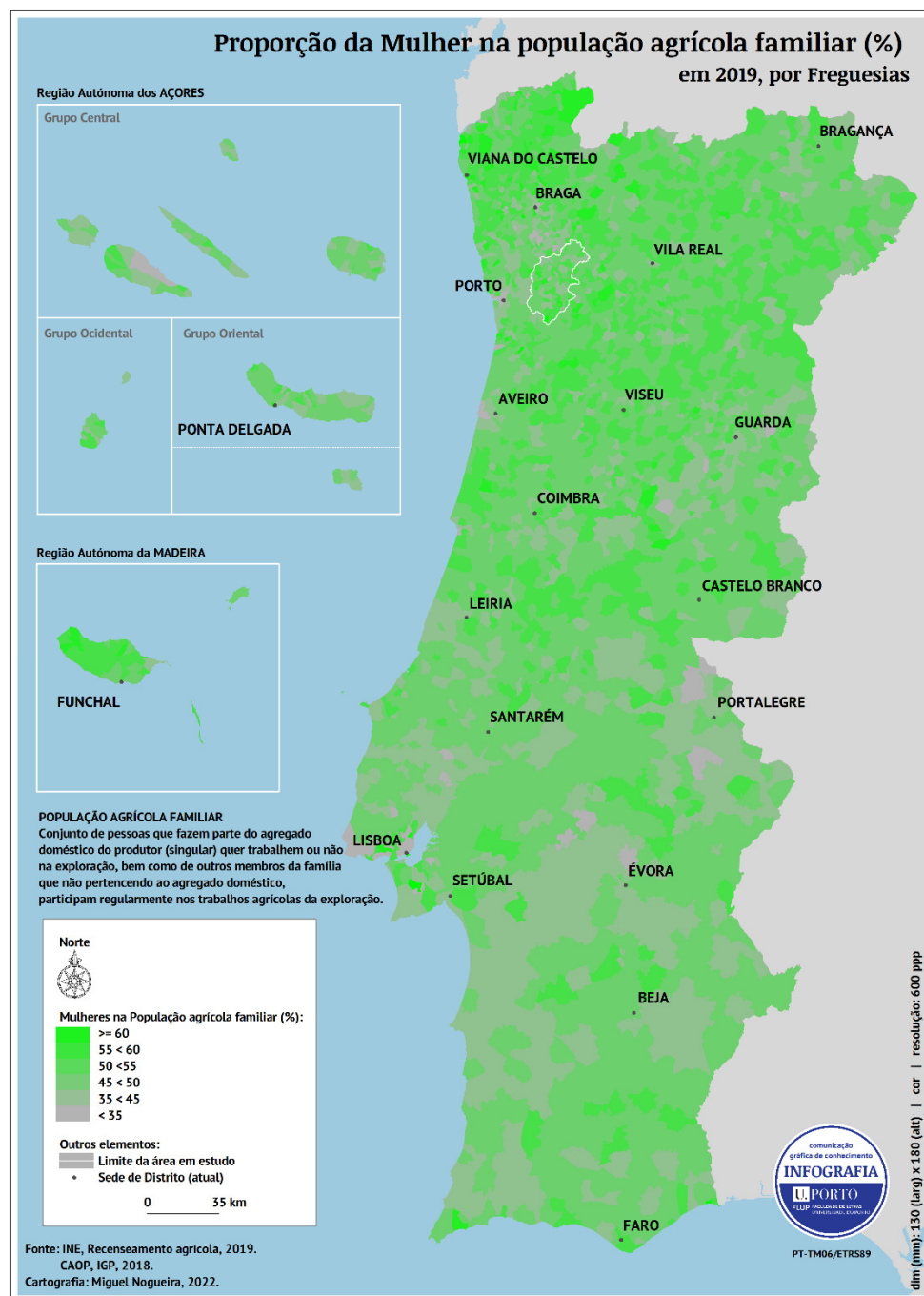
As desigualdades existem e manifestam-se a vários níveis. Em termos territoriais, nomeadamente, há desigualdades claras entre as regiões mais industrializadas e o resto do mundo. “A pegada de terra e oceano europeia é de 2,5 hectares por pessoa, isto é a quantidade de espaço necessário para suprir todas as necessidades do europeu médio. O valor está em contraste com a média mundial de 1,2 hectares” (Encarnação, 2020, p. 2). É um sistema de desigualdade mundial suportado pelo agronegócio em que, de forma geral, quem vive nos países de elevado rendimento tem melhores condições de vida. Aqueles que residem nos países de baixo rendimento têm menos alimento disponível e passam mais fome, têm menos acesso a educação, saúde e trabalho digno (Giddens, 2013). Está-se perante um modelo agrícola que gera fome, pobreza e desigualdades várias (Vivas, 2017), de entre as quais se irá salientar aqui a desigualdade entre homens e mulheres.

Dados do Recenseamento Agrícola de 2019 revelam que os produtores agrícolas singulares “são maioritariamente homens (67,1%), têm em média 64 anos (mais dois anos que em 2009), 46,3% só concluíram o primeiro nível do ensino básico e 53,0% têm formação agrícola exclusivamente prática. O agregado familiar do produtor é constituído em média por 2,4 pessoas, sendo que em 59,5% destes agregados existem beneficiários de pensões e reformas” (INE, 2021). Sabe-se, no entanto, que as próprias estatísticas tendem a invisibilizar a contribuição das mulheres na agricultura: os dados disponíveis podem ser enganadores, uma vez que não abrangem a informalidade da economia rural em que as mulheres estão envolvidas (EIGE, 2016).

Ainda assim, tal como visível na Figura 2, existe uma percentagem considerável de mulheres na agricultura familiar portuguesa que é contabilizada pelas estatísticas. A presença da mulher na agricultura familiar ocorre em todo o território nacional, com maior expressividade a Norte.

A verdade é que as mulheres têm um papel fulcral nas comunidades rurais. Elas contribuem ativamente na manutenção, conservação e desenvolvimento das áreas rurais, em termos económicos e sociais. Elas produzem, comercializam, cuidam, transmitem conhecimentos e tradições, entre outros. O que acontece é que há uma insuficiente contabilização do trabalho feminino porque, muitas vezes, as próprias mulheres não reportam esta atividade já que não se identificam profissionalmente como agricultoras ativas e empregadas. Consequentemente, além de não serem contabilizadas para as estatísticas, não detêm proteção social (ibidem). Black, Guest, Bagnol, Braaten & Laven (2019) demonstram que, de facto, as mulheres tendem a não ser contabilizadas como agricultoras, estando associadas a trabalho familiar gratuito. Estes autores refletem, nomeadamente, sobre o facto de a produção de cacau ser identificada como um negócio masculino porque os homens dominam os processos de tomada de decisões e de transação comercial, enquanto o trabalho das mulheres nas explorações não é quantificado, reconhecido nem valorizado.

Figura 2 – Mulheres na agricultura familiar (%) em Portugal, em 2019



Fonte: dados do INE (2019) e cartografia de Nogueira (2022)

“A economia capitalista funciona como um iceberg, do qual você só vê a ponta, uma pequena parte da economia produtiva de mercado, o trabalho remunerado associado ao masculino. Mas a maior parte do bloco permanece «escondido» debaixo d’água. É a economia reprodutiva, da vida, do cuidado, associada ao feminino. Sem ela, o mercado não funcionaria, porque ninguém a iria sustentar” (Vivas, 2017, p.93).

Há, então, uma tendência de desvalorização e invisibilização do trabalho feminino em geral, mas também especificamente no contexto agrícola. Essa tendência é, muitas vezes, reproduzida na investigação científica, no sentido em que a pesquisa falha na contabilização das contribuições das mulheres na agricultura porque se aplicam definições restritas daquilo que é o trabalho e atividade económica (FAO, 1994 cit. por Black et al., 2019). Neste enquadramento, verifica-se que são necessárias investigações sensíveis às questões de género. Há que reconhecer que as mulheres e raparigas são afetadas de forma diferente pelos mesmos fenómenos (González, 2021). É neste sentido que Hillenkamp (2019a) avança com uma base teórica alternativa, que implica uma leitura não normativa da economia e uma conceção feminista do trabalho: é necessário reconhecer que o objetivo da economia deve ser a reprodução da vida, enquanto se valoriza o trabalho do cuidado.

Recentrando a atenção no setor agrícola, Rodrigo (1986) e Almeida (1999) destacam que a participação das mulheres na população ativa agrícola é crescente, em especial nas categorias de trabalhadores isolados e trabalhadores familiares não remunerados. Este processo de feminização da agricultura, verificado em Portugal, associa-se, de acordo com a mesma autora, à saída do homem da exploração agrícola para setores como a construção civil e a indústria. O desenvolvimento industrial ofereceu aos homens oportunidades de emprego fora da agricultura, enquanto esta atividade, cada vez menos prestigiante e compensadora a nível social, foi entregue às mulheres. Há uma procura preferencial por mão de obra masculina no exterior e, em simultâneo, a nível interno, verifica-se que as localidades carecem de apoios sociais (como creches e cantinas) e de transportes, o que dificulta a mobilidade das mulheres já que ficam para cuidar.

Isto não significa, no entanto, que as mulheres não estivessem anteriormente nos campos. Pelo contrário. O que estes autores verificam nos seus trabalhos é que as mulheres passaram a assumir, além do trabalho doméstico, tarefas agrícolas que anteriormente eram repartidas pelo casal ou até da responsabilidade do marido. Isto resulta numa sobrecarga da mulher. O Relatório Global da Desigualdade de Género de 2016 (cit. por Black et al., 2019) salienta a existência de um fardo triplo, já que as

mulheres continuam a dedicar-se ao trabalho doméstico e ao trabalho reprodutivo enquanto contribuem, significativamente, com trabalho produtivo. No caso do mundo rural, além de se dedicarem às atividades agrícolas e pecuárias, as mulheres desenvolvem no seu quotidiano inúmeras outras tarefas domésticas e de cuidado.

Apesar do processo de feminização do trabalho agrícola, mantêm-se certas dinâmicas de divisão sexual do mesmo. O trabalho mecanizado, nomeadamente, tende a ser realizado pela mão de obra masculina: o marido dedica fins de semana ou fins de tarde a tarefas “pesadas” ou então estas ficam a cargo de outros familiares do sexo masculino. O homem tem ainda a seu cargo as decisões de comercialização (Rodrigo, 1986).

Em simultâneo, permanecem dinâmicas de divisão sexual do espaço. Carmo (2007) reflete sobre a manutenção e interiorização da desigualdade de género e das formas de controlo social de cariz tradicional, ainda que as aldeias portuguesas tenham enfrentado processos de mudança (especialmente no que diz respeito às relações com as cidades). Conclui que permanece uma separação espacial, em que o privado é o espaço atribuído à mulher e o público pertence ao homem, não havendo alterações significativas no papel da mulher no agregado familiar agrícola mesmo que o trabalho na agricultura se tenha feminizado. A dominação existente na esfera pública limita a participação e a contribuição de grupos sociais dominados, como é o caso das mulheres trabalhadoras (Hillenkamp, 2019b).

Para Hillenkamp (2019a), existe uma falta de autonomia das mulheres que se reflete nas extensas jornadas de trabalho, na sobrecarga, no acesso dificultado a mercados e espaços de participação política. A desigualdade de género, baseada na divisão sexual e espacial do trabalho, é um fenómeno muitas vezes encoberto que tem inúmeras consequências para as mulheres (nomeadamente: a construção de representações conservadoras sobre a mulher, como uma figura submissa, e sobre a família; a violência de género, entre outras). De referir que a própria tradição e a cultura servem, frequentemente, como justificação para a perpetuação, em contexto familiar, de práticas que atentam contra meninas e mulheres, tendo impactos diretos na redução dos seus direitos e causando sofrimento (Frade, 2021).

No que concerne ao trabalho remunerado, existe uma forte desigualdade salarial entre homens e mulheres no setor agrícola, sendo que, além disso, as segundas tendem a estar afastadas dos cargos de decisão (EIGE, 2016). Dados da PORDATA (FFMS, s.d.) revelam que no setor da agricultura e pescas, em 2019, os salários das mulheres foram 13,4% inferiores aos dos homens. Dados do Recenseamento Agrícola (INE, 2021) demonstram que, nesse mesmo ano, apenas 33,3% de explorações agrícolas eram lideradas por mulheres e apenas 15,1% das sociedades agrícolas eram dirigidas por mulheres.

Vários indicadores mostram que as mulheres das áreas rurais vivem pior que os homens rurais (e que as mulheres urbanas), sendo afetadas desproporcionalmente pela pobreza e exclusão social (Black, et al., 2019). As desigualdades estão presentes em inúmeras dimensões: as mulheres agricultoras têm menos acesso a sementes, fertilizantes e equipamento de qualidade; menor acesso a mercados internacionais, a formação e a serviços de apoio (ibidem). Além disso, as mulheres proprietárias tendem a ter explorações agrícolas menores, ainda que maioritariamente não sejam as detentoras da propriedade agrícola (EIGE, 2016). É um “ciclo de desprivilegio fundamentado em fatores socioculturais, políticos e económicos” no qual as “mulheres não têm pleno acesso e controlo a recursos naturais e produtivos” (Medina, 2020, p. 79).

Claro que já se verificam algumas mudanças no sentido da maior igualdade de género. Carmo (2007), ao analisar uma aldeia alentejana, constata que há algum grau de empoderamento feminino, alguma conquista do espaço público por parte da mulher, enquanto que o homem também conquista o espaço doméstico. Há, no entanto, um longo caminho a percorrer já que as mulheres continuam a assumir inúmeras responsabilidades não pagas, cuidando das famílias e da comunidade, e, em simultâneo, o seu trabalho produtivo é invisibilizado (EIGE, 2016). Efetivamente, “o papel de centralidade da mulher para a alimentação é frequentemente invisibilizado, não remunerado ou quando ocorre remuneração, esta é raramente efetuada de maneira justa e igualitária” (Medina, 2020, p. 77).

1.5. O futuro das áreas rurais e da agricultura familiar com as mulheres: agroecologia e soberania alimentar

O modelo do agronegócio tem graves problemas ambientais e sociais, estando associado ao fenómeno das alterações climáticas e a sistemas de desigualdades várias, de entre as quais se salienta a desigualdade de género. Neste contexto, há a necessidade de se transitar para um novo modelo, em que se procure reduzir os produtos químicos utilizados na agricultura, proteger o meio ambiente e a saúde, reforçar interações biológicas e físicas nos agro-sistemas, sendo que os próprios agricultores devem ser entendidos como atores sociais capazes de construir essa mudança (Almeida, 2006).

Na sociedade de risco, em que a proteção do meio ambiente é muito vulnerável, verifica-se que “a ideia utilitarista e de supremacia do ser humano frente a natureza em nada contribuiu para a proteção do meio ambiente, aliás o descompromisso com a natureza por décadas tem nos causado fortes consequências com riscos que fogem ao nosso controle” (Silveira, 2018, p.131).

Fica bem claro que “a agricultura convencional precisa de mudar de paradigma, porquanto o modelo químico-mecânico, intensivo em *inputs*, que a caracteriza, não tem proporcionado nem sustentabilidade nem saúde” (Barros, 2020, p. 147). Nas explorações agrícolas portuguesas, nomeadamente, os problemas da agricultura convencional e do sistema agroalimentar atual manifestam-se em termos de dependência de rações à base de soja/milho e combustíveis fósseis, falta de investigação e transferência de práticas/conhecimentos ecológicos para o contexto mediterrâneo, dificuldade de acesso a unidades de transformação certificadas e, ainda, a seca (Encarnação, 2020).

No hemisfério Sul, face aos problemas do sistema, surgiram as “primeiras experiências de agricultores familiares, assentados e suas organizações em busca de práticas agrícolas ecológicas, que fazem apreciações críticas da modernização e que visaram a resgatar formas de produzir tradicionais” (Picolotto & Bremm, 2016, p. 108).

O contexto atual é particularmente favorável ao desenvolvimento e aplicação de mecanismos de intervenção no espaço rural, em especial na agricultura familiar. Dinis

(2019) destaca a recente valorização e reconhecimento do papel dos agricultores familiares nas comunidades rurais e seu desenvolvimento sustentável. Este interesse na temática é visível a nível internacional, nomeadamente pela criação da Década da Agricultura Familiar pelas Nações Unidas (referente ao período entre 2019-2028) que visa o desenho e implementação de políticas económicas, ambientais e sociais que reforcem a posição da agricultura familiar no mundo.

É possível afirmar, já sobre o caso português, que “a ruralidade apresenta novas oportunidades e que as zonas rurais, diversificadas, contêm no seu seio grandes potencialidades”, sendo que “atualmente nota-se vontade política em levar por diante o desenvolvimento do chamado ‘interior’” (Barros, 2020, p. 149). De salientar a criação, em 2021, do Centro de Competências para a Agricultura Familiar e Agroecologia e a apresentação, em julho do presente ano, do Plano de Ação para a Década da Agricultura Familiar em Portugal: um documento que resultou de um processo participativo e contém uma visão para a agricultura familiar no país e metas a atingir, até 2028, no sentido do reconhecimento do contributo social, económico e ambiental deste modelo agrícola na saúde, sustentabilidade e desenvolvimento rural. O terceiro pilar deste plano passa pela promoção da “equidade de género na agricultura familiar e o papel de liderança das mulheres rurais”. De facto, o fortalecimento da agricultura familiar passa, necessariamente, pelo combate à desigualdade de género, até porque as mulheres desempenham papéis fundamentais no mundo agrícola. Existe uma forte ligação entre a igualdade de género, o bem-estar das comunidades, a segurança e a soberania alimentar (EIGE, 2016), sendo necessária uma visão holística da realidade que permita promover políticas e mecanismos de intervenção adequados.

Para a FAO & IFAD (2019), a agricultura familiar relaciona-se diretamente com os objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030. O investimento nos agricultores familiares tem um potencial transformador, nomeadamente porque permite a transformação dos sistemas alimentares no sentido da sustentabilidade, a preservação de ecossistemas e a luta climática. De entre os pilares de ação destacam-se: a promoção da equidade de género na agricultura familiar e a promoção da liderança das mulheres rurais; o fortalecimento das organizações e capacidades dos agricultores,

no sentido da representação dos mesmos e da criação de conhecimento e, ainda, a promoção da sustentabilidade da agricultura familiar, de forma a obter sistemas agroalimentares climaticamente resilientes.

Existem algumas propostas de intervenção que procuram apostar em iniciativas sociais que apontem em direções alternativas: “a partir da agroecologia, grupos e cooperativas de consumo, hortas urbanas, cozinha comprometida e de quilometragem zero, compras diretas e sem intermediários aos agricultores locais e orgânicos” (Vivas, 2017, p. 195). Os caminhos possíveis dentro da outra economia, que é mais solidária, sustentável, inclusiva e emancipadora (Cattani, 2009) são vários. Efetivamente, segundo Vivas (2017), há uma grande variedade de modelos organizativos na construção de iniciativas alternativas, no entanto, essas compartilham alguns critérios ideológicos comuns e caminham todas na direção do questionamento do modelo agroalimentar capitalista.

A proposta da agroecologia surge como uma opção teórica e prática alternativa no caminho para a sustentabilidade, soberania alimentar e igualdade de género: “os sistemas científico-tecnológicos ancoram-se em paradigmas do conhecimento e no caso vertente da defesa de nova orientação podemos contar com um paradigma emergente – a agroecologia” (Barros, 2020, p. 147), que implica uma agricultura alternativa àquela que é praticada no pós-revolução verde (Rover, Gennaro & Roselli, 2016).

Picolotto & Bremm (2016) apresentam-nos a agroecologia como um contramovimento que surge face aos efeitos perversos da modernização agrícola (tais como: poluição, erosão dos solos, aumento da concentração de propriedade, disparidades de rendimentos, êxodo rural, entre outros) e vai resgatar práticas tradicionais e com menor impacto ambiental, ao mesmo tempo que permite a reconexão entre a agricultura e a comunidade, valorizando a autonomia dos agricultores. Está em causa uma transformação social holística: além da adoção de outras práticas de produção agrícola, pretende-se uma mudança social em termos de proteção dos trabalhadores rurais, igualdade de género, comercialização alternativa e justa, respeito por todos os seres, colaboração e associativismo. Pinto (2020) fala-nos

de um movimento agrogeológico que define sustentabilidade em três dimensões, tal como explicitado na Tabela 2.

Tabela 2 – Bases de sustentabilidade económica, social e ambiental na agricultura, no âmbito do movimento agrogeológico

Económica	Social	Ambiental
Reduzir o desperdício na colheita e o material de embalagem; promover e valorizar a produção local; reduzir os tempos e custos de comercialização.	Evitar a exclusão da pequena agricultura/agricultura familiar; obter justiça nos rendimentos; desenvolver relações de solidariedade.	Reduzir o transporte ao mínimo; eliminar a monocultura; adotar práticas agrícolas agroecológicas.

Fonte: Silva (2020)

A agroecologia é, portanto, “um projeto «contrahegemônico», por oposição ao agronegócio, no sentido que se opõe à dependência, às desigualdades sociais e danos ambientais comumente associados a esse modelo, buscando práticas e relações sociais que garantam maior autonomia e sustentabilidade” (Hillenkamp & Nobre, 2018, p. 169). A agroecologia não pode ser reduzida a um conjunto de práticas e técnicas, uma vez que implica dimensões sociais e políticas (Parmentier, 2014).

De acordo com Encarnação (2020), os primórdios da agroecologia remontam a 1980, sendo que, na altura, esta era entendida como a aplicação de princípios ecológicos na gestão de agro-sistemas. Neste sentido, os agricultores eram incentivados a transitar para modos de produção biológica. Já nos anos 1990, o conceito passou a abranger todos os aspetos e participantes do sistema alimentar, fazendo referência a um sistema de mercado justo, equitativo e acessível a todos, baseado na proximidade. Em 2018, a FAO (cit. por Encarnação, 2020) definiu dez princípios distintivos da agroecologia. São eles: a diversidade de espécies e de atividades; a co-criação e partilha de conhecimentos, nomeadamente através da formação; a construção de sinergias; a eficiência, no sentido da aplicação de práticas que produzam mais com menos recursos; a reciclagem da biomassa e dos nutrientes; a resiliência das culturas, no sentido em que estas passam a ser mais resistentes a fenómenos climáticos e pragas; a proteção dos

valores sociais e humanos de dignidade, equidade, inclusão e justiça; a conexão entre cultura e tradições alimentares, garantindo alimentação saudável e adequada; a governança responsável e a economia circular e solidária.

Neste sentido, verifica-se que, atualmente, a agroecologia é entendida como algo mais do que uma abordagem agrícola. Primeiramente, a agroecologia é uma ciência que se debruça sobre a ecologia dos sistemas alimentares, numa perspetiva transdisciplinar; em segundo lugar, a agroecologia é uma abordagem agrícola que defende uma visão holística dos agro-sistemas, atendendo a necessidades locais; por último, a agroecologia é um movimento social alternativo que tem no seu centro a proteção dos direitos humanos: o direito de acesso a alimentos culturalmente apropriados e produzidos de formas sustentáveis, o direito de acesso e gestão dos recursos naturais e, ainda o direito de definição e controlo dos sistemas agrícolas (Parmentier, 2014).

Para Vivas (2017), a agroecologia enquadra-se no conceito de soberania alimentar que, por sua vez, visa garantir a segurança alimentar das pessoas, de forma a que todos tenham acesso a alimentos, enquanto questiona o modelo de produção agrícola intensivo e industrial. A soberania alimentar implica colocar os agricultores no centro, apoiando-os na produção de alimentos fora do mercado, dando prioridade a circuitos curtos. É uma perspetiva da sustentabilidade social, económica e ambiental que parte da redefinição da produção, distribuição e consumo de alimentos através da combinação de novas tecnologias e práticas tradicionais, numa abordagem localista.

As iniciativas agroecológicas enfrentam, contudo, alguns entraves. Hillenkamp (2019a) demonstra que agricultoras brasileiras do movimento agroecológico têm dificuldades em comercializar os seus produtos devido ao peso do trabalho logístico e devido à reduzida procura por parte de consumidores. As grandes explorações agrícolas e as grandes empresas, interessadas em apropriar-se dos recursos naturais, representam um outro entrave que é agravado pela reduzida proteção estatal do meio ambiente.

Outra das ameaças à agroecologia é a sua “cooptação, a assimilação de sua prática por parte da indústria agroalimentar. Cada vez mais, grandes empresas do agronegócio e os supermercados aderem a esse modelo de agricultura livre de pesticidas e aditivos químicos sintéticos, esvaziando-a de qualquer pretensão de mudança social (...) Trata-se de uma «agricultura ecológica» a serviço do capital, com alimentos quilométricos e escassos direitos trabalhistas”. A verdade é que “agricultura ecológica só tem sentido a partir de uma perspectiva social, local e camponesa” (Vivas, 2017, pp. 213 e 214). Além de esvaziarem as pretensões de mudança social, as grandes empresas, ao assumir publicamente o seu compromisso com a sustentabilidade, têm muitas vezes como objetivo o aumento das vendas, enganando, de certa forma os consumidores, uma vez que as ações ambientais que anunciam não correspondem à realidade. De facto, a prática de *greenwashing* é comum: “muitas das empresas mais conhecidas internacionalmente têm clamado para mostrar o quão empenhadas estão a tentar combater o aquecimento global, somando-se cada vez mais organizações com promessas de eliminar a sua pegada de carbono nas próximas décadas. Mas (...) um grande número destas instituições não faz o suficiente para cumprir as próprias promessas” (Santos, 2022).

Apesar das dificuldades, há algumas práticas agroecológicas adotadas pelos agricultores/as portugueses na atualidade. No seu trabalho, Encarnação (2020) faz um levantamento dessas práticas e conclui que há vários princípios agroecológicos a serem operacionalizados no país:

- princípios da reciclagem da biomassa, conservação do solo e diversidade genética (nomeadamente através de práticas como a adubação com composto vegetal, aplicação de estrume animal, retenção da água e uso de variedades tradicionais autóctones);
- princípios da diversidade de cultivos, controlo de pragas e sanidade vegetal (nomeadamente através do recurso à policultura e rotação de culturas, práticas de monda manual e controlo de pragas não químico);
- princípio das sinergias (nomeadamente pela plantação de plantas arbóreas e arbustivas autóctones).

A transição para um modelo agrogeológico implica (continuar a) enfrentar entraves e desafios. Para Parmentier (2014) é necessário: combater barreiras ideológicas, visando o reconhecimento político para os benefícios da agroecologia; promover redes de agricultores; garantir um ambiente de políticas públicas favoráveis (nomeadamente com apoio aos agricultores e às iniciativas agroecológicas, com a garantia de acesso dos agricultores aos recursos, com o fornecimento de bens e serviços públicos); melhorar a gestão agrícola e ambiental. Além disso, há que adotar medidas específicas de empoderamento feminino e combate à desigualdade de género.

Hillenkamp (2019a), ao debruçar-se sobre a agroecologia brasileira, destaca que, nas últimas quatro décadas, tem havido um processo de organização e construção da agenda política por parte das mulheres rurais. Numa perspetiva que combina movimentos, a agroecologia feminista tem passado por várias etapas: começou por abordar o reconhecimento das trabalhadoras rurais; depois, passou a questionar as relações de género na agricultura familiar e a politizar as questões da segurança e soberania alimentar; por fim, passou pela afirmação da presença das mulheres na própria agroecologia (sob o lema “sem feminismo não há agroecologia”). A agroecologia feminista constitui-se enquanto projeto político que se opõe tanto ao agronegócio como à agricultura e à agroecologia cegas às questões de género.

O trabalho de Black et al. (2019) destaca a necessidade do envolvimento das mulheres nos processos de decisão, caminhando-se para aumentar a produtividade dos recursos, garantir a conservação de ecossistemas e promover usos sustentáveis dos recursos naturais. Há uma ligação entre a igualdade de género e o desenvolvimento sustentável. A verdade é que “não haverá nunca desenvolvimento (que seja) sustentável se mais de metade da população mundial não participar em condições (no mínimo) idênticas às da outra metade. Sabe-se que quanto mais mulheres trabalham, mais as economias crescem, dado que a participação das mulheres no trabalho remunerado aumenta o nível de rendimentos das famílias e, por consequência, dos países” (Silva, 2021, p. 16).

Para Karam (2004), as mulheres têm um papel fulcral na transição para modelos de agricultura mais sustentáveis, já que tendem a ser precursoras, assumindo o desafio de

começar algo novo e desafiar a produção convencional. Na sua pesquisa, esta autora verificou que, em 50% dos casos analisados, foram as mulheres que assumiram as primeiras responsabilidades de converter o sistema de produção de convencional em orgânico. Entretanto, quando essa transição passou a ter resultados positivos, os homens passaram a assumir um papel mais decisivo e as mulheres, ainda que permanecessem na produção agrícola, deixaram de participar nas atividades fora da propriedade (como reuniões e formações).

Efetivamente, o papel das mulheres é essencial na construção de um novo campesinato que tem a soberania alimentar e a agroecologia como estandarte (Vivas, 2017). “Enfrentar com sucesso o desafio dos recursos naturais e da preservação da biodiversidade exigirá colocar as mulheres na linha de frente dos processos de transição agroecológica, uma vez que desempenham um papel importante na gestão do solo, água, florestas e energia” (Parmentier, 2014, p. 45, trad. Livre).

2. Capítulo II – O estágio curricular na ADER-SOUSA

Após uma reflexão teórica inicial relativamente à agricultura portuguesa, aos sistemas alimentares, desigualdades sociais e problemas ambientais, este segundo capítulo debruça-se sobre o contexto institucional, geográfico e sociodemográfico do estágio curricular realizado. Além disso, inclui a apresentação dos objetivos do estágio e uma breve reflexão sobre os papéis profissionais dos sociólogos/as, especialmente no desenvolvimento local.

2.1. Entidade acolhedora: A ADER-SOUSA

A Associação de Desenvolvimento Rural das Terras do Sousa (ADER-SOUSA) foi fundada em 1991, enquanto projeto piloto de desenvolvimento rural no âmbito da iniciativa comunitária LEADER (Ligações Entre Ações de Desenvolvimento das Economias Rurais) cujo objetivo primeiro era o apoio a projetos que melhorassem a qualidade de vida das populações locais (ADER-SOUSA, 2015).

Esta Associação, com sede em Felgueiras, tem por fim a promoção do desenvolvimento local, através da melhoria das condições sociais, culturais e económicas das populações residentes em cinco concelhos de atuação (Paços de Ferreira, Felgueiras, Lousada, Paredes e Penafiel) e áreas envolventes, que compõem as Terras do Sousa (Lourenço, Tavares, Couto, Rocha, Caldas, Gomes, & Alves, 2008).

Desde a sua fundação, a Associação tem desenvolvido inúmeros projetos e atividades, tais como: o Programa de Formação para a Promoção e Dinamização da Rota do Românico do Vale do Sousa, o projeto Rural Innova, o projeto Aldeias de Portugal, o projeto Promoção dos Vinhos Verdes, entre outros (ADER-SOUSA, 2015), dos quais destacamos o PROVE enquanto objeto de análise. Atua, portanto, em várias áreas, desde o turismo, cultura e património, à formação e agricultura.

2.1.1. Contexto de atuação: as Terras do Sousa

“O Vale do Sousa pertence à sub-região do Tâmega, na zona norte de Portugal” (Pinheiro, 2018, p. 61). As Terras do Sousa estão localizadas muito próximo da Área Metropolitana do Porto, tendo boas acessibilidades (ADER-SOUSA, 2015). É uma zona favorável à fixação de população desde o paleolítico, essencialmente pela presença de recursos hídricos, o que é ideal à atividade agrícola (e também à exploração mineira). A agricultura da região é tipicamente de minifúndio e produz culturas diversificadas durante a primavera/verão (milho, batata, fenos, hortícolas e frutas), sendo que no inverno os campos ficam em pousio ou cultivam-se herbáceas. É um local de natureza rural (Lourenço et al., 2008).

Retomando as Figuras 1 e 2, é possível verificar que a área em estudo (assinalada com uma linha branca) é, de facto, uma zona de alguma atividade agrícola, onde as mulheres estão bastante presentes na agricultura familiar (com proporções acima dos 50% na maioria das freguesias). Pode-se afirmar que é uma zona de transição, entre a Área Metropolitana do Porto, um centro urbano sem grande agricultura familiar, e a região do interior Norte, onde este modelo agrícola é mais expressivo.

Os produtos locais resultantes da atividade agrícola, pecuária ou silvícola, como o vinho verde, o leite e o kiwi, têm um elevado potencial. Alguns deles estão já

certificados (caso do Capão de Freamunde e o Melão de Casca de Carvalho). As pequenas explorações da região são fundamentais para as famílias residentes em termos de orçamento familiar, e garantem a produção de uma grande variedade de produtos (ADER-SOUSA, 2015). Além dos recursos naturais e da atividade agrícola, que está presente no território do Vale do Rio Sousa há muito tempo, o local é rico em património cultural e arqueológico (ibidem).

De acordo com os dados provisórios dos Censos 2021 (INE, 2022), os cinco concelhos de atuação da ADER-SOUSA perderam população residente nos últimos dez anos (ainda que com taxas de variação concelhias residuais – por exemplo, o concelho que mais perdeu população foi o de Felgueiras, com uma taxa de variação de -3,8%). O concelho com mais população residente é o de Paredes, e o que tem menos é o de Lousada (Anexo 2, p. 106). De forma geral, a população neste território é equilibrada em termos de género e em termos de idade – aproximadamente um quarto da população tem até 24 anos, enquanto que a categoria dos 65 e mais anos de idade varia mediante o concelho, entre os 15,4% e os 18%. Relativamente à escolaridade, é um território com população tendencialmente pouco escolarizada, que ainda contém uma percentagem significativa de população sem escolaridade (entre os 13,2% e os 14,3%).

Sobre o futuro da região, no trabalho de Lourenço et al. (2008) há menções às seguintes necessidades: articulação com municípios vizinhos, de modo a garantir visibilidade nacional e internacional; políticas públicas de conservação e recuperação de habitats, garantindo também a proteção florestal; promoção da agricultura biológica; e, ainda, manutenção de tradições e valorização dos produtos regionais.

Enquanto zona periurbana, esta região enfrenta um risco específico de descaracterização e abandono devido à influência da cidade do Porto. Ao mesmo tempo, tem a potencialidade de escoamento de produtos agrícolas na cidade, através de percursos relativamente curtos (Bandeiras, Costa, Calheiros, Alvarez, & Alter, 2009). “O correto ordenamento desta região trará benefícios evidentes para as populações locais, tanto pela valorização do seu território, como pela mais valia económica que os visitantes trarão para a região, pela promoção de todas as actividades ligadas ao turismo, desde a restauração até ao artesanato ou gastronomia, potenciando, assim,

uma agricultura sustentável e de qualidade, de modo a que a região possa dar o melhor que tem para oferecer” (Lourenço, et al., 2008, p. 121).

2.1.2. O projeto PROVE

O PROVE é um projeto que “consiste numa metodologia de intervenção na qual um conjunto de agricultores locais se organiza para a criação e abastecimento de cabazes semanais, que devem respeitar um conjunto de regras: cada cabaz deve conter um conjunto de legumes suficientes para a confeção de uma sopa e para o acompanhamento de pratos principais, tal como fruta, durante uma semana para uma família de 4 pessoas. O cabaz deve pesar entre 7-8 kilos e a disposição dos produtos deve ser apelativa e colorida” (Pinheiro, 2018, pp. 68-69).

Surge para colmatar dificuldades encontradas pelos pequenos produtores em comercializar os seus produtos, visando promover a atividade agrícola e os produtos locais, bem como a proximidade entre produtores e consumidores (Alter, 2015). É um projeto particularmente adequado para a venda de excedentes das produções para autoconsumo, garantindo rendimentos extra aos produtores (Pinheiro, 2018).

É um projeto que surge para dar resposta a determinados problemas encontrados em Portugal, entre pequenos produtores, tais como: a falta de associativismo, o excesso de burocracia e a falta de coordenação entre políticas. Além disso, verificou-se que as produções são desajustadas e que existe reduzida iniciativa e fracos conhecimentos de gestão entre os produtores. Do lado dos consumidores, estes manifestam inconsciência face às vantagens dos produtos locais, falta de conhecimento sobre os mesmos e desvalorizam o trabalho agrícola. Acresce, ainda, a fraca inovação das instituições, bem como o seu desajuste face à realidade (Bandeiras et al., 2009).

Na sua origem, o PROVE foi desenhado enquanto um projeto inovador, já que pretendia facilitar uma alternativa de comercialização de produtos agrícolas; ser adequado aos problemas reais das populações rurais, especialmente os pequenos agricultores; criar valor (nomeadamente em termos de emprego, aumento dos rendimentos dos agricultores, reconhecimento do trabalho agrícola, sustentabilidade ambiental e social, proximidade rural-urbano); promover a igualdade de género (62%

dos produtores são mulheres e 53% dos núcleos PROVE são liderados por mulheres) e o empoderamento dos agricultores, estimulando um espírito empresarial e de autonomia (Alter, 2015).

A metodologia do projeto é adaptável e aplicável a vários contextos. No caso da do PROVE nas Terras do Sousa – que corresponde a um dos oito Grupos de Ação Local (GAL) do projeto – salientam-se resultados positivos no sentido do aumento da área agrícola, criação de emprego, apoio formativo e satisfação dos participantes. Esta é uma iniciativa participada, isto é, executada pelos próprios atores sociais com apoio de mediadores, que tem impactos na melhoria das condições de vida das populações rurais (Bandeiras, et al., 2009).

De qualquer forma, é de referir que, de acordo com a informação do Relatório Final de Avaliação do projeto (Baptista, Cristóvão, Tibério & Vilas Boas, 2012), o envolvimento de produtores no PROVE não significa nem associativismo nem transição para práticas agrícolas sustentáveis. Um outro documento do projeto destaca a importância de se reforçar a promoção de um desenvolvimento centrado nas pessoas, dando especial atenção às mulheres e às questões da igualdade de género (Bandeiras et al. 2009).

2.2. Objetivos do Estágio

Neste contexto, torna-se relevante continuar a intervir na região das Terras do Sousa, mobilizando, nomeadamente as mulheres agricultoras do projeto PROVE.

Partindo da realização de um estágio curricular na Associação de Desenvolvimento Rural das Terras do Sousa (ADER-SOUSA), desenvolveu-se um trabalho de investigação-ação focado em três grandes problemáticas: a invisibilidade do trabalho feminino e a desigualdade de género no mundo rural; a tendência de não adoção de práticas agrícolas sustentáveis por parte de agricultores e agricultoras familiares e, por fim, o fraco grau de associativismo e de colaboração entre agricultores/as.

O estágio contemplou o desenvolvimento de um trabalho de diagnóstico sobre as mulheres agricultoras do PROVE de maneira a construir, de forma participada, uma proposta de intervenção no sentido da resolução de problemas detetados, discutindo

futuros mais justos, dignos e reconhecedores do seu papel através da transição agroecológica.

Pretende-se que a criação do plano de intervenção, assente no trabalho próximo com as mulheres agricultoras do PROVE, contribua para reconhecer e visibilizar o seu papel no desenvolvimento do projeto e, a um nível mais amplo, o seu contributo na comunidade. Assim, promove-se o empoderamento das mulheres agricultoras através da consciencialização das mesmas sobre o seu valor, o que permite romper com formas anteriores de desigualdade e dominação (Amâncio, 2004). De facto, o plano poderá contribuir para uma reflexão sobre a desigualdade entre homens e mulheres no mundo rural, focando especialmente a invisibilidade e desvalorização do trabalho feminino na produção e comercialização agrícola, bem como na prestação de cuidados às famílias e comunidades. Há, ainda, o objetivo de questionar as agricultoras sobre a sua identificação com o projeto PROVE e, se desejável, reativar e promover a colaboração entre agricultores/as nalguma forma de agregação coletiva que visibilize interesses comuns e permita ter mais poder no mercado. Por fim, pretende-se potenciar a vertente da agricultura sustentável e saudável, climática e ambientalmente respeitadora, consciencializando as agricultoras PROVE, enquanto agricultoras familiares, do seu papel na transição para práticas agrícolas sustentáveis. A agroecologia (em especial, nas suas vertentes feminista e sustentável) será discutida como uma alternativa para a segurança e soberania alimentar, sendo que o presente trabalho pretende posicionar-se como um primeiro passo no caminho para a transição agroecológica.

De forma sucinta, o objetivo geral da realização de um estágio na ADER-SOUSA passou pela criação de uma proposta para um programa de intervenção, de forma participada e com base num diagnóstico anterior, que contribua para visibilizar o papel das mulheres agricultoras do projeto PROVE, valorizando o seu trabalho enquanto promotoras do desenvolvimento territorial. Em termos de objetivos específicos, estes passaram por:

- Consciencializar as mulheres agricultoras do projeto PROVE sobre o seu papel enquanto produtoras, comerciantes e cuidadoras;

- Promover uma reflexão sobre a (des)igualdade entre homens e mulheres no espaço rural, dando visibilidade a este problema;
- Trabalhar reativando ou construindo a identidade PROVE, no sentido de promover uma reflexão sobre os benefícios do projeto, em específico, e do trabalho colaborativo, em geral;
- Aproveitar o potencial das práticas culturais da agricultura familiar para promover a transição para o paradigma agroecológico (especialmente, na sua vertente feminista);
- Contribuir para a dignificação da agricultura como atividade profissional.

2.3. Sociologia, intervenção local e desenvolvimento rural

Existem vários papéis profissionais que são desempenhados por sociólogos/as. Costa, Mauritti & Veloso (2015) refletem sobre essa diversidade de perfis profissionais que ultrapassa o contexto universitário. Tem-se vindo a verificar uma diversificação e expansão do campo da sociologia, bem como das modalidades e conteúdos do trabalho desempenhado por sociólogos/as. Isto é bem visível em toda a nona edição da revista “Sociologia On Line” que fornece exemplos variados, tais como: sociólogos/as no ensino secundário, na política, na gestão de recursos humanos em empresas e, até, no setor imobiliário (ibidem). Neste sentido, “mais do que uma «profissão de sociólogo», o que existe são de facto as «profissões dos sociólogos», no plural” (Costa, A. F., 2018, p. 85).

Um dos vários caminhos que os sociólogos/as podem seguir passa pelo trabalho em instituições (autarquias, associações, organizações sem fins lucrativos, entre outras) que têm em vista o desenvolvimento das comunidades locais, tanto em contexto urbano como rural. A verdade é que “a sociologia é uma disciplina com grandes implicações práticas. Pode contribuir de várias formas para a crítica social e para a aplicação de reformas sociais” (Giddens, 2013, p.30).

Para Ferreira (2004) há uma necessidade de sociólogos no terreno devido à existência de uma falta de conhecimentos teóricos específicos sobre a pobreza e a exclusão social e pela falta de competências a nível de planeamento, elaboração de projetos e avaliação. Neste sentido, estes profissionais têm vindo a ser cada vez mais procurados em contextos de intervenção, sendo que os “contributos específicos dos

sociólogos revelam-se muitas vezes como sendo claramente valiosos, transpondo para essas atividades profissionais um conjunto formal ou informal de perspectivas, modos e soluções com alicerce ou inspiração na formação de base em sociologia. Muitas vezes, essas perspectivas, modos e soluções acabam por surgir como bastantes relevantes, trabalhando explícita ou implicitamente sobre as relações sociais, os significados culturais e as dinâmicas de mudança presentes em praticamente todas as situações profissionais” (Costa, A. F., 2018, p. 83).

Num contexto de crescente visibilidade dos profissionais da sociologia, os sociólogos/as começaram, então, a participar em grupos multidisciplinares para o esclarecimento e resolução de problemas e a colaborar, enquanto peritos ou consultores, no aprofundamento de orientações locais. A intervenção local, nomeadamente em autarquias, ocorre no domínio sociocultural (ação social, educação, desporto, cultura, património cultural e sociocultural), no domínio da habitação e dos recursos humanos, sendo que a polivalência e a flexibilidade são características centrais do trabalho sociológico a nível local (Banha, 1999).

“O suporte/acompanhamento científico e a abertura política local criaram condições para que em diversos territórios do interior surgissem iniciativas pioneiras de desenvolvimento local suportadas em associações ou cooperativas fundadas por pessoas individuais e/ou entidades locais que viram nesses processos oportunidades de resolução de problemas a que o Estado Central não respondia, como sejam o desemprego, a pobreza, o analfabetismo e a falta de estímulos à iniciativa empresarial. Num contexto de inovação e criatividade, as associações chamaram a si licenciados em economia, geografia, sociologia, agronomia, psicologia, entre outros” (Machado, 2018, p. 42).

Destacam-se quatro tipos de papéis desempenhados pelos sociólogos/as (Ribeiro, 1994 cit. por Banha, 1999):

- O sociólogo de planeamento, que realiza estudos de caracterização da população e define linhas de orientação para suporte de opções técnico-políticas;

- O sociólogo de investigação, que reflete, através da investigação científica, sobre processos e dinâmicas sociais, bem como sobre metodologias e procedimentos;
- O sociólogo relacional, capaz de negociar e comunicar;
- O sociólogo operacional que leva a cabo ações de intervenção imediata em contextos institucionais.

Os sociólogos/as têm competências para intervir de forma informada, tendo por base conhecimentos aprofundados dos fenómenos sociais, obtidos nos processos de investigação sociológica. Têm-se afirmado no campo do planeamento, realizando estudos de caracterização social e diagnóstico de necessidades, bem como estudos de avaliação de impacte que dão suporte à intervenção e à decisão política. Destaca-se, nestes âmbitos, a aplicação de metodologias participativas. Além disto, os sociólogos/as têm fortes capacidades de negociação e mediação de conflitos (Ferreira, 2004). Neste sentido, o trabalho sociológico envolve a articulação e integração dos vários papéis acima referidos (Banha, 1999).

Todas estas competências têm relevância em associações de desenvolvimento local, e mesmo em associações de desenvolvimento rural como é o caso da ADER-SOUSA.

Correia (2018) reflete sobre o papel dos sociólogos/as no desenvolvimento local partindo da sua experiência pessoal e profissional. Refere que, enquanto técnica superior numa associação para o desenvolvimento de microrregiões rurais, teve várias responsabilidades a seu cargo que implicaram a mobilização de competências sociológicas. Projetou e desenvolveu um conjunto diverso de projetos de desenvolvimento local; foi formadora, mediadora e coordenadora. Para a autora, os sociólogos promovem abordagens integradas e integradoras da intervenção social em contexto de associações para o desenvolvimento local. De facto, os sociólogos/as são capazes de promover um desenvolvimento local centrado nas pessoas, com práticas emancipatórias e participadas, que não reproduzam preconceções de desigualdade e opressão (Amâncio, 2004).

Machado (2018) acrescenta que a mais-valia da sociologia nestas situações passa pela capacidade analítica e de problematização de questões sociais, pelas competências metodológicas que permitem diagnósticos aprofundados e perspetivam cenários de evolução e, ainda, pela facilidade em aprofundar conhecimentos em áreas diversas.

3. Capítulo III – Metodologia de investigação e intervenção

De forma a alcançar os objetivos delineados, definiu-se um plano de investigação-ação detalhado. Em primeiro lugar, houve uma fase de exploração bibliográfica e formulação do estado da arte. Recorrendo a referências bibliográficas distintas, foram explorados vários aspetos tidos como relevantes: desde as características da agricultura em Portugal, o conceito de agricultura familiar, as desigualdades de género no mundo rural e a proposta da agroecologia feminista. Tal permitiu relacionar o trabalho desenvolvido em contexto de estágio curricular com diálogos em curso na literatura, bem como fornecer um quadro teórico orientador (Creswell, 2014).

Enquanto projeto de investigação-ação, o nosso plano de trabalho contou com fases inerentes à metodologia de projeto. De acordo com Guerra (2000), essas fases são: identificação dos problemas e diagnóstico, definição dos objetivos, definição das estratégias, programação das atividades, preparação do plano de acompanhamento e avaliação e publicitação dos resultados do projeto. É de referir que, por motivos relacionados com a falta de recursos (temporais, nomeadamente), o trabalho desenvolvido apenas incidiu sobre as fases de pré-diagnóstico, diagnóstico e planeamento – procedeu-se a um diagnóstico participativo e ao planeamento de atividades. Tal como referido anteriormente, o resultado principal foi a criação de um programa de intervenção para o futuro, de forma a ser implementado, eventualmente, pela ADER-SOUSA. É uma proposta para uma intervenção que se pretende inovadora, impactante, empoderadora, sustentável e com capacidade de escalabilidade (Santos, Salvado, Carvalho, & Azevedo, 2013), que foca questões como a igualdade de género; o valor do trabalho feminino (seja o trabalho produtivo na agricultura, como o trabalho

doméstico e dos cuidados), da agricultura como atividade económica e do trabalho colaborativo; as práticas de cultivo ambientalmente sustentáveis; a importância do estabelecimento de relações de interajuda e da coesão grupal, reativando-se a identidade PROVE.

Partiu-se da ideia base de que para intervir e gerar mudança social há que conhecer aprofundadamente a realidade social em causa. É necessário um diagnóstico robusto que documente problemas e perceba as suas causas e que, consequentemente, permita formular uma intervenção específica e adequada ao contexto (Bandeiras et al., 2009).

As mulheres agricultoras são o ponto de partida e de chegada de todo este trabalho. Primeiramente, porque elas próprias conhecem a sua realidade e os seus problemas melhor do que ninguém, tendo um papel preponderante no momento de diagnóstico e de planeamento da intervenção. Em seguida, porque se pretende que sejam as principais beneficiárias de todo o processo. Pretendeu-se, numa lógica participativa e de empoderamento grupal “devolver o protagonismo aos beneficiários, dando voz às suas ideias, incutindo o sentido da participação e do coletivo, dando condições para que sejam os «actores principais» em todas as fases do processo” (Bandeira, Marques, Cunha & Ranchordas, 2007, p. 8). Está em causa uma postura metodológica em que, em vez de se trabalhar para mulheres, trabalha-se com elas, sem hierarquias entre investigadora e investigadas (Gervais & Rivard, 2013). Nesta perspetiva de intervenção participada, os membros do grupo têm um papel ativo na identificação de problemas e suas causas (diagnóstico), na definição de meios para os solucionar, na avaliação das ações executadas e sua reorientação, se necessário (Amâncio, 2004).

Como tal, as agricultoras estiveram altamente envolvidas em todo o processo, sendo o referido programa de intervenção co-construído. Neste sentido, foram mobilizadas técnicas participativas: ainda durante os momentos de diagnóstico, as agricultoras preencheram a caderneta da agricultora e elaboraram mapas mentais; mais tarde, recorreu-se ao *photovoice*, uma técnica de investigação-ação que promove o diálogo comunitário sobre forças e fraquezas individuais e/ou coletivas, partindo de

fotografias tiradas pelos participantes (Ferreira & Almeida, 2016) e, ainda, ao *brainstorming*, uma ferramenta de investigação e intervenção que possibilita a procura de soluções alternativas para problemas (ibidem). Não foram impostas quaisquer soluções aos problemas detetados, mas descobertas com o grupo de mulheres.

Pretende-se promover uma mobilização coletiva, partindo de interesses e problemas comuns, segundo uma visão da intervenção social enquanto algo mais do que uma mera prestação de serviços (Bandeira et al., 2007), de uma imposição por parte de técnicos/as e investigadores/as externos ao contexto. O envolvimento do grupo de agricultoras na criação (e, futuramente, na gestão) do próprio projeto de intervenção depende da sua vontade, porém acredita-se que permitirá melhorar a sua qualidade de vida e da comunidade onde estas se inserem

Em termos de abordagem filosófica, o presente trabalho enquadra-se na abordagem que Creswell (2014) denomina de transformativa, já que se advoga a necessidade de uma agenda de ação transformadora em termos políticos e sociais (com base, nomeadamente, na proposta da agroecologia), permitindo empoderar os atores sociais marginalizados (no caso, as mulheres agricultoras) e contribuindo para modificar as suas vidas. Além disso, dado que as mulheres e famílias participaram ativamente em todo o processo de investigação-ação, colocou-se a tónica e deu-se visibilidade às suas perceções (ibidem). Efetivamente, o plano de investigação-ação conta com o recurso a técnicas participativas, que são especialmente úteis “na intervenção social e política a nível comunitário (...) em prol da melhoria das condições de vida das pessoas e do exercício da cidadania” (Ferreira & Almeida, 2016, p. 6).

Já sobre a abordagem metodológica, esta é de cariz marcadamente qualitativo, uma vez que se analisou a realidade dos atores sociais de forma holística e aprofundada, tendo por base as suas experiências (Creswell, 2014). Foi realizado um estudo de caso orientado para a análise da realidade pessoal, familiar e profissional das mulheres agricultoras do projeto PROVE da ADER-SOUSA. De acordo com Greenwood (1965), o estudo de caso é um dos métodos de investigação empírica em sociologia. Este método permite uma análise intensiva, em profundidade, de um qualquer nível da realidade social (nomeadamente, um grupo, como um conjunto de mulheres agricultoras).

Caracteriza-se, ainda, pela sua flexibilidade, no sentido em que o investigador/a utiliza qualquer técnica de investigação e em qualquer ordem, adaptando-as ao caso em estudo.

É ainda de referir a importância da metodologia de projeto na orientação de todo o trabalho de investigação-ação, nomeadamente em termos da divisão do mesmo em diferentes etapas (fases de pré-diagnóstico, diagnóstico e planeamento). Esta metodologia “por projectos é, cada vez mais uma forma de condução de acções que parece adaptada à intervenção na complexidade e escassez constante de recursos” (Guerra, 2000, p. 125). Através da flexibilidade e da adaptação aos contextos reais, os projetos permitem concretizar mudança social, aproveitando recursos e oportunidades.

O Código Deontológico da Associação Portuguesa de Sociologia (1992) foi cumprido ao longo de todo o processo de investigação-ação, salvaguardando as várias questões éticas. Em especial, garantiu-se o direito à confidencialidade dos dados recolhidos direta ou indiretamente, nomeadamente as informações adquiridas em contexto de estágio curricular na ADER-SOUSA; e respeitou-se o princípio da voluntariedade de participação e fornecimento de informação. Antes do trabalho de recolha de dados, as participantes foram informadas da natureza, objetivos e procedimentos inerentes à investigação. Foi-lhes fornecida uma Ficha de Informação à Participante e uma Declaração de Consentimento Informado (Anexo 3, p. 107).

3.1. Fases de pré-diagnóstico e diagnóstico

De acordo com Guerra (2000), o momento de pré-diagnóstico corresponde a uma fase exploratória realizada com base na documentação existente. Já o diagnóstico propriamente dito conta com a recolha de informação original. Neste sentido, o diagnóstico da realidade profissional, pessoal e familiar das mulheres agricultoras do projeto PROVE foi realizado a partir de:

- Dados secundários: inquérito feito pela ADER-SOUSA aos agricultores do projeto PROVE em 2021; relatório de avaliação do PROVE de 2012, dando especial destaque ao documento que se refere aos produtores; estatísticas do Instituto Nacional de Estatística relativas aos territórios de atuação da

Associação (são eles os concelhos de Paredes, Penafiel, Lousada, Paços de Ferreira e Felgueiras); outros documentos e informações facilitadas pela ADER-SOUSA em contexto de estágio curricular;

- Dados primários: visita às explorações agrícolas das várias agricultoras do projeto PROVE, realizando observação de práticas quotidianas na casa e no campo e/ou noutros espaços (nomeadamente, locais de comercialização dos produtos agrícolas) e procedendo ao preenchimento, com as agricultoras, da “caderneta da agricultora” e à elaboração de um mapa (mental) da exploração agrícola e outros espaços do seu quotidiano.

Relativamente à fase de diagnóstico, com a recolha de dados primários, foi, então, realizada observação direta, recorrendo a uma grelha de observação elaborada para este fim (Anexo 4, p. 109). De referir que durante a realização do trabalho de campo ao longo do estágio curricular, a ADER-SOUSA contratou uma engenheira agrónoma para fazer o acompanhamento das explorações agrícolas destas mulheres e de outros produtores das Terras do Sousa. Em alguns momentos de observação a técnica esteve presente.

O trabalho de terreno com recurso a esta técnica permitiu recolher informações variadas sobre as múltiplas dimensões da referida grelha. As conversas informais com as agricultoras do PROVE neste contexto revelaram-se extremamente importantes para recolher dados e, conseqüentemente, compreender as suas trajetórias de vida, as suas rotinas quotidianas e usos do tempo, problemas e dificuldades. De facto, na pesquisa de terreno, as respostas às questões de investigação e às dimensões de análise surgem “no fluxo da conversa informal e da observação” (Costa, 1987). Acrescenta-se que nestes contextos de cultura popular, a oralidade é o principal meio de expressão (Amâncio, 2004), pelo que é extremamente importante que o investigador/a participe nas conversas, capte, analise e compreenda as informações nelas transmitidas.

Antes da observação propriamente dita com recurso à grelha, realizada durante um total de 25 horas, houve momentos de aproximação ao terreno que contaram com visitas às explorações agrícolas do PROVE para apresentação da investigadora e dos

objetivos do estudo. Tais visitas contaram com a presença de técnicos/as da ADER-SOUSA, enquanto mediadores/as. Foi durante estas visitas que se forneceu a Folha de Informação à Participante e a Declaração de Consentimento Informado.

A observação direta implica que o investigador/a seja testemunha de comportamentos sociais dos indivíduos/grupos em estudo, nos seus locais de atividade ou residência (Peretz, 2000). Isto envolve a adaptação do/a investigador ao ambiente, a observação de acontecimentos normais do quotidiano, o registo e a interpretação do observado. Assim, é uma prática que exige sociabilidade, atenção, memória e interpretação e promove o estabelecimento de relações sociais (ibidem).

Em todos os momentos, privilegiou-se a informalidade através da presença no terreno em variadas situações (informais) do quotidiano e pelo estabelecimento de relações e interações com os atores sociais de forma próxima, não hierárquica (ibidem), já que o envolvimento com o objeto de estudo é inevitável (Velho, 1987). Estabeleceram-se relações de confiança e amizade com as mulheres agricultoras do PROVE que acabaram por ultrapassar o período do próprio estágio curricular. O contacto com algumas das participantes continuou a acontecer com alguma regularidade, o que permitiu um aprofundamento e constante co-construção deste relatório (cumprindo, em todos os momentos, o Código Deontológico da Associação Portuguesa de Sociologia de 1992).

Um outro instrumento utilizado nesta fase de diagnóstico foi a caderneta da agricultora (Anexo 5, p. 113). Tal caderneta contém várias linhas para preencher com informação sobre o tipo de produtos agrícolas colhidos naquele dia, a sua quantidade e o seu destino (venda, consumo, oferta ou troca). O preenchimento deste instrumento permite a contabilização do trabalho feminino, dando-lhe visibilidade e valorizando-o, ao mesmo tempo que promove um maior controlo sobre o mesmo por parte das agricultoras. Uma segunda secção da caderneta permite o registo dos usos do tempo no dia a dia, sendo possível anotar a duração de cada tarefa/atividade desempenhada pela agricultora na sua casa, no campo ou no espaço público.

O preenchimento das cadernetas não se revelou uma tarefa fácil, uma vez que as mulheres tendem a não refletir habitualmente sobre as suas rotinas diárias e sobre os destinos dos seus produtos agrícolas. Ao contrário do que era esperado, uma vez que resultados da fase de pré-diagnóstico mostravam que a maioria dos agricultores PROVE estava habituado a efetuar registos periódicos de acompanhamento da sua exploração, estas mulheres não costumam anotar o que produzem, o que fazem com a produção, por que preço vendem, etc. Não costumam analisar quanto tempo gastam em cada tarefa do seu quotidiano. Ainda assim, e tendo em conta estas limitações, considerou-se relevante apresentar, no próximo capítulo, alguns dados e informações obtidas através da aplicação deste instrumento.

Solicitou-se, também, que cada agricultora elaborasse um mapa da sua exploração agrícola e de outros espaços do seu quotidiano. Foram dadas poucas instruções para a elaboração deste mapa, de forma a não interferir com o imaginário das mulheres (Anexo 6, p. 114). No final do desenho, pediu-se apenas que associassem cada um dos espaços representados a um membro do casal (isto é, ao homem ou à mulher). Isto que permitiu aceder a representações sobre o papel do homem e da mulher, bem como dinâmicas de divisão sexual do espaço e do trabalho.

Tanto o mapa como a caderneta (especialmente a primeira parte da mesma) são técnicas que foram adaptadas de uma abordagem proposta por Cardoso, Jalil, Telles, Alvarenga & Weitzman (2019) que visa conhecer, sistematizar e dar visibilidade à contribuição das mulheres rurais na economia através de um processo participativo de empoderamento. Por um lado, a caderneta permite contabilizar os produtos que as mulheres consomem, doam, trocam e vendem; por outro, o mapa permite aceder a representações relativas à divisão sexual do trabalho e do espaço, bem como a dinâmicas de género nos processos de tomada de decisão.

3.2. Fase de planeamento

Para transitar do diagnóstico para a fase de planeamento, implementou-se o *photovoice* como técnica de recolha e envolvimento das agricultoras. De acordo com Wang (2006, cit. por Meirinho, 2017), tal implementação implica a realização de

reuniões para discutir as fotografias anteriormente capturadas pelos participantes, no sentido de identificar recursos e problemáticas comunitárias. Assim, dinamizou-se uma sessão com as agricultoras do projeto PROVE para debater os problemas detetados na fase anterior (e outros), procurando conjuntamente soluções para os mesmos. Desta sessão resultou a proposta de programa de intervenção para o futuro, que contém objetivos, estratégias de intervenção e um plano de ação (Guerra, 2000). É uma proposta, orientada pelos ideais da transição agroecológica, que foi co-construída na linha da criação de valor social, pretendendo ser uma iniciativa com elevado valor e impacto (Santos et al., 2013).

A 24 de maio de 2022, num espaço cedido pela Câmara Municipal de Lousada, decorreu a reunião/convívio com as agricultoras do PROVE. Estiveram presentes três agricultoras do projeto e duas trabalhadoras de uma das explorações, num total de cinco mulheres. Durante pouco mais de duas horas, as participantes apresentaram-se e mostraram a(s) fotografia(s) que recolheram, tal como lhes tinha sido anteriormente proposto (Anexo 7, p. 115). Partindo dessas fotografias, desenvolveu-se uma conversa sobre os seus problemas enquanto mulheres agricultoras e/ou membros do PROVE. Seguiram-se momentos de *brainstorming*, abordando possíveis soluções aos problemas detetados.

As técnicas participativas, como o *photovoice* e o *brainstorming*, potenciam o debate e o diálogo entre os vários atores sociais locais sobre as potencialidades, os problemas e respetivas causas que as comunidades enfrentam (Ferreira, 2004). A partir daí, permitem a procura conjunta de respostas a esses problemas, incentivando-se a participação, a união de esforços no sentido da transformação social.

O *photovoice* é um processo de investigação-ação participativo, em que os participantes recolhem fotografias das suas experiências e da sua realidade para refletirem sobre as mesmas coletivamente (Meirinho, 2017). O empoderamento é uma dimensão central desta técnica, que pretende alterar as relações de poder (Bulla & Steelman, 2016), começando por colocar a câmara fotográfica nas mãos de membros de uma comunidade excluída, sub-representada, silenciada.

Inicialmente foi criado para promover saúde pública, desenvolvimento comunitário e educação, mas, com o passar do tempo, o campo de atuação alargou-se a diferentes questões sociais, culturais e identitárias (Meirinho, 2017). Na realidade, o *photovoice* adequa-se a vários contextos e objetivos por ser uma técnica ampla e flexível que funciona com qualquer grupo, nomeadamente mulheres rurais. De facto, a primeira experiência de aplicação, por Wang, ocorreu num projeto de saúde sexual e reprodutiva numa província rural chinesa (ibidem).

Existem já diversos trabalhos com mulheres rurais e com agricultores/as familiares que acionaram esta técnica: Bulla & Steelman (2016) utilizaram o *photovoice* para explorar os efeitos das alterações climáticas nas explorações agrícolas familiares; Gervais & Rivard (2013) adaptaram esta técnica para promover a participação de mulheres rurais do Ruanda no desenvolvimento. Outros projetos exploraram através do *photovoice*, por exemplo, as formas através das quais as mulheres se envolvem na formulação e reformulação do lugar onde vivem e as suas identidades, em contextos da vida quotidiana (McIntyre, 2003).

As fotografias revelam-se instrumentos de excelência na investigação em ciências sociais, permitindo aceder a determinadas dimensões da realidade social, uma vez que se constituem enquanto um “fragmento do mundo” (Berger, s.d. cit. por Ferro, 2005), corporizando modos de ver. São evidências empíricas que permitem estudar papéis sociais, atividades e quotidianos, estilos de vida e classes sociais, estereótipos, normas sociais, relações e sociabilidades, desigualdades sociais, entre outros (Ferro, 2005). Existem várias formas de investigar com fotografia. No caso específico do *photovoice*, estas complementam a voz dos protagonistas sociais: permitem que as pessoas registem aspetos do seu quotidiano a partir das suas próprias perspetivas, criam oportunidades de reflexão dos indivíduos sobre as suas vidas e das suas comunidades, tendo em conta aquilo em que têm orgulho ou preocupação, e catalogam questões sociais na esperança de influenciar políticas sociais (McIntyre, 2003).

Todos os dados recolhidos (com a observação, a caderneta, os mapas mentais e a sessão de *photovoice*) foram analisados, num processo permanente e interdependente: enquanto se desenvolveram as ações de pesquisa, procedeu-se à

classificação e interpretação de dados, bem como ao constante ajustamento da própria pesquisa consoante as características e necessidades dos atores sociais – característica própria do método intensivo (Costa, 1987). Desta forma, foi possível criar um programa de intervenção fundamentado, adaptado e coerente, capaz de resolver os problemas identificados – é, então, uma proposta capaz de “acrescentar valor ou resolver melhor” (Santos, 2013, p.64) os problemas das mulheres agricultoras do PROVE.

3.3. Dificuldades no trabalho de terreno e limitações

A pesquisa participativa, numa perspetiva feminista, pode ser entendida enquanto processo situado e constantemente negociado que permite ultrapassar algumas dificuldades inerentes ao trabalho de campo (Gervais & Rivard, 2013). Como tal, todo o trabalho no terreno foi desenvolvido de forma flexível, adaptada às condições socioculturais e às características das mulheres agricultoras. Algumas das principais preocupações neste processo passaram por: utilizar uma linguagem adequada, acessível a todas as participantes; encontrar as agricultoras nos seus locais habituais e assegurar transporte para atividades fora das suas explorações agrícolas ou locais de comercialização (nomeadamente a sessão de grupo); organizar os momentos de observação e outras atividades de acordo com a disponibilidade das próprias mulheres.

Apesar disto, ao longo do trabalho de terreno junto das agricultoras, foram surgindo algumas dificuldades que advém, essencialmente, das especificidades deste grupo social.

Na maioria dos casos, o estabelecimento de relações de confiança foi fácil⁵. As agricultoras apresentaram-se recetivas ao projeto e participaram ativamente no mesmo, abrindo as portas das suas casas para se desenvolver observação, preenchendo a caderneta da agricultora, elaborando mapas mentais, recolhendo fotografias e participando na sessão de grupo. Houve, no entanto, alguns casos em que o contacto com as agricultoras se revelou mais desafiante devido à indisponibilidade das mesmas por diversas razões pessoais. Esta indisponibilidade comprovou, desde logo, a existência

⁵ As características da investigadora (idade, sexo, etnia) podem ser entendidas como fatores facilitadores (Peretz, 2000).

de tendências estruturais de desigualdade de género: verificou-se como as mulheres se encontram temporalmente sobrecarregadas com o trabalho agrícola e doméstico e, além disso, identificaram-se casos de atitudes tradicionais de género em que os maridos das agricultoras se mostraram reticentes com a participação das suas esposas no projeto – o que vem de encontro a algumas tendências elencadas por Gervais & Rivard (2013).

Foi alcançado algum grau de saturação da informação, tendo a recolha de dados permitido que a informação empírica não trouxesse nada de significativamente novo à investigação a partir de um dado momento (Costa, 1976). Mesmo assim, seria benéfica uma estadia ainda mais prolongada e intensa no terreno de forma a ultrapassar dificuldades de acesso e relacionamento com algumas das mulheres. Além de mais horas de observação, o ideal seria continuar a mobilizar técnicas participativas, garantindo cada vez mais participação e coesão grupal, bem como o estabelecimento de relações de confiança ainda mais fortes.

4. Capítulo IV – Resultados do diagnóstico

Terminada a discussão teórica e a apresentação da estratégia metodológica importa passar à apresentação da informação obtida ao longo do estágio curricular, no sentido de proceder ao diagnóstico sobre as mulheres agricultoras do PROVE de maneira a construir, em seguida, uma proposta de intervenção social a ser entregue à entidade acolhedora (ADER-SOUSA).

Em primeiro lugar, serão apresentadas algumas reflexões sobre os agricultores do PROVE, tendo por base dados secundários de 2021. Estes dados permitiram conhecer os participantes ainda antes das deslocações ao terreno, de modo a adequar a estratégia metodológica a esta população. Em seguida, constam os dados recolhidos através das várias técnicas acionadas (observação direta com grelha, caderneta da agricultora, mapas mentais, *photovoice* e *brainstorming*), sempre cruzados/confrontados com a bibliografia.

4.1. Pré-diagnóstico: os agricultores/as PROVE

Dados provenientes de um inquérito por questionário aplicado aos agricultores e agricultoras PROVE por um dos técnicos da ADER-SOUSA em agosto de 2021,

permitiram, então, elaborar uma breve reflexão de pré-diagnóstico (ainda antes das deslocações ao terreno).

Em termos sociodemográficos, verificou-se que de um total de nove explorações agrícolas PROVE, sete tinham uma mulher agricultora como responsável/chefe da exploração (o que equivale a 78%). Entre os agricultores/as responsáveis/chefes da exploração agrícola, o grupo etário mais frequente corresponde ao intervalo entre os 36 e os 45 anos de idade (44%), seguindo-se o intervalo dos mais de 55 anos (33%) e o intervalo entre os 45 e 55 anos. Em termos de escolaridade, há 33% dos agricultores/as com o 9º ano (equivalente ao 5º ano do liceu), 22% com o 4º ano de escolaridade, 22% com o 12º ano (equivalente ao 7º ano do liceu) e, por fim, 22% com formação superior. Por fim, destaca-se que, de forma geral, os agregados familiares destes agricultores/as tendem a ser compostos por quatro elementos (44%).

Tal como revelado pela bibliografia (Ribeiro, 2009; Costa, T. P., 2018) e pelos dados do Recenseamento Agrícola de 2019 (INE, 2021), os agricultores familiares de Portugal tendem a ser pouco escolarizados. Os agricultores e agricultoras PROVE não são exceção: mais de metade detém um nível de escolaridade igual ou inferior ao 12º ano. Por sua vez, em contraste com a bibliografia e com os próprios dados do último Recenseamento Agrícola, este conjunto de agricultores/as é mais feminizado e menos envelhecido. Estas duas últimas características parecem, por sua vez, ser transversais aos vários GAL do PROVE: “os produtores do PROVE são, na sua maioria, mulheres (62%) de diferentes classes etárias; metade (51%) tem entre 40 e 60 anos, e 26% entre 31 e 40 anos” (Baptista et al., 2012, p. 5).

Além de uma análise inicial em termos sociodemográficos, o mesmo inquérito permitiu aceder a algumas práticas agrícolas e a algumas características das explorações. Verificou-se que:

- A maioria dos agricultores/as tem formação agrícola (56%) e tem atividade aberta nas finanças (78%);
- Entre os agricultores/as PROVE, 56% tem formação de aplicação de fitofármacos e detém cartão de aplicador ativo;

- O trabalho é maioritariamente familiar em 56% das explorações; sendo que apenas 11% das explorações recorrem a trabalho assalariado;
- O rendimento do agregado familiar do agricultor/a provém, principalmente, do exterior da exploração em 67% dos casos; sendo que, nos restantes 33% dos casos, o rendimento provém apenas do trabalho na exploração agrícola;
- Apenas 11% dos agricultores/as tem aconselhamento técnico, apesar de 89% considerar que o aconselhamento técnico é necessário e seria útil;
- Em termos de locais de venda dos produtos: 33% dos inquiridos vendem em mercados, 89% vende através de cabazes e 22% vende na exploração agrícola. Há ainda agricultores/as que vendem os seus produtos diretamente a grossistas e produtores;
- A maioria dos agricultores/as PROVE tende a efetuar registos periódicos de acompanhamento da sua exploração (56%).

Dá-se especial destaque ao facto de 89% dos agricultores/as PROVE praticar agricultura convencional, sendo que os restantes 11% se dedicam a agricultura biológica certificada. Ainda assim, há algumas práticas agroecológicas adotadas pelo grupo, tal como visível na Tabela 3. As práticas menos adotadas pelos agricultores/as PROVE correspondem à utilização de sementes produzidas na exploração, à compra de todas as sementes utilizadas, à realização de análises foliares e análises de água. Todas as outras práticas inquiridas são adotadas por mais de metade dos agricultores/as PROVE, o que revela um certo grau de preocupação com modos de produção sustentáveis e saudáveis. Estes dados contrastam com o facto de a maioria destes agricultores/as ter formação de aplicação de fitofármacos e deter cartão de aplicador ativo.

Tabela 3 – Práticas agroecológicas adotadas pelos agricultores/as PROVE

Práticas agroecológicas	%
Análise de solos	67
Análises foliares	22
Análise da água de rega	44
Rotação de culturas	100
Utilização de sementes produzidas na exploração	11
Compra de todas as sementes que utiliza	11
Sementeira e multiplicação de plantas em viveiro próprio na exploração	89
Fertirrigação	33
Fertilização através de compostagem na exploração	89
Adubação orgânica e/ou mineral e corretivos	78
Controlo de ervas daninhas e pragas sem produtos químicos	68

Fonte: Dados do inquérito da ADER-SOUSA a agricultores/as PROVE, em 2021

É ainda de referir que, segundo o trabalho de Baptista et al. (2012), as explorações aderentes ao projeto tendem a ser de pequena dimensão e a produção assenta nas hortícolas e frutícolas. Há uma variedade de produtores PROVE, sendo possível construir uma tipologia com cinco categorias (Tabela 4).

Tabela 4 – Tipologia de agricultores/as PROVE

Tipo	Características
Produtor-comerciante	Fortemente orientado para o mercado; usa vários canais para venda, produtores de grande dimensão.
Produtor-militante	Preocupado com o ambiente e modo de produção, que vê no PROVE uma rede cívica e um instrumento ideológico. Produtores com grande dimensão.
Produtor-diversificador	O PROVE é veículo para venda de outros produtos da exploração extra (além do cabaz), pequenos produtores.
Produtor-rede (ajuntador)	Envolve vizinhos produtores muito pequenos no fornecimento de produtos para o cabaz.
Produtor-micro	Produce pequenas quantidades, vende o excedente apenas no PROVE, trabalha ao fim de dia e semana.

Fonte: Baptista et al. (2012)

O acesso a estes dados em contexto de estágio curricular e a análise dos mesmos permitiu adequar o plano metodológico ainda antes de realizar trabalho de diagnóstico no terreno, junto das mulheres agricultoras. O facto de 56% dos agricultores/as PROVE estar habituado a efetuar registos periódicos de acompanhamento da sua exploração indicou que estariam recetivos ao preenchimento da caderneta da agricultora. Além disso, o facto de 89% considerar que o aconselhamento técnico é necessário e seria útil, demonstra abertura e disponibilidade em participarem num programa de intervenção que incluirá, à partida, formação e aconselhamento na área da agroecologia.

4.2. As mulheres agricultoras do PROVE das Terras do Sousa

4.2.1. Características sociodemográficas e ocupacionais

Ao longo do processo de investigação-ação, foram acompanhadas nove explorações agrícolas em diferentes fases de integração/participação no PROVE. Aquando do início do estágio curricular, este projeto da ADER-SOUSA contava com um total de onze explorações agrícolas. Foram excluídas duas porque: uma delas encontrava-se em processo de saída do projeto e a outra é gerida apenas por um

homem e não por um casal ou uma mulher – uma vez que se pretende abordar questões de género no trabalho agrícola e nos vários espaços da exploração agrícola e da casa, partindo-se das mulheres, considerou-se que incluir este caso não seria relevante para o processo de investigação e co-construção do plano de intervenção (ainda assim, esta exploração agrícola deve ser incluída aquando da operacionalização da intervenção).

Algumas conclusões alcançadas anteriormente com base no inquérito aplicado pela ADER-SOUSA foram confirmadas. Este conjunto de agricultores é, efetivamente, mais feminizado do que a norma, não muito envelhecido e relativamente pouco escolarizado. As mulheres destas nove explorações (Tabela 5) têm entre 33 e 65 anos e, no máximo, o 12º ano de escolaridade. Na sua maioria estão casadas, sendo que os dois elementos do casal são responsáveis pela produção agrícola e animal. Recorrem, essencialmente, a mão de obra familiar e dedicam-se exclusivamente à agricultura. Há três casos excecionais⁶: Ana⁷ que é viúva e cujos filhos estão a viver em cidades, contratou trabalhadoras da vizinhança para a produção agrícola e comercialização; Marta, que trabalha como comercial na empresa da família durante a semana, é agricultora ao fim de semana com os seus irmãos, contratando agricultoras para trabalhar na sua propriedade, e Francisca, que dedica a maior parte do seu tempo à sua mercearia, deixando a agricultura para o fim do dia e para o fim de semana.

Os agregados familiares destas mulheres têm dimensão variável, desde Ana que vive sozinha, à Laura que coabita com o marido, três filhos e sogros. Aparenta haver uma forte ligação com membros da família, mesmo que estes não se incluam nestes agregados domésticos.

⁶ No caso das explorações de Ana e Marta, as trabalhadoras que contrataram, sendo elas próprias mulheres agricultoras, foram também incluídas no processo de investigação-ação: não lhes foi solicitado que elaborassem mapa mental da exploração agrícola, no entanto contribuíram para o preenchimento das grelhas de observação e das cadernetas das agricultoras e foram convidadas a participar na atividade de *photovoice*.

⁷ Todos os nomes aqui mencionados são fictícios, de modo a garantir a confidencialidade dos dados.

Tabela 5 – Caracterização das agricultoras do PROVE

Nome (fictício)	Escolaridade	Idade	Dimensão do agregado	Profissão principal	Profissão da mãe e do pai
Ana	12º ano	57	1	Agricultora	Cozinheira/Marceneiro
Andreia	4º ano	45	4	Agricultora	Agricultores
Bruna	12º ano	33	4	Agricultora	Camionistas
Cátia	4º ano	49	4	Doméstica	Agricultores
Filomena	4º ano	65	2	Reformada	Agricultores
Francisca	9º ano	46	5	Comerciante	Agricultores
Laura	6º ano	49	7	Desempregada	Doméstica/Agricultor
Marta	9º ano	55	2	Comercial	Doméstica/Marceneiro
Patrícia	9º ano	52	3	Doméstica	Agricultores

Fonte: Autora

Existem, então, apenas dois casos de pluriatividade entre estas mulheres agricultoras, o que contrasta com as tendências mais amplas da agricultura portuguesa: os agricultores familiares do país não costumam dedicar-se nem depender totalmente da agricultura, sendo comuns situações de pluriatividade e plurirrendimento (Carmo, 2007; Costa, T. P., 2018; INE, 2021):

- Francisca considera que a agricultura não compensa financeiramente, sendo necessário que tanto ela como o seu marido trabalhem fora da exploração agrícola. Acrescenta que as principais fontes de rendimento do agregado familiar são a sua mercearia e a construção civil. É uma situação em que o trabalho no exterior é articulado com o trabalho agrícola para garantir a sobrevivência do agregado familiar (Almeida, 1999). Para além disso, Francisca vê a agricultura como uma atividade solitária, preferindo o contacto constante com as pessoas num ambiente mais movimentado.

- Marta considera a atividade agrícola como um escape, mantendo-a apenas em nome da sua saúde mental e para dar continuidade ao projeto do seu falecido marido.

Nos restantes casos, em que a agricultura é a atividade principal destas mulheres, a informalidade está muito presente. Apenas três se identificam como agricultoras, sendo as restantes domésticas ou dizem estar em situações de reforma ou desemprego. Esta informalidade verifica-se a dois níveis: em termos formais e legais, no sentido em que muitas não estão registadas como agricultoras, como trabalhadoras no ativo, não tendo deveres fiscais e direito a qualquer tipo de medida da segurança social nem contando para as estatísticas do trabalho agrícola; em termos do significado atribuído, em que há uma informalidade interiorizada no sentido em que as mulheres desvalorizam o seu próprio trabalho e o seu papel. Laura chega mesmo a referir que está desempregada, mas ajuda o marido agricultor (trabalhador por conta própria sem empregados) na exploração agrícola, colocando-se numa posição secundária e mesmo subordinada de auxílio a quem decide.

A agricultura é a única fonte de rendimento de Bruna e Andreia. No caso de Filomena, Ana e Laura é a principal fonte, sendo complementada por subsídios ou pensões. As restantes consideram que o peso dos rendimentos agrícolas no agregado familiar é reduzido. A baixa rentabilidade desta atividade faz com que seja necessário obter outras fontes de rendimento, especialmente através do trabalho remunerado fora da exploração (por parte das próprias e/ou outros membros do agregado).

Importa aqui abordar a questão da profissão dos pais destas mulheres. De acordo com a Classificação Portuguesa das Profissões 2010 (INE, 2011), estes enquadram-se, na sua maioria, no grande grupo dos trabalhadores não qualificados (agricultores/as, ajudantes de cozinha). Há alguns pertencentes ao grande grupo dos operadores de instalações e máquinas (motoristas de pesados de mercadorias) ou ao grupo dos trabalhadores qualificados da indústria (marceneiros). Em cinco dos casos de estudo, os dois elementos do casal dedicavam-se à agricultura. Os pais de Bruna partilhavam a ocupação de camionistas. Já nos casos de Ana, Laura e Marta verifica-se uma genderização das ocupações, sendo que as suas mães eram domésticas ou cozinheiras e os seus pais marceneiros ou agricultores. Isto é, as mulheres surgem associadas ao trabalho doméstico e os homens ao trabalho físico agrícola/industrial.

Apenas uma destas mulheres chegou à agricultura por vontade própria: Bruna e o seu marido decidiram mudar radicalmente de vida, em 2018, e passar a produzir os seus próprios alimentos. Preocupados com questões relacionadas com sustentabilidade e soberania alimentar, deixaram a cidade à procura de um novo rumo, podendo ser enquadrados na categoria dos novos rurais (Luís, 2020). As restantes mulheres chegaram à agricultura por influência dos pais e/ou maridos. Numa lógica de continuidade, tão típica da agricultura familiar (Dinis, 2019), herdaram saberes, disposições e recursos (nomeadamente, parte das suas propriedades agrícolas). Muitas consideram que sempre foram agricultoras, uma vez que os seus pais o eram e desde cedo aprenderam a trabalhar a terra. Além da reprodução dos valores da agricultura familiar, verifica-se que houve um elevado grau de transmissão geracional da profissão no seio destas famílias. A dedicação à atividade agrícola é, para estas mulheres, um

processo natural em que dão continuidade a uma herança e a recursos familiares (Almeida, Magalhães & Féres-Carneiro, 2014).

Quatro destas agricultoras não têm qualquer formação na área agrícola. Ainda que algumas tenham tido, nalgum ponto das suas vidas, trabalhos fora das explorações que complementavam a agricultura, foram deixando essas funções enquanto o trabalho agrícola permaneceu nas suas trajetórias ocupacionais. As razões apontadas para o abandono do emprego no exterior são várias: desde a maternidade, à necessidade de cuidar do marido doente e dar continuidade ao seu projeto agrícola. Nesta opção, é visível a associação da mulher ao trabalho dos cuidados, um trabalho que tende a ser invisibilizado e desvalorizado (Hillenkamp, 2019a; Vivas, 2017).

Quando pensam sobre o seu futuro, estas mulheres reproduzem as lógicas e os valores da agricultura familiar, referindo que desejam manter a atividade agrícola até ao limite das suas possibilidades e capacidades físicas. Laura, ao refletir sobre a carga excessiva de trabalho, refere: “o meu projeto é trabalhar menos”. A este nível, surgem duas preocupações: primeiro, a dificuldade de que se reveste o trabalho agrícola, um trabalho físico cada vez mais pesado à medida que a idade avança; segundo, a falta de população nas zonas rurais e consequente carência de mão de obra para a agricultura familiar. São problemas identificados e vivenciados por estas mulheres que caracterizam a agricultura portuguesa (Ribeiro, 2009; Vivas, 2017).

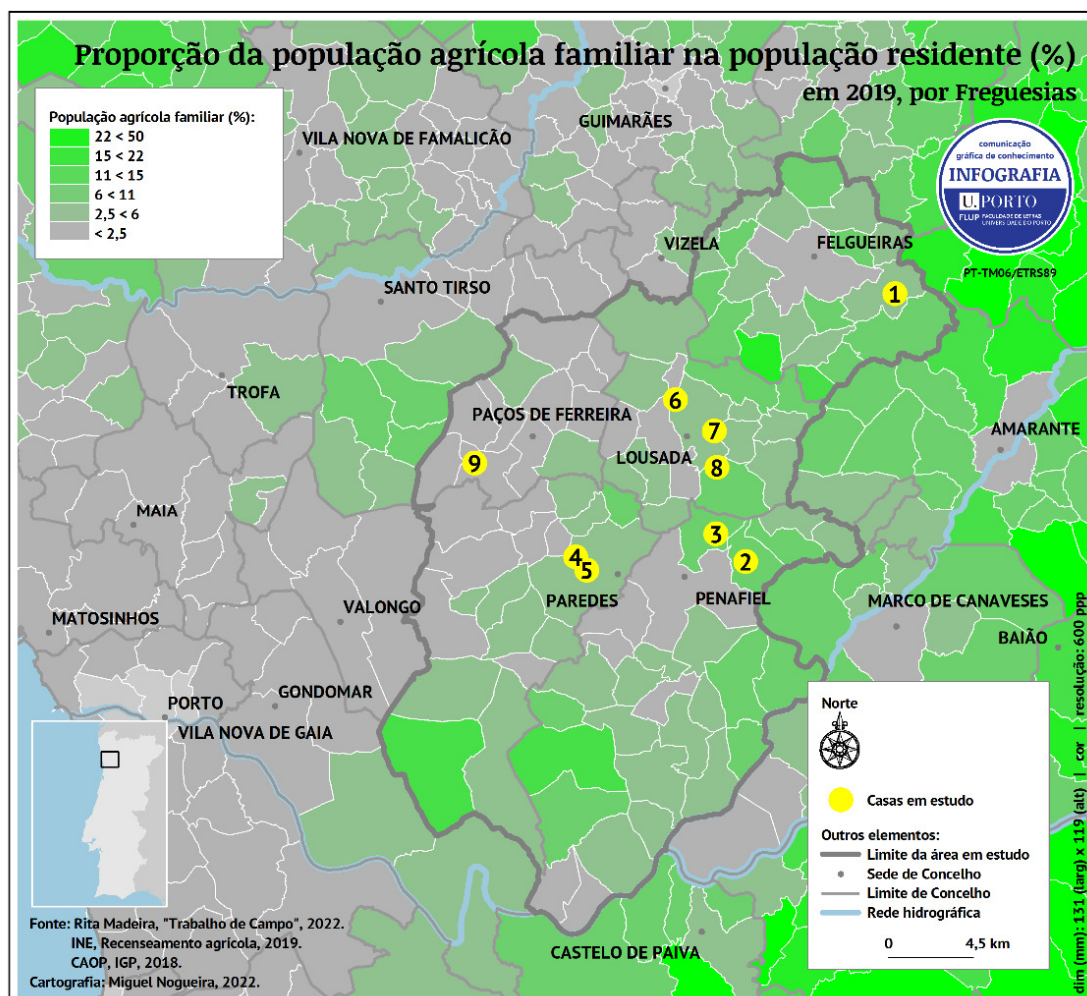
Paralelamente, manifestam uma fraca vontade para inovar e poucos projetos de inovação para o futuro. Apenas duas das mulheres revelam vontade de experimentar novas produções, dando resposta a solicitações dos consumidores, e apenas uma refere que o seu objetivo é uma agricultura cada vez mais sustentável.

4.2.2. Explorações agrícolas, modos de organização do trabalho e práticas culturais

As explorações agrícolas analisadas estão dispersas pela área de atuação da ADER-SOUSA (Figura 3): uma em Felgueiras, duas em Penafiel, duas em Paredes, três em Lousada e uma em Paços de Ferreira. Como referido anteriormente, esta zona do

país pode ser entendida como um local de transição entre o litoral urbanizado e sem agricultura e o interior fortemente agrícola/rural.

Figura 3 – Localização dos casos em estudo e população agrícola familiar no total de população residente (%) nas Terras do Vale do Sousa, em 2019



Fonte: dados do INE (2019) e da autora, cartografia de Nogueira (2022)

As explorações agrícolas destas mulheres são muito diferentes umas das outras, refletindo distintas racionalidades e modos de organização do trabalho/quotidiano. Tendo por base as tipologias de Lamarche (1997, cit. por Almeida, 2006) e de Baptista et al. (2012) apresentadas nas Tabelas 1 e 4 (p. 9 e p.57), foi possível caracterizar as explorações PROVE e os modos de agricultura nelas desenvolvidos (Tabela 6).

A diversidade existente nestes casos em análise permite refletir sobre a variedade de agricultores/as familiares. Efetivamente, a agricultura familiar é uma categoria ampla que se refere a um segmento social heterogéneo (Karam, 2004).

Tabela 6 – Caracterização das explorações agrícolas e da agricultura no PROVE

Nome	Descrição e caracterização	Tipologia
Ana	É a agricultora que vende mais cabazes, fazendo entregas no Porto. A sua produção é apenas para o PROVE e para autoconsumo (próprio e das trabalhadoras). Na sua exploração trabalham duas mulheres (uma a tempo inteiro e outra parcial). Às sextas, uma terceira mulher apoia na preparação dos cabazes e, aos sábados, um homem e uma mulher mais jovem trabalham na comercialização. A exploração está organizada por secções de produção, permitindo uma grande variedade de frutos e hortícolas, ainda que complete os seus cabazes com produtos de outros produtores. Tem duas estufas, pontos de compostagem e tanque.	Produtora rede e comerciante; agricultura em modelo empresa.
Andreia	Trabalha na agricultura e na pecuária com o marido e o filho mais velho. A principal atividade e fonte de rendimento é a produção animal. Tem vários espaços para os animais, estufas e máquinas agrícolas. Produz hortofrutícolas para os cabazes quinzenais e autoconsumo, sendo habitual vender o excedente a um restaurante local ou a consumidores que vão à exploração. É o caso onde se verifica maior desigualdade de género entre os membros do casal.	Produtora comerciante; agricultura em modelo empresa familiar.
Bruna	Desde 2018 que pode ser considerada uma nova rural. Ana e o marido praticam agricultura biológica e permacultura. Aderiram ao PROVE já que tinham dificuldade em vender os seus produtos. A propriedade conta com a sua habitação, espaços exteriores para produção agrícola e animal, uma estufa e uma zona exterior para as crianças. A sustentabilidade é um modo de vida, influenciando o trabalho agrícola e doméstico.	Produtora militante micro; agricultura (alternativa) de subsistência.
Cátia	É a única destas mulheres que não comercializa os seus produtos diretamente em cabazes PROVE. Juntou-se ao projeto a pedido de Ana, para quem vende, essencialmente, batatas, cebola e leguminosas. A restante produção é para autoconsumo: para si, o marido e as filhas, e para a família da irmã (que trabalha na exploração de Ana).	Produtora micro; agricultura de subsistência.

Filomena	O terreno de Filomena e do marido inclui espaços de produção agrícola e animal, com estufas, a sua casa, a casa de uma das filhas e zonas de jardim. Produzem em grandes quantidades para supermercados e para o PROVE. O resto da produção é para autoconsumo, alimentando cerca de 10 pessoas. Pontualmente recorrem a trabalho contratado.	Produtora comerciante; agricultura em modelo de empresa familiar.
Francisca	Passa a maior parte do seu dia em Penafiel, trabalhando no seu minimercado. Dedica-se à agricultura em horário pós-laboral e ao fim de semana, com o marido. A maior produção é de vinho. A agricultura tem um fraco peso no rendimento familiar. A produção é vendida no minimercado, através de alguns cabazes e é consumida pela família.	Produtora micro; agricultura em modelo de empresa familiar.
Laura	Terrenos vastos e com várias estufas grandes. Produção em grandes quantidades e diversificada para supermercados, cabazes e a feira semanal. Além disso, alimenta mais 7 pessoas (autoconsumo). A agricultura e a produção animal são as principais fontes de rendimento.	Produtora comerciante; agricultura em modelo de empresa familiar.
Marta	Trabalha na área da indústria imobiliária. Durante a semana, deixa a sua exploração a cargo de duas trabalhadoras. Ao fim de semana junta-se aos irmãos para trabalhar na propriedade. A produção de hortofrutícolas e de animais têm como destino os cabazes do PROVE, a venda direta na exploração e o autoconsumo (para si e suas trabalhadoras). Praticam uma agricultura o mais sustentável possível.	Produtora militante micro; agricultura em modelo empresa.
Patrícia	Além do trabalho doméstico e no café gerido pela família, Patrícia dedica-se à produção agrícola e animal. Nos tempos livres trata das suas orquídeas. Costumava vender os seus produtos à irmã (Francisca) para os seus cabazes. No entanto, recentemente decidiu juntar-se ao PROVE em nome próprio. A sua maior dificuldade é vender os produtos, uma vez que não tem carta de condução e não consegue assegurar a distribuição. O trabalho é exclusivamente familiar: Patrícia a tempo inteiro, o seu marido em horário pós-laboral e a restante família ajuda pontualmente (por exemplo na altura da vindima).	Agricultura de subsistência a transitar para um modelo de empresa familiar/produção-comerciante.

Fonte: Autora

Relativamente ao modo de aquisição das propriedades há, também, alguma diversidade: Francisca, Patrícia e Ana compraram os terrenos com os respetivos maridos; Filomena, Laura, Cátia e Marta herdaram uma parte e depois, para aumentar a área produtiva, compraram e/ou alugaram mais terrenos; Andreia e o marido trabalham campos cedidos pela mãe do mesmo; Bruna e o marido compraram casa e terreno para deixarem a cidade e, entretanto, começaram também a trabalhar terras cedidas por um vizinho.

O trabalho nestas explorações é familiar (exceto no caso de Ana e Marta). Ainda assim, Francisca, Filomena e Andreia referem contratar pontualmente trabalhadores, em épocas de maior trabalho (como é o caso das vindimas, por exemplo). Além do agregado familiar, é comum que a família alargada (os irmãos, cunhados, pais e sogros) contribuam no trabalho agrícola. No caso de Filomena, ao lado de sua casa e dos seus terrenos, estão as casas das filhas. Os seus netos, quando não estão na escola, dividem o tempo entre a sua casa e a casa dos avós. São dez pessoas a consumir diariamente os produtos agrícolas produzidos por Filomena e seu marido.

Estas dinâmicas de proximidade e partilha da agricultura familiar são transversais, verificando-se em todos os casos analisados. Mesmo nas explorações de Ana e de Marta, que contratam trabalhadoras em vez de recorrer a trabalho familiar propriamente dito, estes valores estão muito presentes. As trabalhadoras de Ana partilham todo o seu quotidiano com a mesma: vão todas juntas para o campo trabalhar, voltam todas juntas para almoçar em suas casas. Nestes dois casos, as trabalhadoras e suas famílias consomem parte da produção agrícola.

Além do autoconsumo, os produtos agrícolas destas explorações seguem, evidentemente, para cabazes do projeto PROVE. Francisca vende, ainda, na sua loja; Filomena e Laura para supermercados. Marta e Andreia fazem algumas vendas nas suas explorações. A única que participa em feiras é a Laura. É assim, diversificando os destinos da produção, que garantem o escoamento dos produtos.

Além da produção e comercialização de hortofrutícolas, todas estas mulheres dedicam-se à produção animal. De forma geral, a carne e os ovos têm como destino o

autoconsumo, sendo pontualmente vendidos. Salienta-se a exploração de Andreia, onde atividade principal é a produção animal (com cerca de duzentas cabeças de gado). No caso de Ana, uma típica produtora-rede, são feitos outros negócios em paralelo: aproveita as entregas de cabazes no Porto para vender outros produtos, tanto seus como de outros produtores da zona (ovos, cogumelos, azeite aromatizado, queijos, compotas, etc.).

Dados recolhidos através das cadernetas, preenchidas por seis destas agricultoras do PROVE, demonstram que apenas uma delas tem consciência de quanto recebe na venda unitária dos seus produtos: Laura sabe que colheu, a 16 de abril, três molhos de grelos que vendeu por três euros; dez quilogramas de batatas que vendeu a dez euros e cinco quilogramas de cebolas por três euros e meio. Todas as outras apenas sabem que o seu cabaz, semanal ou quinzenal, tem um determinado valor. Nenhuma delas tem consciência sobre o peso dos outros destinos dos seus produtos (autoconsumo, troca, doação).

O facto de não fazerem registos sistemáticos sobre as suas explorações, relativamente ao que produzem e vendem e sobre os recursos que utilizam, dificultou o preenchimento das cadernetas da agricultora. Além disso, faz com que não tenham tanto controlo sobre o seu próprio trabalho, tendendo a desvalorizá-lo. A esta questão associa-se um desinteresse generalizado em inovar, transitando para práticas agroecológicas. As lógicas de reprodução social, alicerçadas nos valores de continuidade e manutenção da agricultura familiar (Dinis, 2019), são mais fortes. Ao mesmo tempo, em Portugal há um fraco investimento em inovação e na criação de oportunidades no setor agrícola, bem como uma aposta reduzida em formação ao longo da vida (Ribeiro, 2009), tornando-se difícil romper estas lógicas e promover a mudança social no sentido da sustentabilidade ambiental e social. Tudo isto está associado a uma desvalorização político-social da agricultura familiar (Dinis, 2019).

Todas as agricultoras, à exceção de Andreia, adotam no seu quotidiano algumas práticas de agricultura sustentável, nomeadamente: compostagem, rotação de culturas, utilização de adubos dos seus animais e de biopesticidas, evitando *inputs* químicos. No entanto, não aparentam ter, na sua maioria, preocupações com a sustentabilidade das

suas práticas agrícolas. A adoção de algumas práticas de agricultura sustentável é “automática” – fazem-no porque foi assim que aprenderam a fazer, não porque refletiram sobre a forma mais sustentável de produzir. Francisca considera que o modelo agroecológico é demasiado trabalhoso; para Patrícia, Andreia e Cátia é uma questão que não as preocupa. Laura revela-se desconfiada já que considera que na escala da sua produção muitas das soluções não iriam funcionar a 100%. Acrescenta que ela e o marido iriam adotar determinadas práticas sustentáveis se fossem obrigatórias, tal como fazem no caso da aplicação de fitofármacos – seguem as boas práticas da sua aplicação à risca.

Já Filomena demonstra algum tipo de preocupação: a agricultura “*é para se ir fazendo da melhor maneira*”. Na sua exploração faz-se compostagem, cobertura do solo, testes de solo e de água e utiliza-se chorume de urtigas feito pela própria para combate às pragas. Adota práticas da agricultura sustentável tradicional porque foi assim que aprendeu a fazer e está interessada em aprender mais sobre o assunto, desde que as formações sejam acessíveis. Refere que participa em sessões organizadas pela ADER-SOUSA, mas às vezes perde o interesse porque não percebe muitas das explicações por serem complicadas (em termos de linguagem) e pouco práticas.

Ana e Marta demonstram grande interesse pela temática. Pretendem ter acompanhamento técnico próximo e personalizado, bem como formações sobre práticas mais sustentáveis, sem terem, no entanto, o objetivo da produção biológica certificada. Marta chega a ser bastante crítica daquilo que chama a “*certificação biológica de gabinete*”, mencionando haver falta de verificação e acompanhamento das práticas agrícolas das explorações certificadas e, também, pelo excesso de burocracia de todo o processo. O caso de Bruna é uma exceção neste conjunto de agricultoras, uma vez que a sustentabilidade da produção, o respeito pela natureza, a segurança e a soberania alimentar são objetivos últimos do seu modo de agricultura. Para Bruna o aconselhamento e o acompanhamento por parte de técnicos é desejado, desde que seja personalizado e cumpra estes princípios.

Em contexto de observação, foi possível verificar que, apesar da maioria das agricultoras afirmar não ter interesse na transição agroecológica, todas estiveram

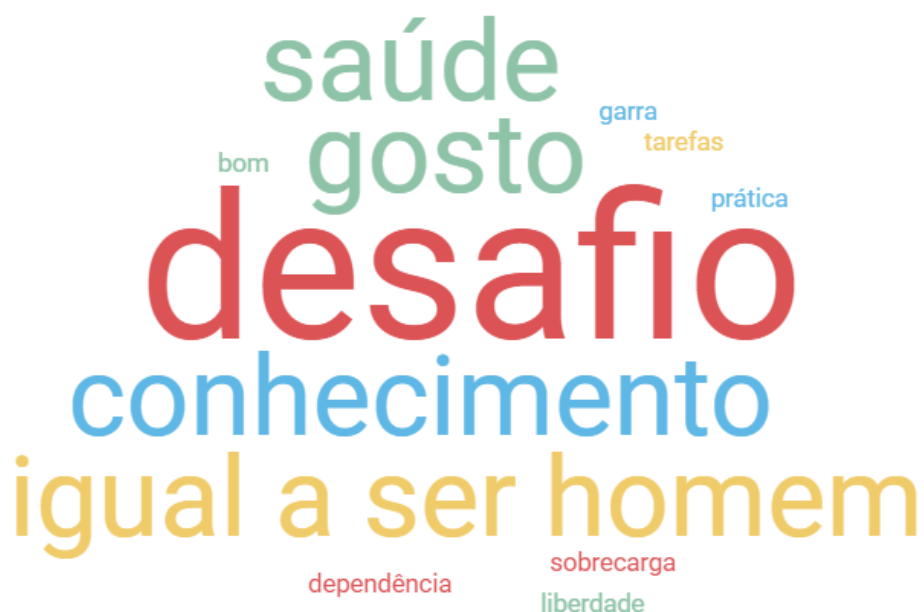
altamente recetivas às visitas e aos conselhos da engenheira da ADER-SOUSA, que podem ser enquadrados como práticas de agricultura sustentável (nas suas visitas, explicava como fazer biopesticidas e cobertura do solo, sugeria novas espécies de plantas para evitar pragas). Há, portanto, algum grau de abertura para trabalhar com estas mulheres no sentido da sustentabilidade ambiental. A questão é que esse trabalho tem de ser feito de forma horizontal, regular e personalizada. Na verdade, a bibliografia revela que as práticas de intervenção, além de terem de se ajustar aos contextos específicos, devem desenvolver-se no sentido do empoderamento e da educação libertadora, reconhecendo os indivíduos como agentes de mudança e mantendo relações com dois sentidos, não de forma hierárquica (Amâncio, 2004).

4.2.3. Género, trabalho e usos do tempo

Analisando o significado atribuído pelas agricultoras PROVE à sua profissão e ao seu género, verifica-se que ser mulher na agricultura não é um traço identitário nem uma pertença grupal. Há uma partilha de concepções relativamente ao que é agricultura: a atividade é entendida, essencialmente, como um desafio (Figura 4). No entanto, a pertença de género e a consciência das desigualdades estruturais entre homens e mulheres são questões praticamente inexistentes no imaginário das agricultoras PROVE. Estas gostam do que fazem e associam a sua atividade/vida a saúde. Referem, ainda, que é necessário ter conhecimentos, prática e garra para desempenhar as suas tarefas.

Algumas afirmam mesmo que ser mulher na agricultura é o mesmo que ser homem na agricultura. No entanto, em termos práticos, isto não se verifica. Uma análise dos mapas mentais feitos pelas próprias mulheres revela, desde logo, uma divisão sexual do trabalho e do espaço que é desigual.

Figura 4 – Significados do “ser mulher agricultora”



Fonte: Autora

Na exploração agrícola e na casa de Bruna, a mais jovem destas agricultoras, as dinâmicas de desigualdade de gênero parecem esbatidas comparativamente aos restantes casos. Analisando o seu mapa mental (Figura 5, mapa VI) e observando o quotidiano da família, foi possível verificar que o trabalho (doméstico e agrícola) é distribuído entre o casal, numa lógica de complementaridade e maior igualdade. Ainda assim, Bruna revela ter interiorizado os papéis/estereótipos de gênero, associando o homem à força e a mulher ao cuidado. Esta agricultora chega a referir que desde que mudou de vida e passou a trabalhar na agricultura se sente mais dependente do seu marido, que é mais capaz de desempenhar determinadas tarefas.

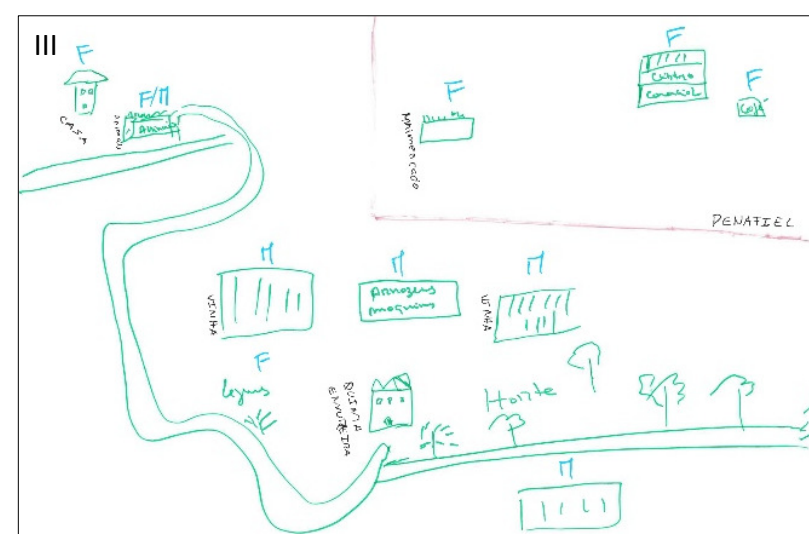
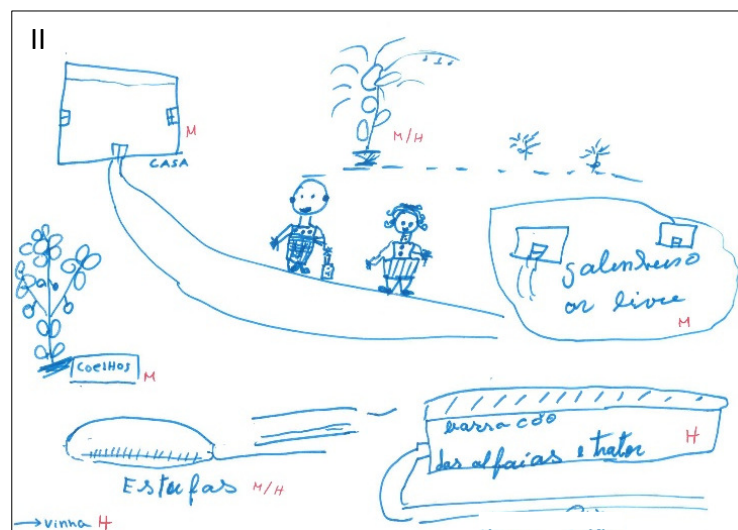
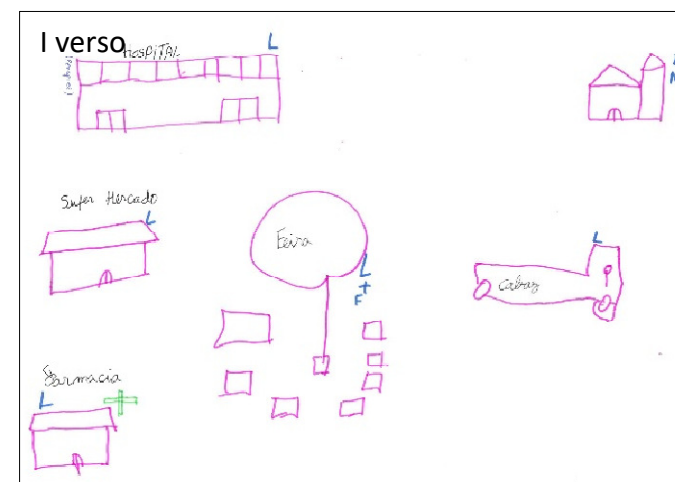
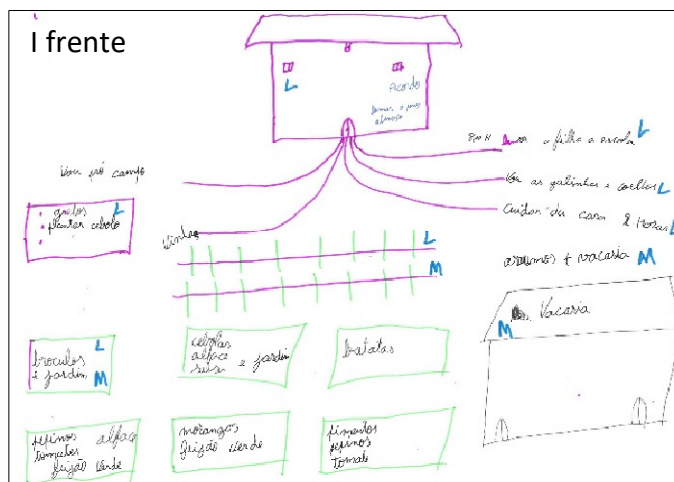
É esta leitura que está na base de uma divisão sexual do trabalho agrícola (Rodrigo, 1986), em que o homem conduz o trator e faz as podas, e a mulher cuida da horta. Uma conceção que se associa a dinâmicas de divisão sexual do próprio espaço e que pode ser encontrada, então, em cada um dos mapas mentais destas agricultoras, à exceção do mapa de Bruna (que afirma não existir uma divisão sexual do espaço/trabalho) e do de Ana (que é viúva).

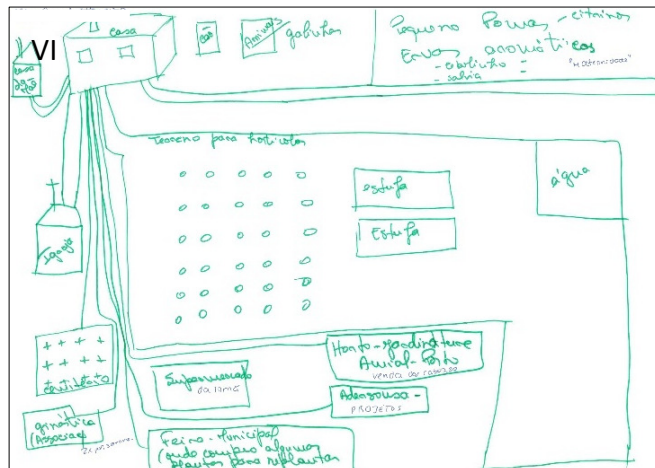
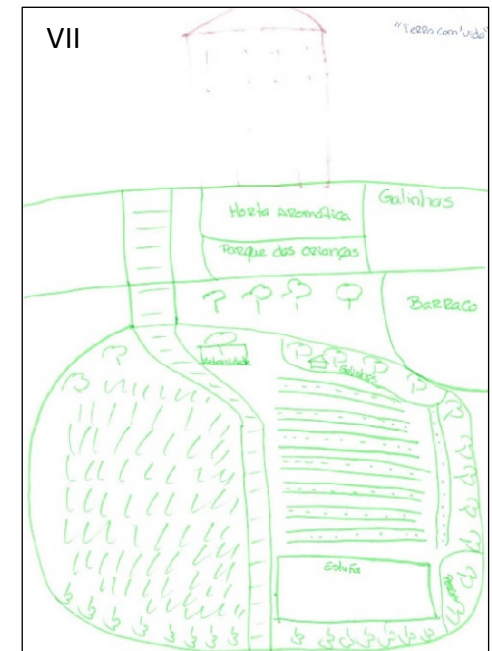
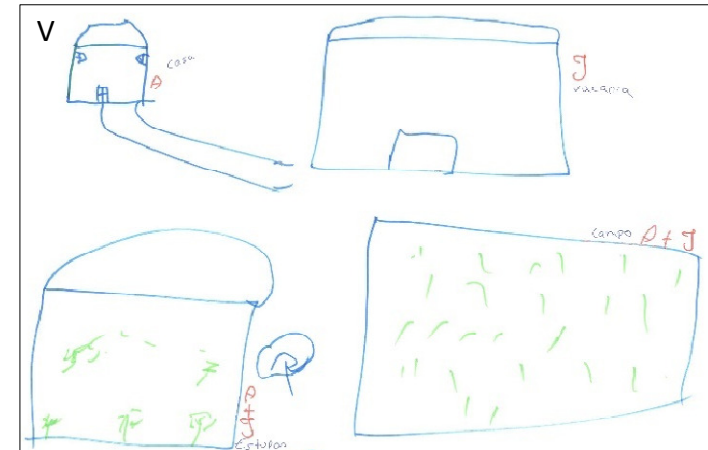
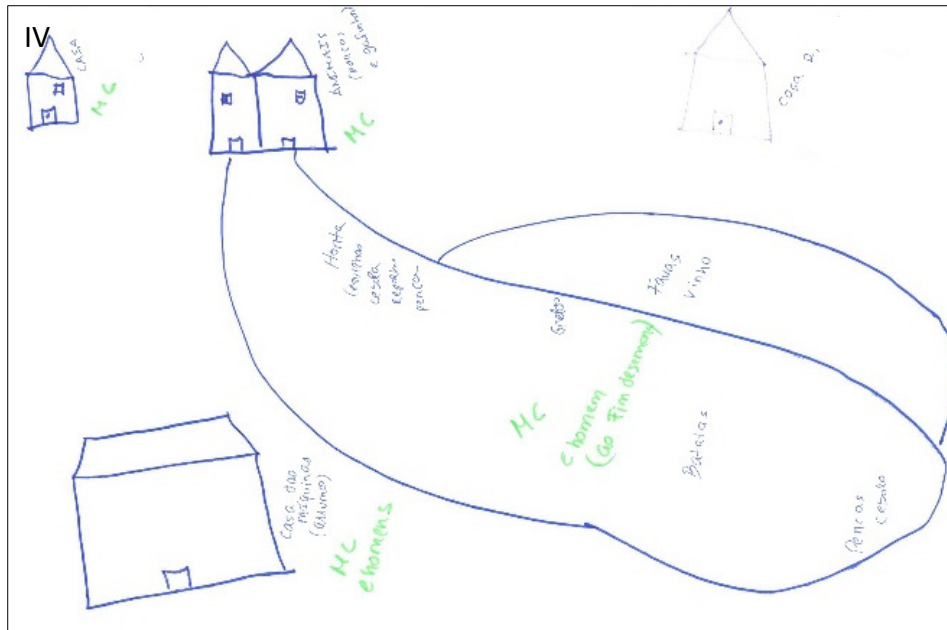
Em todos os casos em análise, tanto a observação como a elaboração dos mapas mentais (Figura 5)⁸ permitiu concluir que o espaço doméstico e todas as tarefas quotidianas que nele ocorrem permanece associado à figura feminina. A par disso, o espaço público tende a ser muito pouco frequentado e até desvalorizado pelas mulheres. Nos mapas II, IV, V e VI não há qualquer menção a locais fora da casa e da exploração agrícola e, nos restantes mapas, os espaços representados remetem para tarefas de cuidado (casa dos pais, hospitais, farmácias, supermercados). Já nos casos de Laura, Francisca e Ana (mapas I, III e VI, respetivamente) estão representados locais de comercialização dos produtos agrícolas (horto, feira e distribuição porta a porta de cabazes) e locais de sociabilidade/lazer (ginásio, igreja, café, centro comercial), revelando que estas três mulheres ocupam mais o espaço público do que as restantes.

Relativamente à exploração agrícola, os diferentes espaços que a constituem ocupam a maior parte do espaço desenhado, revelando que as mulheres agricultoras lhes atribuem grande importância. É de salientar a existência de uma divisão sexual destes espaços, que se coaduna com a divisão sexual do trabalho agrícola: os homens surgem associados à produção de animais de maior porte e às máquinas agrícolas. Nos mapas II e III há uma outra divisão, sendo que o trabalho na vinha está a cargo da figura masculina. A produção de hortofrutícolas, em estufas ou na horta, é dividido pelo casal (ou está totalmente a cargo da mulher, no caso de Francisca – mapa III).

⁸ Duas das agricultoras optaram por não elaborar um mapa mental, pelo que são aqui apresentados apenas sete mapas. Os mapas foram ordenados, do I ao V com base na sua complexidade. Os mapas VI e VII foram encarados como exceções por não permitirem conclusões sobre as dinâmicas de género.

Figura 5 – Mapas mentais





Em termos de processos de tomada de decisão, parece haver uma maior igualdade no seio dos casais. Nas explorações de Patrícia, Filomena e Bruna as decisões são tomadas a dois, pelo casal; no caso de Francisca e Laura, cada elemento do casal toma decisões sobre as suas tarefas, ainda que conversem juntos sobre as mesmas (por exemplo: Laura decide o que vai vender e a que preço na feira porque tem a seu cargo as frutas e os legumes, enquanto o marido toma decisões sobre a vinha); Cátia afirma ter uma grande liberdade, decidindo tudo sozinha, já que o marido trabalha fora e apenas ajuda na exploração ao fim de semana; Ana e Marta dividem as decisões com as suas trabalhadoras, em processos horizontais. A única exceção é o caso de Andreia em que o marido acaba por ter o papel de decisor da família. Esta agricultora chega a referir que gostava de experimentar fazer algumas coisas de forma diferente, nomeadamente em termos de produção mais sustentável, no entanto, o marido é *“teimoso”* e *“é ele que sabe”*.

Estas mulheres experienciam uma grande sobrecarga, tendo a seu cargo o trabalho doméstico, de cuidados e educação, em sumo rodo o trabalho reprodutivo, bem como grande parte do trabalho agrícola produtivo. Esta sobrecarga, além de representada nos mapas mentais (já que o espaço das tarefas domésticas e do cuidado surge associado às mulheres, que acumulam trabalho nos espaços de produção agrícola e animal e não têm grande tempo para outras atividades de lazer e participação comunitária), está igualmente patente nas cadernetas das agricultoras.

De entre as seis mulheres que preencheram a segunda parte da caderneta da agricultora, Francisca é a que passa mais tempo no campo, com jornadas de trabalho agrícola a rondar as 14 horas diárias. Segue-se Andreia, com 10 horas de trabalho diário e depois Ana e as suas trabalhadoras, que passam quase 9 horas por dia na exploração agrícola. Às extensas jornadas no campo soma-se o trabalho doméstico: estas mulheres passam entre 1 a 3 horas e meia por dia a preparar refeições, limpar ou tratar da roupa. Filomena, que admite gastar apenas 1 hora do seu dia-a-dia em tarefas da casa, esclarece que o sábado é exceção, utilizando todo esse dia (8 horas) a limpar a casa e tratar da roupa. São tarefas que se espalham pela semana toda, ainda que bastante mais concentradas ao fim de semana. A cargo destas mulheres estão, ainda, as idas pontuais

ao supermercado e o cuidado com crianças, pessoas idosas ou outras pessoas dependentes. Bruna, com duas crianças pequenas, afirma que essa é uma tarefa constante. Já Francisca despende de cerca de 2 horas do seu dia para cuidar dos filhos e do pai, enquanto Laura admite que cuidar dos sogros é uma tarefa pontual que interrompe outras rotinas/tarefas.

O lazer parece ser a atividade que ocupa menos tempo na vida destas mulheres. Utilizam entre 30 minutos a 2 horas dos seus dias para ver televisão (ou a ler, no caso de Ana). Nenhuma delas frequenta diariamente o espaço público. No entanto, Francisca vai à missa e, de vez em quando, ao café; Filomena sai duas vezes por semana para a hidroginástica com o marido e participa, pontualmente, em excursões turísticas e eventos da ADER-SOUSA; Ana também faz ginástica e é participante assídua dos eventos da Associação, além de ir à missa e ao cemitério; Bruna faz parte de uma rede de agricultores que reúne uma vez por mês.

As restantes cinco mulheres não participam em qualquer atividade religiosa, sindical, associativa, cultural ou desportiva. Cátia chega mesmo a referir que não gosta de mulheres que vão ao café, revelando uma forte interiorização da desigualdade de género assente em estereótipos sobre o papel recatado da mulher. Neste caso, “estamos perante formas de controlo social de cariz tradicional, nas quais as mulheres acabam por ser as maiores vigilantes e críticas de si próprias” (Carmo, 2007, p. 95).

Estas tendências reveladas pelos dados empíricos de sobrecarga feminina, de fraca participação no espaço público e confinamento ao doméstico vêm de encontro ao que foi revelado pela bibliografia. De facto, o Relatório Global da Desigualdade de Género (cit. por Black et al., 2019) abordava, já em 2016, a existência do triplo fardo das mulheres: encargos pelo trabalho doméstico, pelo trabalho reprodutivo e pelo trabalho produtivo, especialmente no caso da agricultura familiar, as mulheres permanecem, apesar de alguns avanços no sentido da igualdade de género, associadas ao espaço doméstico, sendo o seu trabalho/papel invisibilizado e socialmente desvalorizado (EIGE, 2016; Medina, 2020).

4.2.4. A participação no PROVE: percepções e significados

Estas agricultoras fazem parte do PROVE há vários anos, exceto Patrícia e Bruna que aderiram este ano. De modo geral, conheceram o projeto graças a divulgações da ADER-SOUSA e das cooperativas agrícolas locais. No caso de Ana, Andreia e Marta, a adesão partiu do marido. Já Cátia juntou-se ao projeto a pedido de Ana, no sentido de complementar o seu cabaz com outros produtos.

O número de cabazes vendido em cada uma das explorações é muito variável. Laura, por exemplo, vende vinte cabazes quinzenais e Andreia oito semanais. Já Ana chega a oitenta cabazes por semana. Em termos de tarefas inerentes ao projeto, todas as agricultoras referem que, além do trabalho agrícola normal (semear, transplantar, regar, podar, colher, etc.), é lhes exigido preparar cabazes, transportar e vender. Bruna, ainda numa fase inicial, acrescenta a necessidade de divulgar e angariar clientes.

As representações destas mulheres sobre o PROVE encontram-se sistematizadas na Figura 6. De modo geral, consideram que é um projeto exigente em termos de produção, no sentido em que necessitam de disponibilizar aos consumidores uma grande variedade de produtos de qualidade, e exigente em termos de planeamento, já que a sua participação implica tarefas de gestão que vão além do trabalho agrícola. Precisam de decidir o que produzir e o que colocar no cabaz, definir o preço, planear o transporte e a entrega, entre outros.

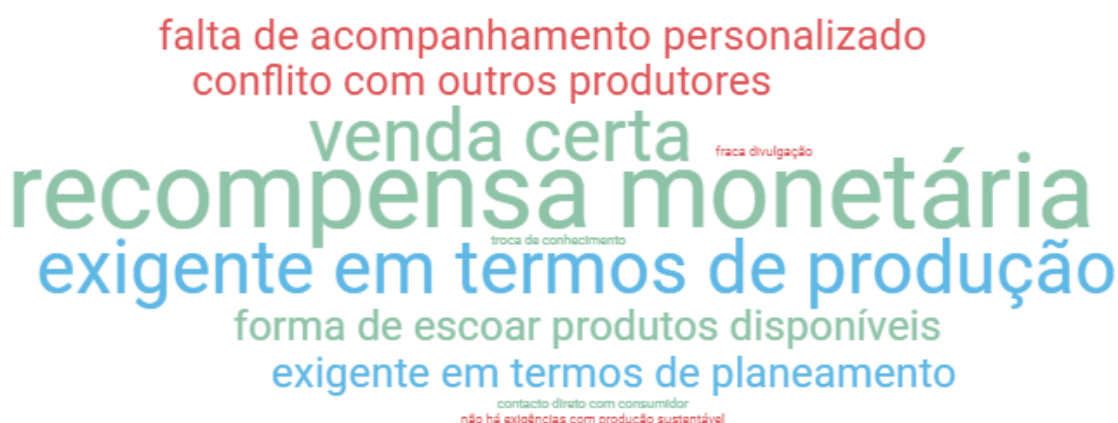
O ponto forte mais vezes mencionado pelas agricultoras PROVE passa pela recompensa monetária que recebem em troca dos seus produtos, do seu trabalho. Uma recompensa que está garantida semanalmente ou a cada quinze dias e que é considerada um “dinheiro limpo”, isto é, um rendimento que não é complexo já que não exige qualquer processo fiscal. É uma troca tida como direta e simplificada: uma quantia monetária, estabelecida pelos produtores/as, recebida em troco de produtos hortofrutícolas.

Além disso, consideram que o projeto é uma forma de garantirem a venda e o escoamento dos produtos: por um lado, há um contrato verbal com os consumidores que garante a periodicidade das vendas, com abastecimentos regulares em espaços de

tempo semanais ou quinzenais; por outro, têm a liberdade de colocar no cabaz os produtos que têm disponíveis e aqueles que “dão mais jeito incluir”. O contacto direto com os consumidores e a possibilidade de trocar conhecimentos (com estes ou com outros produtores) são também aspetos positivos assinalados.

Em contrapartida, estas agricultoras queixam-se de uma falta de acompanhamento/aconselhamento técnico próximo e personalizado e mencionam situações passadas de conflito com outros produtores. Há ainda referências a uma fraca divulgação do PROVE junto de (potenciais) consumidores e uma falta de exigência/preocupação com modelos de produção agrícola ambientalmente sustentáveis.

Figura 6 – Perceções sobre o PROVE



Fonte: Autora

O PROVE nas Terras do Sousa aparenta ser um projeto que tem vindo a perder consistência e coesão interna. Segundo as participantes mais antigas, no início havia reuniões de agricultores, formações, visitas a explorações agrícolas e convívios nas quais costumavam participar. O caso de Andreia é uma exceção já que sempre teve um papel mais secundário no PROVE, sendo que o seu marido é que costumava participar nessas sessões iniciais: “eu é que trato das coisas, mas está tudo em nome dele”.

De facto, constata-se que não existe, atualmente, uma identidade PROVE. As mulheres agricultoras praticamente não se conhecem umas às outras, não havendo consciência da pertença ao PROVE nem qualquer tipo de coesão grupal. Para elas estar

neste projeto significa apenas fazer e vender cabazes. O PROVE é entendido como (mais) uma responsabilidade. Para Andreia ser agricultora no PROVE “*é igual a não estar no PROVE*”. Isto é, o projeto não lhe garante nada de diferente na sua vida, é apenas mais um meio de escoar a sua produção.

Parece que houve uma perda de identidade de um grupo inicialmente existente, pelo que se procurou saber se havia interesse em voltar a apostar nos laços de solidariedade entre os/as participantes do projeto, reciclando-os constantemente para que não caiam em desuso (Amâncio, 2004).

5. Capítulo V – Proposta de intervenção

Terminada a caracterização das mulheres agricultoras do PROVE com base no diagnóstico realizado, importa agora apresentar os seus problemas e necessidades. Além disso, serão abordadas possíveis soluções. As questões aqui abordadas foram levantadas pelas próprias agricultoras, num processo que se pautou pela participação.

Com base em todos os dados recolhidos de forma próxima e informal, construiu-se uma proposta de intervenção social com e para os agricultores do PROVE. As ideias que, como referido, partiram das próprias mulheres, foram sistematizadas, definindo-se domínios de atuação, exemplos de atividades e objetivos. Este quinto capítulo conta, ainda, com reflexões sobre os recursos necessários à operacionalização da proposta e indicadores de monitorização/avaliação, bem como um conjunto de recomendações consideradas essenciais.

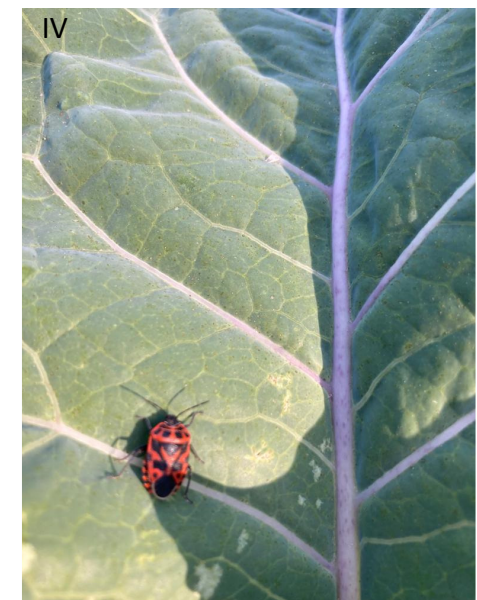
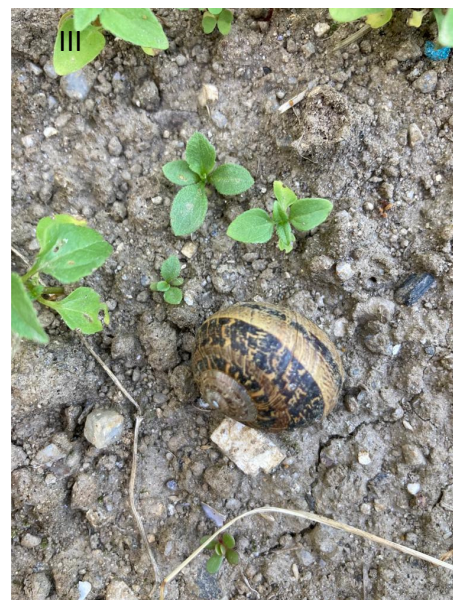
5.1. Problemas e necessidades das agricultoras do PROVE

Através da captura de fotografias e da reunião para discussão das mesmas (*photovoice*), as agricultoras refletiram sobre si, sobre os seus quotidianos e desafios. Os problemas detetados com o trabalho de campo desenvolvido até então foram sistematizados e complementados com a participação das agricultoras.

As imagens recolhidas pelas agricultoras do PROVE (Figura 7) remetem para diferentes problemáticas. Laura (fotografias I e II) optou por retratar a necessidade de

gerir constantemente a produção para ter disponível uma grande variedade de produtos e conseguir compor cabazes, o que se constitui como uma carga redobrada de trabalho agrícola; já Ana (fotografias III e IV) abordou a questão do combate às pragas; a partir da fotografia de Bruna (fotografia V), discutiu-se a dificuldade em conciliar o trabalho agrícola com a maternidade, especialmente enquanto os filhos são pequenos; Patrícia, com a fotografia VI pretendeu retratar alguma dificuldade em escoar a sua produção, uma vez que ainda não tinha cabazes para vender (estava ainda em processo de adesão ao PROVE) e, não tendo carta de condução, tornava-se complicado distribuir e vender os produtos.

Figura 7 – *Photovoice*: fotografias das agricultoras PROVE



Durante a conversa foram surgindo outros assuntos além daqueles retratados pelas fotografias. De forma informal e horizontal, cada uma das mulheres agricultoras presentes foi abordando as suas preocupações e dificuldades, partilhando opiniões. Importa aqui sistematizar alguns dos assuntos que foram sendo abordados:

- Há diversas formas de fazer agricultura e de encarar a produção agrícola: umas fazem-no em menor escala e mais preocupadas com a sustentabilidade ambiental das suas práticas agrícolas, outras com grande produção e alguma dificuldade/renitência em adotar práticas agroecológicas;
- Há, também, diversas formas de entender o próprio PROVE. Ainda assim, concordam que todos os/as participantes do projeto têm de ter variedade de produtos para serem capazes de fazer os cabazes. É preciso saber vender e ter visão de negócio. Isto traz trabalho acrescido, o que acaba por afastar alguns agricultores;
- Na agricultura é preciso muita prática e conhecimento sobre a exploração agrícola. É necessário ser resiliente porque é uma atividade dura e muito incerta: *“sabemos o que semeamos, não sabemos o que colhemos; quando colhemos, não sabemos se vendemos; se vendemos, não sabemos se recebemos”*, refere Laura;
- Há uma desvalorização do trabalho dos agricultores/as que se manifesta em situações de roubo dos produtos agrícolas, regateio dos preços e desrespeito pelos horários de trabalho;
- É necessário conhecer bem os consumidores, estabelecendo relações de proximidade, e adaptar a produção à procura;
- O trabalho agrícola junta-se ao trabalho doméstico e dos cuidados. Tudo isto exige uma boa gestão do tempo e planeamento, numa procura constante pelo equilíbrio;
- A ADER-SOUSA faz um excelente trabalho no sentido do desenvolvimento local, apoiando inúmeros projetos; no entanto, a sua área de atuação é extensa e nem sempre conseguem estar muito presentes no terreno;
- O PROVE é um projeto que já está lançado e instituído, sendo necessário pensar em dinamizar outro programa.

Esta reunião pode ser entendida enquanto um primeiro momento de reativação da identidade PROVE e dos laços de solidariedade anteriores, bem como de criação de capital social, uma vez que permitiu uma aproximação entre as participantes. De referir que “criar capital social supõe criar mecanismos de cooperação (sem leviatã), reciprocidade e de confiança mútua que estimulem as capacidades das pessoas a expandirem suas liberdades” (Amâncio, 2004, p.8), o que permitirá, por sua vez, fomentar o desenvolvimento local.

Tal como é possível ver no excerto⁹ que se segue, quando questionadas sobre a falta de coesão do grupo de agricultores/as PROVE, várias questões surgem: dificuldade do trabalho agrícola, sobrecarga, desigualdade e estereótipos de género, diferenças geracionais, etc. É fulcral que qualquer intervenção junto destas mulheres tenha em conta todas estas questões, que estão interligadas e são altamente complexas.

E: São vizinhas, trabalham no mesmo projeto e não estão regularmente umas com as outras. Porquê? Porque é que isso acontece?

Ana: Porque a vida agrícola é muito exigente. E porque somos mulheres, não temos só uma profissão. As mulheres [nunca] têm só uma profissão.

Bruna: Nem os homens...

Ana: Nem os homens, mas nós mais do que os homens (...) Nós não temos muito tempo.

Anita¹⁰: Temos as casas, os maridos para aturar... dar-lhes o almoço...

Bruna: Os maridos também têm as casas e as mulheres para aturar! Eu acho...

E: Na casa da Bruna é um bocadinho diferente.

Ana: Vem de outra geração, já.

Anita: Se calhar faz o almoço...

Bruna: O marido? Sim, cozinha.

Durante a reunião, além de serem discutidos os problemas e dificuldades das suas vidas partindo das fotografias tiradas pelas próprias, foram também procuradas soluções para os mesmos. Solicitou-se que as mulheres presentes pensassem e

⁹ A reunião com as agricultoras foi gravada com o consentimento de todas as pessoas presentes.

¹⁰ Anita é uma das trabalhadoras da exploração agrícola de Ana (nomes fictícios).

propusessem ações/atividades que pudessem ser dinamizadas pelo grupo de agricultores/as, com ou sem apoio da ADER-SOUSA. As suas propostas passaram por:

- Melhorar a comunicação entre agricultores/as, com consumidores e com a própria Associação;
- Dinamizar iniciativas com os consumidores;
- Implementar um programa variado de formações, nomeadamente sobre o combate alternativo/sustentável a pragas;
- Promover o convívio entre agricultores/as PROVE;
- Implementar o dia dos produtores PROVE, com visitas rotativas às explorações agrícolas de cada um e troca de experiências;
- Reorganizar grupos de agricultores/as para que haja cabazes de hortofrutícolas que resultem do trabalho colaborativo, numa lógica de complementaridade;
- Reforçar o aconselhamento técnico personalizado.

A conjugação destas ideias das mulheres com os resultados do diagnóstico realizado durante o período de estágio curricular permitiu mapear os vários problemas e fragilidades existentes (Figura 8) e, a partir daí, construir a proposta para a intervenção no PROVE.

Figura 8 – Mapeamento dos problemas/fragilidades das agricultoras do PROVE



Fonte: Autora

Ana, Andreia, Bruna, Cátia, Filomena, Francisca, Laura, Marta e Patrícia têm idades, famílias, objetivos e modos de ver o mundo diferentes. Ainda assim, apesar das especificidades e da individualidade de cada uma, estas mulheres partilham características e um conjunto amplo de dificuldades. Vivem no seio de lógicas contraditórias (Carmo, 2009), entre a tradição/continuidade e a modernidade, entre as limitações impostas pelas estruturas sociais patriarcais e a liberdade do século XXI. São agricultoras, comerciantes, mães, avós, cuidadoras, domésticas, entre muitos outros papéis: *“Sou mulher-faz-tudo. Sou mãe, sou avó, sou agricultora, sou doméstica, sou tudo. Já fui tratorista...”*, refere Inês (outra das trabalhadoras da exploração de Ana). Vivem sobrecarregadas com o trabalho na casa e no campo, não têm muito tempo livre para lazer, cultura, associativismo ou outras formas de participação no espaço público. Ao longo do tempo, interiorizaram estereótipos e concepções de género que ditam que

o feminino é mais frágil, que deve ser recatado e cuidador. Tendem a reproduzir estas e outras concepções, não havendo grande espaço para a mudança social. Não têm controlo sobre o seu trabalho produtivo na agricultura, uma vez que não fazem um acompanhamento sistemático do mesmo. Além disso, nem sempre são proprietárias dos terrenos onde trabalham e nem sempre têm poder de decisão. De forma geral, não têm formação agrícola.

No PROVE encontraram uma forma de escoar a produção e obter rendimento, mas não obtiveram acesso a uma rede de apoio mútuo que garantisse colaboração e empoderamento. Denunciam alguma falta de aconselhamento e acompanhamento técnico especializado, personalizado e periódico, ainda que a ADER-SOUSA esteja a trabalhar no sentido de colmatar esta carência. Referem que a agricultura, uma atividade difícil, nem sempre é devidamente valorizada. Apesar de se mostrarem algo preocupadas com questões ambientais e de conservação dos recursos naturais, nem sempre conseguem adotar práticas agrícolas sustentáveis.

Apesar da força das lógicas de reprodução social, a receptividade destas mulheres ao aconselhamento de uma nova técnica da ADER-SOUSA (agrónoma com quem se trabalhou de perto) e o seu envolvimento no trabalho de diagnóstico e planeamento realizado demonstrou que, afinal, existe margem para uma intervenção que promova a mudança social. Destaca-se, desde já, a necessidade de intervir no sentido do “desenvolvimento e o aprimoramento das técnicas e práticas alternativas de participação na sociedade” o que “tenderá a organizar uma nova sociedade pautada em menor desigualdade e acarretaria em processos de emancipação social” (Amâncio, 2004, p.6). Considera-se que o recurso a técnicas participativas, que envolvam os casais de agricultores - enquanto configuração familiar mais frequentemente encontrada-, desde o primeiro momento e que tenham em conta as suas necessidades e características, irá garantir o sucesso da intervenção e, conseqüentemente, a melhoria das condições de vida destes indivíduos.

5.2. Proposta de intervenção e recomendações

O plano de intervenção proposto para este contexto (Tabela 7) é composto por três grandes domínios de atuação:

- i. aconselhamento e acompanhamento técnico;
- ii. formação para as agricultoras e suas famílias;
- iii. constituição de uma rede de agricultores/as.

Devido à grande variedade e problemas encontrados, há uma diversidade de temáticas/questões a abordar na intervenção. De forma geral, é necessário atuar no sentido da igualdade de género, da valorização do trabalho feminino (seja o trabalho produtivo na agricultura, como o trabalho doméstico e dos cuidados), da valorização da agricultura enquanto atividade económica, promoção do trabalho colaborativo, passagem para modelos ambientalmente sustentáveis, estabelecimento de relações de interajuda e reativação da identidade PROVE. Está em causa a promoção, futura, da transição para um modelo agrogeológico, onde tanto as práticas agrícolas como o desenvolvimento rural, nas suas dimensões social e cultural, são sustentáveis (Picolotto & Bremm, 2016).

Para tal, em cada um dos domínios de intervenção propõe-se a dinamização de determinadas atividades:

1. O aconselhamento e acompanhamento técnico passam pela visita regular às explorações agrícolas PROVE (como já tem começado a acontecer) e a locais de comercialização. São momentos de aprendizagem próxima e adequada às especificidades e objetivos de cada agricultor/a. Este domínio da intervenção conta, ainda, com a promoção e apoio à redação de um diário de campo/caderneta, que permita que o agricultor/a faça registos sistemáticos sobre o seu trabalho: o que semeou e onde, o que colheu, o que vendeu e por quanto, o que trocou/deu/consumiu, em que materiais e outros recursos investiu e quanto gastou, etc. Desta forma, o agricultor/a poderá ganhar maior controlo e conhecimento sobre a sua exploração e o seu trabalho, ficando mais empoderado e informado. Além disso, o acompanhamento

passa, quando necessário, pelo apoio no acesso a serviços agrícolas no espaço público – algo que é extremamente relevante no caso das mulheres agricultoras, devendo-se fomentar a sua participação. O técnico/a consegue garantir que o acesso a esses serviços, nomeadamente nas cooperativas, é feito de forma (mais) sustentável. Por exemplo, Patrícia chegou a referir que se costumava deslocar à cooperativa agrícola e aplicava os produtos químicos que lhe vendiam sem saber o que eram e sem ler o rótulo. O papel do técnico/a neste caso, numa perspetiva agroecológica, deverá passar pela transmissão de informação relativamente aos malefícios dos pesticidas e pela apresentação de alternativas. Além de práticas mais saudáveis e ambientalmente corretas, está a promover a aprendizagem e o empoderamento de Patrícia. A este nível, pretende-se, então: a adoção de práticas de cultivo e comercialização mais sustentáveis e justas; o acompanhamento próximo das explorações agrícolas e das pessoas, empoderando-as; a promoção da igualdade de género e da participação no espaço público.

2. Relativamente ao segundo domínio de intervenção, há uma grande variedade de formações que podem (e devem) ser operacionalizadas. A agricultura sustentável, gestão do tempo e do negócio, comunicação e desigualdade de género são algumas das áreas a ser abordadas junto dos agricultores/as PROVE. As várias formações para as agricultoras e suas famílias deverão garantir a aquisição de competências e aprendizagens ao longo da vida; a adoção de práticas sustentáveis; a promoção da inovação e da sustentabilidade económica, do trabalho colaborativo e da coesão grupal, da igualdade de género e do empoderamento pessoal.

É necessário que os técnicos/as ou formadores/as tenham em conta que o “conhecimento não é um ato de transmissão de conteúdos onde as relações são ativo-passivas e sim ele só existe se ocorre uma apropriação do aprendido e consequentemente uma transformação desse em ações e/ou reflexões nas situações concretas de cada vivência”. Além disso, “o espaço não-formal das relações educativas

toma grande proporção ao se tratar de comunidades rurais, pois estes espaços são os espaços que refletem a voz destas comunidades” (Amâncio, 2004, p.4/5). Por outras palavras, as formações devem garantir a verdadeira transmissão de conhecimentos, funcionando de forma horizontal, participativa e prática. A linguagem utilizada deve ser acessível e adequada.

3. Por fim, o terceiro domínio de intervenção consiste na criação de uma rede de agricultores/as que irá fomentar o trabalho colaborativo, a partilha de experiências e interajuda (capital social), a participação no espaço público, o lazer e a aprendizagem coletiva (não formal). Tudo isto contribui para a reativação da identidade PROVE e para uma maior coesão grupal. Em simultâneo, promove-se o desenvolvimento de *soft skills*, fomenta-se a participação no espaço público e em momentos de lazer. As atividades da rede devem partir dos próprios membros da mesma, sendo que os técnicos/as responsáveis têm aqui apenas o papel de mediadores. Com base nas sugestões avançadas pelas mulheres agricultoras incluiu-se no programa o Dia dos Produtores PROVE, visitas às explorações agrícolas e workshops/ajudadas com os consumidores. Estas últimas atividades pretendem fazer a ligação entre a rede de produtores/as e os consumidores, contribuindo para a valorização social da atividade agrícola.

Tabela 7 – Programa de intervenção (proposta)

Domínios de intervenção	Exemplos de atividades	Objetivos	Periodicidade
Aconselhamento e acompanhamento técnico	Visitas às explorações agrícolas e locais de comercialização	- Adoção de práticas sustentáveis	Quinzenal
	Apoio na redação do diário de campo	- Comercialização justa dos produtos agrícolas	
	Apoio no acesso a serviços agrícolas	- Acompanhamento sistemático das pessoas e da exploração	Pontual
		- Promoção da igualdade de género e da participação	
Formação	Agricultura sustentável	- Aprendizagens ao longo da vida (<i>hard skills</i>)	Mensal
	Inovação agrícola	- Adoção de práticas sustentáveis	
	Planeamento e gestão do tempo	- Empoderamento	
	Gestão e visão de negócio	- Promoção da inovação e sustentabilidade económica	
	Comunicação e resolução de conflitos	- Promoção do trabalho colaborativo	
	Violência e desigualdades de género	- Promoção da igualdade de género	
Rede de agricultores/as		- Identidade e coesão grupal	Mensal
	Convívio: Dia dos produtores PROVE	- Relações de proximidade e de apoio mútuo, coesão grupal	
		- Fomento de momentos de cultura e lazer	
	Visitas a explorações agrícolas, sessões informativas e outros eventos	- Promoção do trabalho colaborativo	
		- Promoção da participação no espaço público	
		- Educação não formal e desenvolvimento <i>soft skills</i>	Mensal
		- Manutenção de relações de proximidade	
	Workshops e ajudadas com consumidores	- Valorização social da agricultura	
		- Promoção de práticas sustentáveis	

Fonte: Autora

A intervenção tem de funcionar como um todo coeso, sendo que as formações profissionais (segundo domínio da proposta de intervenção) devem ser completadas com momentos de aprendizagem não formal (primeiro e terceiro domínios de intervenção). Em termos de periodicidade, recomenda-se que cada agricultor/a seja visitado pelo técnico/a pelo menos de quinze em quinze dias; já as formações e eventos da rede de agricultores/as devem ocorrer intercaladas, pelo menos uma vez por mês. A pessoa responsável pelo acompanhamento e aconselhamento técnico deve mobilizar os agricultores/as para a participação ativa nas formações e nos eventos da rede. Além disso, não deve contradizer aquilo que é transmitido nas formações, trabalhando no mesmo sentido que as mesmas, na promoção de práticas mais justas e sustentáveis em termos ambientais e sociais. Esta será uma via possível para avançar na transição agroecológica.

Esta é uma proposta que pretende criar valor para a sociedade, gerando mudança social no sentido da resolução dos problemas detetados (Tabela 8), que são importantes, algo negligenciados e que exibem externalidades – problemas INE (Santos et al., 2013). A solução apresentada passa pela implementação de um programa de atividades, capaz de promover a transição agroecológica. Entende-se, tal como Parmentier (2014), que as iniciativas da agroecologia permitem mudanças políticas e sociais, tais como o respeito pelo trabalho humano, igualdade de género, direito à propriedade, direito a uma alimentação digna, circuitos curtos, sustentabilidade, vida comunitária e solidariedade.

Tendo, então, como visão a construção de uma sociedade rural mais sustentável, ambiental e socialmente, em que o desenvolvimento local é centrado nas pessoas (Dowbor, 1996 cit. por Amâncio, 2004), feito de forma participada e integrada, esta proposta será capaz de criar valor social para além do económico. Deverá ser um programa gratuito e acessível às agricultoras e agricultores, envolvendo ativamente ambos os membros do casal em todas as fases. Assente na proximidade e na horizontalidade, deve ser altamente adaptado e adaptável às necessidades dos participantes. Não se pretende impor soluções, mas antes trabalhar conjuntamente com e para os atores sociais na resolução dos seus problemas.

Tabela 8 – Gerador de valor de iniciativas de impacto

Visão: desenvolvimento local participado, centrado nas pessoas, integrado e sustentável		
Problemas: estereótipos de género, reduzida participação no espaço público, sobrecarga feminina, fraco grau de inovação e colaboração, desvalorização da agricultura, falta de formação e aconselhamento técnico, inexistência de uma rede de apoio, práticas ambientalmente não sustentáveis, pragas e outros problemas agrícolas.	Solução: programa de intervenção, a médio/longo prazos, que promove o desenvolvimento local e a transição agroecológica	Impacto: desenvolvimento local agroecológico – mais igualdade, justiça, participação social, colaboração, empoderamento e sustentabilidade.
Valor: programa gratuito e acessível, adaptado às necessidades e características do segmento-alvo, assente na participação e proximidade.	Sustentabilidade: a implementação do plano de intervenção não exige grandes custos, apenas o aproveitamento de recursos e estruturas existentes.	

Adaptado de Santos et al. (2013)

Relativamente à sustentabilidade desta proposta, todos os recursos físicos, humanos, intelectuais e relacionais (Santos, et al., 2013) necessários à sua implementação estão disponíveis internamente, na ADER-SOUSA e no PROVE. Este é um programa de intervenção que pretende redinamizar um projeto já existente, o que lhe confere um enquadramento institucional. A ADER-SOUSA já existe há vários anos e tem dado provas de sustentabilidade. Têm os recursos físicos necessários (instalações) para a dinamização de atividades, como as formações, na sua sede. Recentemente, contrataram uma nova técnica para acompanhar os agricultores/as, verificando-se a existência de recursos humanos e intelectuais. Enquanto Associação com vários anos de presença no terreno, detém contactos e parceiras (destacam-se, nomeadamente os 28 associados) que podem facilitar a implementação do programa de intervenção.

Além disso, o facto de as agricultoras estarem altamente envolvidas e comprometidas com todo o processo desde o início faz com que estejam disponíveis recursos que de outra forma não estariam: por exemplo, para o Dia dos Produtores

PROVE é necessário que haja um espaço físico para o encontro e as mulheres optaram por resolver esta questão disponibilizando as suas explorações agrícolas para acolher, rotativamente, esta iniciativa. A intervenção torna-se sustentável porque os recursos necessários para cada atividade, além de relativamente poucos, estão disponíveis institucionalmente ou na rede de agricultores/as.

Para finalizar, é de referir que se espera que a implementação deste programa tenha impactos positivos, no sentido de uma maior igualdade de género, participação no espaço público, colaboração entre agricultores/as e adoção de práticas sustentáveis, num caminho que parece aproximar-se de um modelo agroecológico. É relevante ir acompanhando a intervenção, ajustando constantemente as atividades desenvolvidas e garantindo que os objetivos estão a ser cumpridos. A monitorização e avaliação, tanto quantitativa como qualitativa, tanto *ongoing* como final (Guerra, 2000), deve ter em conta estes (e outros) indicadores:

- Número de atividades desenvolvidas;
- Número de participantes em cada uma das atividades;
- Número de membros da rede de agricultores/as;
- Número de novos projetos com participação de agricultores/as PROVE;
- Número de grupos de agricultores/as PROVE;
- Horas de formação;
- Horas de aconselhamento técnico;
- Grau de satisfação dos/as participantes com cada uma das atividades;
- Grau de motivação das mulheres agricultoras para a participação cívica;
- Perceção das mulheres sobre a (des)igualdade de género;
- Perceção das mulheres sobre o seu papel social e do valor do seu trabalho;
- Novas práticas agroecológicas adotadas;
- Competências adquiridas e desenvolvidas (*soft* e *hard skills*);

- Tempo gasto em lazer/cultura e em participação no espaço público;
- Relações e laços estabelecidos entre agricultores/as.

Esperam-se, então, mudanças na aprendizagem e sensibilização, no bem-estar, no comportamento, nas competências e capacidades, nas relações e situações (ibidem) destas agricultoras do PROVE e todos os outros membros do projeto a quem se destina o programa de intervenção¹¹.

5.3. Do planeamento à ação: o primeiro dia dos produtores PROVE

Uma das ideias que surgiu na reunião de grupo passou, como referido anteriormente, pela instituição do Dia do Produtor PROVE. Em termos práticos, este dia consistiria num encontro entre os agricultores do projeto e suas famílias, a realizar em cada uma das explorações agrícolas com periodicidade semestral.

O grupo revelou-se bastante entusiasmado com esta iniciativa em particular, assumindo o compromisso de organizar uma primeira experiência ainda no presente ano, durante o verão. Assim, a 9 de agosto de 2022, decorreu o Primeiro Dia dos Produtores PROVE, durante o qual se realizou observação por duas horas. Bruna acolheu sete pessoas na sua exploração agrícola, tal como tinha ficado acordado em reunião – as mulheres presentes optaram que esta seria a primeira exploração a visitar uma vez que ficaram com curiosidade relativamente às práticas agrícolas alternativas de Bruna e seu marido. Assim, puderam conhecer, em Lousada, um caso prático de agricultura biológica e de permacultura.

Nessa primeira edição do Dia dos Produtores PROVE abordaram-se questões várias sobre agricultura e sustentabilidade. Visitaram-se os vários espaços da exploração agrícola de Bruna e sua família, com o olhar posto na cobertura do solo e na produção sem pesticidas e máquinas. Partilharam-se experiências e planos para o futuro: ficou a promessa de uma nova reunião para breve, a realizar em casa da Laura ou da Patrícia. Além disso, a engenheira revelou que os agricultores/as terão acesso, a partir de novembro, a uma formação sobre boas práticas agrícolas – um sinal positivo de

¹¹ A intervenção foi pensada para o grupo mais restrito dos agricultores/as do PROVE, ainda assim, seria benéfico envolver, eventualmente, mais produtores das Terras do Vale do Sousa.

redinamização e investimento no PROVE, sendo, no entanto, necessário lembrar que a transição agroecológica não passa apenas por práticas agrícolas sustentáveis. Há que apostar na formação dos agricultores/as, numa perspetiva holística que não esquece dimensões económicas e sociais (retomando a Tabela 2), trabalhando no sentido da igualdade, da justiça, da segurança e soberania alimentar.

Este primeiro evento pautou-se pela informalidade e convívio, começando-se a desenvolver já uma (pequena) rede de apoio mútuo. Foi possível constatar que, desde a reunião de grupo realizada em maio, as mulheres estiveram em contacto umas com as outras, apoiando-se na comercialização dos seus produtos. O trabalho colaborativo e a coesão do grupo devem continuar a ser promovidas e desenvolvidas, tentando-se chegar também às restantes agricultoras (e agricultores) que, por razões várias, não participaram na reunião nem no Dia dos Produtores PROVE.

Esta mobilização do grupo de agricultoras PROVE demonstra que é possível fomentar a participação, o trabalho colaborativo e o interesse pela sustentabilidade. Foi um passo dado no sentido do cumprimento dos objetivos deste trabalho realizado com e para as mulheres, ao longo do estágio curricular na ADER-SOUSA.

Considerações finais

O projeto PROVE evidencia ter um potencial interno e ter condições para crescer e ser bem-sucedido, sendo que para tal se deve manter o apoio institucional oferecido pelos próprios GAL e pelas variadas instituições locais. Deve-se, ainda, manter a autonomia de cada núcleo e a flexibilidade da aplicação da metodologia do projeto. Por outro lado, parece permanecer a necessidade de melhorar a comunicação e divulgação externa do projeto, aumentar o apoio técnico aos produtos e expandir o negócio (Baptista et al., 2012).

À necessidade de investimento e redinamização do PROVE somam-se os problemas das mulheres agricultoras, detetados, de forma participativa, ao longo do estágio curricular. Destaca-se a interiorização de estereótipos de género, a reduzida participação no espaço público, a sobrecarga, o fraco grau de inovação e colaboração, a desvalorização social da agricultura, a falta de formação e o reduzido aconselhamento técnico, a inexistência de uma rede de apoio mútuo, a adoção de práticas que nem sempre são ambientalmente sustentáveis, a existência de pragas e outros problemas agrícolas.

Assim, torna-se essencial intervir com e para as agricultoras e agricultores do PROVE, promovendo a igualdade de género, a valorização do trabalho feminino e da agricultura enquanto atividade económica, o trabalho colaborativo, a passagem para modelos ambientalmente sustentáveis, o estabelecimento de relações de interajuda e a reativação da identidade PROVE. Como tal, foi apresentada uma proposta de intervenção com três domínios (aconselhamento e acompanhamento técnico, formação e constituição de uma rede de agricultores/as), que abre caminho ao desenvolvimento local centrado nas pessoas e à transição agroecológica.

O contexto atual, tanto nacional como internacional, revela-se favorável à intervenção no mundo rural e, em especial, junto dos agricultores/as familiares. De facto, existe um interesse crescente na agricultura familiar que é visível, nomeadamente, na criação da Década da Agricultura Familiar pelas Nações Unidas

(referente ao período entre 2019-2028) e na elaboração do Plano de Ação para a Década da Agricultura Familiar em Portugal.

Há que aproveitar esta conjuntura favorável ao investimento e desenvolvimento das áreas rurais e da agricultura familiar, alocando recursos para combater fragilidades e promover a melhoria das condições de vida das populações. Relativamente ao programa proposto neste relatório, serve o presente capítulo para reforçar algumas das recomendações para a sua operacionalização (úteis até para outras futuras intervenções da ADER-SOUSA): as práticas das instituições de desenvolvimento local devem ser efetivamente emancipatórias e participadas, sem reproduzir preconceções de desigualdade e opressão. A intervenção social não deve ser encarada como uma mera prestação de serviços, devendo-se garantir o envolvimento comunitário e o empoderamento das cidadãs e cidadãos, através de técnicas participativas, mais democráticas e horizontais. Estas revelam-se fulcrais na intervenção social a nível local, uma vez que são “mais adequados à produção de conhecimento relevante quanto às prioridades, perceções e práticas de instituições e municípios. Ao mesmo tempo que fornecem informação valiosa para a tomada de decisões políticas, constituem em si a capacitação de todas as entidades e pessoas envolvidas” (Ferreira & Almeida, 2016, p.6).

Além disso, as intervenções devem ser baseadas em diagnósticos anteriores, para que sejam adaptadas às realidades territoriais e sociais concretas. Todas as atividades necessitam de ser acessíveis aos agricultores/as: há que garantir o transporte, a utilização de uma linguagem adequada e a compatibilidade dos horários com o trabalho agrícola e doméstico.

Espera-se que a proposta de intervenção aqui apresentada continue a ser implementada e que este relatório de estágio contribua para a valorização das mulheres agricultoras e da agricultura familiar em Portugal, para a mudança social rumo a modelos mais justos e sustentáveis, tanto em termos sociais como ambientais. Há que destacar a contribuição das mulheres nas comunidades e territórios rurais, nas economias familiares, na segurança e soberania alimentar, na agroecologia, nos cuidados e na vida em geral.

Referências bibliográficas

“jornaleiro”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa (2008-2021). Consultado em Abril, 29, 2022 em: <https://dicionario.priberam.org/jornaleiro>

“transumância”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa (2008-2021). Consultado em Fevereiro, 9, 2022 em: <https://dicionario.priberam.org/transum%C3%A2ncia>

ADER-SOUSA (2015). *A Ader-Sousa e o Leader. Iniciativa Comunitária* (1ª ed.). Disponível em: <https://www.adersousa.pt/ader-sousa/publicacoes/>

Almeida, J. F. (1999). *Classes sociais nos campos: camponeses parciais numa região do Noroeste* (2ªed.). Oeiras: Celta Editora.

Almeida, L. (2006). Elementos para pensar a transição agroambiental: as lógicas de mudança técnica na agricultura familiar. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 14, 33-45.

Almeida, M. E., Magalhães, A. S. & Féres-Carneiro, T. (2014). Transmissão geracional da profissão na família: repetição e diferenciação. *Psico*, 45, 4, 454-462.

Alter, M. (2015). Projeto PROVE – Promover e vender. In *Agricultura Familiar e Sustentabilidade dos territórios rurais. Seminário Regional do Alentejo*, Portugal, 9 julho 2014 (pp. 409-420). APDEA.

Amâncio, C. (2004). Educação popular e intervenção comunitária: contribuições para a reflexão sobre empoderamento. *Educação Popular*, 6.

Bandeira, A., Marques, M. J., Cunha, P. & Ranchordas, P. (2007). *Projetos de inovação comunitária. Manual de suporte à implementação da metodologia*. Lisboa.

Bandeiras, C., Costa, C., Calheiros, J. P., Alvarez, L. & Alter, M. (2009). *PROVE – Contributo para um processo territorial de proximidade* (2ª ed.).

Banha, R. (1999). O exercício da sociologia no contexto do poder local em Portugal. In Carreiras, H., Freitas, F. & Valente, I. (org.). *Profissão Sociólogo* (pp. 45-51). Oeiras: Celta Editora.

- Baptista, A., Cristóvão, A., Rodrigo, I., Tibério, L. & Vilas Boas, D. (2012). *Relatório final de avaliação de projecto de cooperação interterritorial. Prove – promover e vender. A perspectiva dos produtores.*
- Barros, A. (1990). A sociologia rural perante a problemática do espaço. *Sociologia – Problemas e Práticas*, 8, 43-53.
- Barros, V. (2020). Por uma cultura agroalimentar sustentável. In Costa, C. A. (coord.). *Pontes entre a agricultura familiar e a agricultura biológica* (pp. 147-151). Lisboa: Âncora Editora.
- Beck, U. (2001). *La Sociedad del Riesgo Global*. Madrid: Siglo XXI.
- Black, K. et al. (2019). Gender, health and smallholder farming. In Walton, M. (Ed.). *One planet, one health* (pp. 105-125). Sidney: Sydney University Press.
- Bulla, B. & Steelman, T. (2016). Farming through change: using photovoice to explore climate change on small family farms. *Agroecology and Sustainable Food Systems*, 40, 10, 1106-1132.
- Cardoso, E., Jalil, L., Telles, L., Alvarenga, C. & Weitzman, R. (2019). Guia metodológico da caderneta agroecológica. Recife: FIDA.
- Carmo, R. M. (2007). Género e espaço rural – o caso de uma aldeia alentejana. *Sociologia, problemas e práticas*, 54, 75-100.
- Carmo, R. M. (2009). A construção sociológica do espaço rural: da oposição à apropriação. *Sociologias*, 21, 252-280.
- Carmo, R. M. (2010). A agricultura familiar em Portugal: rupturas e continuidades. *Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural*, 48, 1, 9-22.
- Cattani, A. D. (2009). Construindo a outra economia. In Cattani, A. D., Laville, J. L. & Hespanha, P. *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra: Edições Almedina, SA.
- CNA – Confederação Nacional da Agricultura (2022). *Custos de produção não param de aumentar: ganham os especuladores, perdem os agricultores*. Consultado em Fevereiro

9, 2022 em:

<https://www.cna.pt/news/show/454.html?fbclid=IwAR1GiaH9kkza4CAZjO3zm3EvDxHYunsm4EQCkLwgaiHdtNoG9fK2clfZT2w>

Correia, A. (2018). Um olhar sobre o papel do sociólogo no desenvolvimento local e integrado. In Ramos, M., Capucha, L. & Tavares, I. (org.). *Quem são e o que fazem os sociólogos em Portugal?* (pp. 29-32). Lisboa: Editora Mundos Sociais.

Costa, A. F. (2018). Sociólogos. Ativismo inclusivo versus fechamento corporativo. *Sociologia On Line*, 18, pp. 81-87

Costa, A. F. da (1987). A pesquisa de terreno em sociologia. In Pinto, J. M.; Silva, A. S. (orgs.). *Metodologia das ciências sociais* (2.ª ed.). Porto: Ed. Afrontamento. P. 129-148.

Costa, A. F., Mauritti, R. & Veloso, L. (2015). Editorial. *Sociologia Online*, 9.

Costa, T. P. (2018). *Agricultura familiar: percepções e atitudes face ao uso de pesticidas*. (Trabalho de final de curso). Instituto Superior Técnico de Viseu, Viseu.

Creswell, J. W. (2014). *Research design: qualitative, quantitative and mixed approaches*. California: Sage.

DGADR – Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (s.d.). *Estatuto da agricultura familiar*. Consultado em Fevereiro 9, 2022 em: <https://www.dgadr.gov.pt/agriculturafamiliar>

Dinis, I. (2019). The concept of family farming in the Portuguese political discourse. *Social Sciences*, 8, 213.

Durkheim, E. (1989). *A divisão do trabalho social*. (E. Freitas, Trad.) (2ª ed., Vol. II). Lisboa: Editorial Presença. (Obra original publicada em 1858-1917).

EIGE – European Institute for Gender Equality (2016). *Gender in agriculture and rural development*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.

Encarnação, M. F. S. (2020). *Práticas agroecológicas em Portugal: escalas, intensidades, mitigação e adaptação*. (Tese de mestrado). Escola Superior Agrária, Instituto Politécnico de Bragança, Bragança.

FAO & IFAD (2019). *United Nations decade of family farming 2019-2028. Global Action Plan*. Roma.

Ferreira, M. (2004). *A sociologia ao serviço da comunidade. Experiências da actividade sociológica no âmbito das políticas sociais. Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia sobre Sociedades Contemporâneas – Reflexividade e Ação*. Braga: Universidade do Minho.

Ferreira, V. & Almeida, H. N. (2016). *Kit de ferramentas para diagnósticos participativos*. CES – Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

Ferro, L. (2017). Ao encontro da sociologia visual. *Sociologia: Revista Da Faculdade De Letras Da Universidade Do Porto*, 15.

FFMS – Fundação Francisco Manuel dos Santos (s.d.). Indicadores de agricultura, floresta e pescas em Portugal. *PORDATA – Estatísticas, gráficos e indicadores de Municípios, Portugal e Europa*. Consultado em Fevereiro 17, 2022 em: <https://www.pordata.pt>

Frade, A. (2021). De que falamos quando falamos de práticas (tradicionais) nefastas. *Igualdade de Género e Desenvolvimento, Revista da Plataforma Portuguesa das ONGD*, 23.

Gervais, M. & Rivard, L. (2013). “SMART” Photovoice agricultural consultation: increasing Rwandan women farmers’ active participation in development. *Development in Practice*, 23, 4, 496-510.

Giddens, A. (2013). *Sociologia* (9ª Ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

González, J. (2021). Alcançar a igualdade de género no mundo: o papel das políticas de cooperação. *Igualdade de Género e Desenvolvimento, Revista da Plataforma Portuguesa das ONGD*, 23.

Greenwood, E. (1965). Métodos de investigação empírica em sociologia. *Análise Social*, 11, 313-345.

Guerra, I. C. (2000). *Fundamentos e processos de uma sociologia de acção. O planeamento em ciências sociais* (1ª ed.). Cascais: Principia, Publicações Universitárias e Científicas.

Hillenkamp, I. & Nobre, M. (2018). Agroecologia e feminismo no Vale do Ribeira: contribuição para o debate sobre reprodução social. *Temáticas*, 26, 52, 167-194.

Hillenkamp, I. (2019a). ¿Cultivar su autonomía? La agroecología de las agricultoras brasileñas. *Revista de Antropología Social*, 28, 2, 297-322.

Hillenkamp, I. (2019b). Política da economia solidária e feminista. A experiência da Associação de Mulheres na Economia Solidária do Estado de São Paulo, Brasil. *Não Economia*, 12, 22, 265-281.

INE – Instituto Nacional de Estatística (2011). Classificação Portuguesa das Profissões 2010. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística. Disponível em: [url:https://www.ine.pt/xurl/pub/107961853](https://www.ine.pt/xurl/pub/107961853)

INE – Instituto Nacional de Estatística (2021). *Recenseamento Agrícola – Análise dos principais resultados – 2019*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

INE – Instituto Nacional de Estatística (2022). *Censos 2021. Resultados provisórios*. Consultado em Fevereiro 17, 2022 em: https://www.ine.pt/scripts/db_censos_2021.html

Karam, K. F. (2004). A mulher na agricultura orgânica e em novas ruralidades. *Revista Estudos Feministas*, 12, 1, 303-320.

Lourenço, A., Tavares, A. S., Couto, H., Rocha, I., Caldas, F. B., Gomes, N. & Alves, P. (2008). *Terras do Sousa, natureza rural* (1ª ed.). Planeta Vivo. Disponível em: <https://www.adersousa.pt/ader-sousa/publicacoes/>

Luís, A. C. C. (2020). *Regresso ao campo: quem são os “novos rurais”?* (Tese de Mestrado). Universidade da Beira Interior.

Machado, F. (2018). Desenvolvimento local em Portugal. Testemunhos de uma prática. In Ramos, M., Capucha, L. & Tavares, I. (org.). *Quem são e o que fazem os sociólogos em Portugal?* (pp. 41-45). Lisboa: Editora Mundos Sociais.

McIntyre, A. (2003), Through the Eyes of Women: Photovoice and participatory research as tools for reimagining place. *Gender, Place and Culture: A Journal of Feminist Geography*, 10, 1, 47-66.

- Medina, M. V. G. (2020). O papel central da mulher para a realização da alimentação enquanto direito. In Costa, C. A. (coord.). *Pontes entre a agricultura familiar e a agricultura biológica* (pp.77-80). Lisboa: Âncora Editora.
- Meirinho, D. (2017). O olhar por diferentes lentes: o photovoice enquanto método científico participativo. *Discursos Fotográficos*, 13, 23, 261-290.
- Morais, G. (2022). Seca. “Os agricultores estão aflitos e não sabem o que devem fazer”. *Jornal i, Sapo online*. Consultado em Fevereiro 14, 2022 em: https://ionline.sapo.pt/artigo/761100/seca-agricultores-estao-aflitos-e-nao-sabem-o-que-devem-fazer?secao=Portugal_i
- Nogueira, Miguel (2022). Cartografia. Serviço de Infografia da FLUP.
- Novos rurais. Jovens agricultores. Empreendedores. (s.d.) *Voz do Campo*. Consultado em Junho, 6, 2022 em: <https://vozdocampo.pt/2017/04/19/novos-rurais-jovens-agricultores-empreendedores/>
- Parmentier, S. (2014). *Scaling-up agroecological approaches: what, why and how?* Discussion Paper. Bélgica: Oxfam-Solidarity.
- Peretz, H. (2000). *Métodos em sociologia: a observação*. Lisboa: Temas e Debates. ISBN 972-759-216-3.
- Picolotto, E. L. & Bremm, C. (2016). Ecologização na agricultura familiar, feiras e produtos artesanais na região Central do Rio Grande do Sul. *Política & Sociedade – Revista de Sociologia Política*, 15, edição especial.
- Pinheiro, G. P. (2018). *“Da Nossa Terra”: uma resposta eficaz para uma atividade economia alternativa? – Estudo sobre a agricultura do concelho de Penafiel*. (Tese de mestrado). Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.
- Pinto, L. (2020). A segurança alimentar, do ponto de vista da agricultura familiar e biológica, como um caminho de cura do nosso planeta. In Costa, C. A. (coord.). *Pontes entre a agricultura familiar e a agricultura biológica* (pp. 49-57). Lisboa: Âncora Editora.

- Ribeiro, A. M. M. (2009). *Empreendedorismo e formação para inovar na agricultura*. (Tese de mestrado). Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Rodrigo, I. (1986). Feminização da agricultura. *Análise Social*, XXII, 92-93, 643-652.
- Rover, O., Gennaro, B. & Roselli, L. (2016). Social innovation and sustainable rural development: The case of a Brazilian agroecology network. *Sustainability*, 2017, 9.
- Santos F., Salvado, J.C., Carvalho, I.L. & Azevedo, C. (2013). *Manual para transformar o mundo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Santos, I. M. (2022). “Greenwashing”. ZERO acusa grandes empresas de falsas alegações climáticas. *RTP Notícias*. Consultado em Maio, 12, 2022 em: https://www.rtp.pt/noticias/pais/greenwashing-zero-acusa-grandes-empresas-de-falsas-alegacoes-climaticas_n1383161
- Silva, A. (2021). A sustentabilidade do planeta e dos seres humanos: por uma economia feminista. *Igualdade de Género e Desenvolvimento, Revista da Plataforma Portuguesa das ONGD*, 23.
- Silva, M. S. M. M. (2018). *Uma alternativa solidária e responsável de comercializar e consumir: o caso de uma cooperativa de consumo*. (Tese de mestrado). Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.
- Silveira, M. (2018). O meio ambiente como direito humano de terceira dimensão e a ética da responsabilidade na metateoria do direito fraterno. *Revista de Direito e Sustentabilidade*, 4, 1, 130-143.
- Velho, G. (1987). Observando o familiar in *Individualismo e Cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Vivas, E. (2017). *O negócio da comida. Quem controla a nossa alimentação?* (1ª ed.). São Paulo: Expressão Popular.
- Wanderley, M. (2003). Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 11, 21, pp. 42-61.

Weber, M. (2009). *Conceitos sociológicos fundamentais* (A. Mourão, Trad.). Lisboa: Edições 70. (Obra original publicada em 1864-1920).

Anexos

Anexo 1 – Exemplos de modelos económicos alternativos

Modelo	Características principais/Definição
Economia social e solidária	Este é um conceito aglutinador, que junta a economia social (espaço das economias não monetária e não mercantil de mercado) à economia solidária (recente movimento de reatualização da economia social que propõe o regresso aos seus princípios originais, com uma forte vertente política e de cidadania). Abrange várias formas jurídicas, como cooperativas, mutualidades, fundações, e assenta nos seguintes princípios: primado das pessoas e do coletivo sobre o económico, prossecução do bem-estar e da justiça social, estruturas autogeridas, preços justos, entre outros (Silva, 2018).
Economia feminista	Implica reconhecer que a finalidade da economia é a reprodução sustentável da vida, e não o benefício privado. É um modelo que reconhece o trabalho do cuidado e dá importância ao espaço doméstico. A base é a igualdade de género, não apenas no sentido da inserção da mulher na esfera mercantil, mas envolvendo também a presença do homem no espaço da casa (Hillenkamp, 2019a). Assenta em três pilares: necessidade de um novo quadro macroeconómico baseado na justiça social, económica e ambiental; reconhecimento do cuidado como base que faz a sociedade funcionar e necessidade de um mercado de trabalho inclusivo (Silva, 2021).
Economia popular	Economia onde os indivíduos se organizam mediante laços afetivos, mediante relações de solidariedade praticadas no quotidiano dos grupos primários. A unidade de análise remete para a unidade doméstica, que vai além da família, incluindo amigos ou vizinhos. A perspetiva fundamental é a da reprodução da vida do grupo familiar, não o lucro (Pinheiro, 2018).

Anexo 2 – Caracterização da população residente nos concelhos de atuação da ADER-SOUSA, em 2021

Indicador	Concelho				
	Paços de Ferreira	Felgueiras	Lousada	Paredes	Penafiel
População residente (nº)	55 598	55 855	47 376	84 371	69 630
População residente por sexo (%):					
- Feminino	50,7	51,7	51,7	51,6	51,9
- Masculino	49,3	48,3	48,3	48,4	48,1
População residente por grupo etário (%):					
- Até aos 14 anos	13,4	12,7	13,9	13,9	13,4
- Entre os 14 e os 24 anos	12,7	12,2	12,8	12,7	12,3
- Entre os 25 e os 64 anos	57,6	57,1	57,9	57,1	56,4
- 65 e mais anos	16,3	18,0	15,4	16,4	17,8
População residente por nível de escolaridade (%):					
- Nenhum	13,2	14,1	14,3	13,6	14,0
- Ensino básico	60,0	58,7	58,6	56,8	55,8
- Ensino secundário e pós-secundário	17,6	18,6	18,3	19,5	19,9
- Ensino superior	9,2	8,6	8,7	10,0	10,2

Fonte dos dados: INE (2022) – dados provisórios

Anexo 3 – Folha de informação à participante e consentimento informado

Título do estudo: Mulheres agricultoras: produtoras invisíveis? – uma análise do trabalho feminino na agricultura familiar no âmbito do projeto PROVE da Ader-Sousa

Âmbito do estudo: Enquadra-se na realização de um estágio curricular na Ader-Sousa inserido no Mestrado em Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Pessoa responsável: Rita Correia Madeira

Contacto: -----

O principal objetivo deste estudo é a criação de um programa de intervenção social que contribua para visibilizar o papel das mulheres agricultoras do projeto PROVE da Associação de Desenvolvimento Rural das Terras do Sousa, valorizando o seu trabalho enquanto promotoras do desenvolvimento territorial. O referido programa de intervenção poderá contar com várias atividades, tais como: um plano de formação para as mulheres agricultoras, momentos de convívio, partilha de experiências das mulheres nas escolas e centros comunitários, entre outras. Para tal, vai-se realizar um diagnóstico para perceber quais as necessidades das mulheres agricultoras PROVE.

O que se espera da participante? Disponibilidade para nos receber na exploração agrícola durante um dia normal de trabalho para conversar sobre temas variados não tendo que parar de desenvolver o as suas tarefas habituais; disponibilidade para realizar, com nossa ajuda um mapa da exploração agrícola e preencher uma caderneta da agricultora; disponibilidade para recolher fotografias; disponibilidade para participar numa reunião/conversa com outros membros do PROVE em data e local a combinar.

De que forma é que os dados vão ser recolhidos? Observação direta na exploração agrícola; preenchimento de uma caderneta agrícola; realização de um mapa da exploração agrícola; recolha de fotografias; realização de uma reunião/conversa com os membros do PROVE.

Irá ser preservada a confidencialidade de todos os dados recolhidos. As fotografias recolhidas pelas agricultoras poderão vir a ser expostas, mas com consentimento prévio das mesmas.

Posto isto, eu, _____, declaro que aceito participar voluntariamente no estudo “Mulheres agricultoras: produtoras invisíveis? – uma análise do trabalho feminino na agricultura familiar no âmbito do projeto PROVE da Ader-Sousa”.

Fui informada/o de que o trabalho em questão é desenvolvido no âmbito de um projeto de estágio inserido no Mestrado em Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, sendo a investigadora estudante na referida instituição e estagiária na Ader-Sousa (Associação de Desenvolvimento Rural das Terras do Sousa). Declaro ter também conhecimento dos objetivos deste trabalho e respetivos métodos de recolha de dados. Foi-me ainda assegurado que a investigadora preservará a confidencialidade dos dados e que a informação obtida será utilizada apenas para fins académicos relacionados com este projeto.

Declaro, por fim, que li este documento e que estou consciente do expectável quanto à minha participação no estudo, tendo tido a oportunidade de colocar questões e de obter as respostas necessárias para atender às minhas dúvidas. Além disso, foi-me assegurado que tenho o direito a recusar, a todo e qualquer momento, a minha participação, sem que isso possa constituir qualquer prejuízo para a minha integridade física, psicológica, social ou moral, e que poderei ter acesso, se assim o pretender, aos resultados finais deste trabalho de investigação.

Assinatura da participante: _____

Assinatura da investigadora: _____

Data: _____

Anexo 4 – Grelha de Observação

Local			
Situação de observação			
Data			
Hora de início			
Duração			
Descrição do contexto (atores sociais presentes e interações, atividades desenvolvidas durante a observação, espaços da exploração agrícola...)			

Dimensões	Indicadores	Registos da observação
(Des)Igualdade de género	Interações entre mulheres e homens	
	Divisão sexual do trabalho	
	Divisão sexual do espaço	
	Processos de tomada de decisão (sobre a exploração agrícola, sobre a comercialização, sobre a família)	

Participação comunitária e/ou cívica	Participação em atividades religiosas, sindicais, associativas, culturais, desportivas, entre outras	
	Disponibilidade e interesse para participar num novo programa direcionado a mulheres agricultoras	
Exploração agrícola	Descrição dos espaços	
	Forma de aquisição (herança, arrendamento, parceria, compra, cedência)	
	Caracterização dos elementos (além da família) que trabalham na exploração e respetivos regimes de trabalho	
	Principais destinos da produção	
Agricultura familiar	Caracterização da família e seus elementos	
	Importância do rendimento da agricultura no agregado familiar	
	Autoconsumo (número de familiares que consomem os produtos e que parte da produção é consumida)	
	Principais atividades agrícolas desenvolvidas no quotidiano	
	Outras atividades de âmbito agrícola (ex: artesanato, mel...)	
Agricultura como profissão	Situação face ao emprego e face à profissão	
	Escolaridade	

	Formação profissional na área agrícola ou outra	
	Pluriatividade	
	Identidade: O que é ser mulher agricultora?	
	História de como se tornou agricultora	
	Projetos para o futuro na agricultura	
Agricultura no PROVE	Processo de adesão ao projeto	
	Perceções sobre o projeto (pontos fortes, pontos fracos)	
	Principais tarefas relacionadas com o PROVE	
	Importância dos cabazes PROVE enquanto destino da produção	
	Participação em atividades e/ou reuniões do PROVE	
	Identidade: Ser agricultora PROVE	
Agroecologia; agricultura biológica e agricultura sustentável vs. agricultura convencional com uso de fitofármacos	Perceções face à agroecologia e à agricultura sustentável	
	Práticas agroecológicas adotadas	
	Práticas agroecológicas não adotadas	

	Disponibilidade e interesse em formação e aconselhamento técnico agroecológico	
Informação para determinar a classe social de origem	Profissão e situação na profissão do pai	
	Profissão e situação na profissão da mãe	

A preencher no fim da observação	
Notas analíticas	
Notas metodológicas	
Observações complementares	
Principais conclusões da observação	

Anexo 5 - Caderneta da Agricultora

PARTE 1: Durante o dia de hoje, qual foi o destino dos produtos que colheu na sua exploração?			
EXEMPLO por produto O que colheu? Em que quantidade?	Cenouras, 8 kg	O que consumiu?	1 kg
		O que ofereceu?	2 kg
		O que trocou?	0
		O que vendeu? E por quanto vendeu?	5 kg por 4€
O que colheu? Em que quantidade?		O que consumiu?	
		O que ofereceu?	
		O que trocou?	
		O que vendeu? E por quanto vendeu?	
O que colheu? Em que quantidade?		O que consumiu?	
		O que ofereceu?	
		O que trocou?	
		O que vendeu? E por quanto vendeu?	
O que colheu? Em que quantidade?		O que consumiu?	
		O que ofereceu?	
		O que trocou?	
		O que vendeu? E por quanto vendeu?	

PARTE 2: Durante o dia de hoje, quanto tempo despendeu nas seguintes atividades?		
Local	Atividade	Tempo (horas)
No campo	Produção animal	
	Produção agrícola manual	
	Uso de máquinas	
Em casa	Preparar refeições	
	Limpeza	
	Cuidados com crianças, pessoas idosas ou outras pessoas dependentes	
	Outras tarefas domésticas (como tratar da roupa)	
	Lazer	
No espaço público	Acesso a serviços	
	Participação cívica/comunitária	
	Lazer	

Anexo 6 – Instruções para elaboração do mapa mental

O que deve estar representado no mapa/desenho? O que a agricultora deve ter em conta aquando da sua elaboração?

- Desenhar os diferentes espaços da propriedade agrícola;
- Desenhar outros espaços onde costuma estar no quotidiano;
- Representar quem desenvolve as atividades e quem toma decisões no espaço (ou seja, ter em conta a divisão sexual do trabalho, do espaço, dos processos de tomada de decisão).

Um exemplo:



Imagem retirada de: Cardoso, Jalil, Telles, Alvarenga & Weitzman (2019)

Anexo 7 – Instruções para a recolha de fotografias (*photovoice*)

Durante os próximos dias, recolha fotografia(s) que respondam à questão: que problema(s) enfrento na minha vida enquanto mulher agricultora e/ou membro do projeto PROVE?

Pode enviar a(s) fotografia(s) por WhatsApp ou Email. Se tiver alguma questão, não hesite em contactar.

As fotografias serão apresentadas às restantes participantes na reunião/convívio das mulheres agricultoras PROVE, no próximo dia 24 pelas 10h no espaço AJE da Câmara Municipal de Lousada